



02/09

C O N F I D E N C I A L

FICHA DE TRAMITACAO DE DOCUMENTOS - FTD

NRE: 00864/93 25 FEV 93 TRAMITACAO: NORMAL DTC:  
SIGILO: C TIPO: INFE NRO.: 00042 ORGAO: CSN DATA: 17 FEV 93

DISTRIBUICAO INICIAL

ORIGINAL: CO-5 COPIAS:

ENCAMINHAMENTOS

1. 2. 3. 4. 5. 6.

ORD	DATA	DE	PARA	DESPACHO
01.	25 02 93	CSN	G52	
02.	26 02 93	G52	57523	P/Aprovamento
03.				Implantar
04.				
05.				
06.				
07.				
08.				
09.				
10.				

PROVIDENCIAS ADOTADAS

ORD	DATA	FRACAO	PROVIDENCIAS
01.			
02.			
03.			
04.			
05.			

OBSERVACOES

01.	
02.	

00964 6 52 03/09  
**CONFIDENCIAL**

INFORME Nº 042/93



DATA : 17 FEV 93

ASSUNTO : REMESSA DO JORNAL CAUSA OPERÁRIA

ANEXO : RELACIONADO NO TEXTO

-----  
Remete-se em anexo o Jornal CAUSA OPERÁRIA, nº 182, ano XIV, de 01 a 07 FEV 93..

TODA E QUALQUER PESSOA QUE  
TOME CONHECIMENTO DE ASSUNTO  
SIGILOSO FICA, AUTOMATICAMENTE  
RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO  
DE SEU SIGILO. (ART. 12 DO RSAS-  
DC 79 099 77)

**CONFIDENCIAL**

9



# CAUSA OPERÁRIA

ANO XIV - Nº 182

POR UM GOVERNO OPERÁRIO E CAMONÊS

DE 1 A 7 DE FEVEREIRO DE 1993  
CR\$ 15.000

**PRESIDENCIALISMO X PARLAMENTARISMO X MONARQUIA**

# O GRANDE CIRCO NACIONAL

Leia Editorial na pág. 3

## Erundina vai ao paraíso



pág. 5

POR QUE UMA ALA DO PT QUER AS "BENESSES DO PODER" AGORA



"SITUAÇÃO POLÍTICA INTERNACIONAL E AS ALTERNATIVAS DA ESQUERDA"

**Palestras de  
Jorge Altamira reúnem  
700 pessoas em todo o País**

Operários, ativistas da esquerda e estudantes debatem com o dirigente do Partido Obrero da Argentina a crise mundial e as perspectivas da esquerda

págs 6 e 7

# O GRANDE CIRCO NACIONAL

Leia Editorial na pág. 3

## Erundina vai ao paraíso



pág. 5

POR QUE UMA ALA DO PT QUER AS "BENESSES DO PODER" AGORA



"SITUAÇÃO POLÍTICA INTERNACIONAL E AS ALTERNATIVAS DA ESQUERDA"

## Palestras de Jorge Altamira reúnem 700 pessoas em todo o País

Operários, ativistas da esquerda e estudantes debatem com o dirigente do Partido Obrero da Argentina a crise mundial e as perspectivas da esquerda

págs 6 e 7

CONGRESSO APROVA

**Impostos  
sobre todos  
os salários**

pág. 3

FRENTE REVOLUCIONÁRIA

**Democracia operária  
e Plano de Lutas  
para superar a paralisia**

pág. 4

**PENA DE MORTE**

Com argumentos obscurantistas dignos da Ku-Klux-Klan, próceres da "ética na política" e outras figuras "notórias" do regime democrático lançaram-se, nas últimas semanas, a colocar em marcha uma nova campanha em favor da pena de morte.

A campanha tem um único e claro objetivo não declarado que é o de reforçar e justificar o terror já praticado contra as massas em larga escala com o reforço do poder de repressão do Estado burguês: assassinatos pela PM na periferia das grandes cidades, extermínio de menores etc.

Esta campanha, em um momento da mais aguda crise econômica e política da história do País, auto denuncia a perda do controle da situação por parte da burguesia e do seu Estado, que apesar dos tenebrosos recursos repressivos que já dispõe contra a população pobre, que desconhece até mesmo os mais elementares direitos civis, não consegue ter garantias do controle da situação.

Um dos argumentos mais cínicos em defesa da pena de morte, e que merece destaque, é o levantado pelo governador paulista, Fleury, para quem a pena de morte representaria uma economia de recursos já que não haveria sentido em sustentar, com dinheiro público, criminosos tidos como irreversíveis. A colocação de Fleury, feita pouco mais de três meses após a carnificina da Casa de Detenção é uma verdadeira confissão de que o governador, que montou toda uma fraude para encobrir o massacre, teria promovido o maior massacre penitenciário de todos os tempos para "cortar custos".

A defesa da pena de morte visa a dar legitimidade ao genocídio praticado hoje contra a população explorada realizada diariamente por meio das Polícias Militares que, apenas em São Paulo, mata uma pessoa a cada 50 minutos (!), a enorme maioria das quais sem ter sequer nenhum registro de antecedentes criminais.

**O ASSASSINATO DE DANIELA PEREZ**

Violento assassinato da atriz de novela, Daniela Perez, pelo seu colega Guilherme de Pádua deu lugar a uma impressionante operação de manipulação da opinião pública pela Rede Globo.

Mobilizando os atores na sua folha de pagamento, Roberto Marinho e a Rede Globo montaram uma campanha de difamação contra o assassino — que confessou o crime — que não se deteve diante de incitar a população ao linchamento do seu ex-funcionário; pressionou a polícia e a justiça procurando determinar os rumos da investigação e do processo.

Unificando-se do próprio

O contraste entre a cobertura dada ao assassinato de Daniela Perez e outros acontecimentos como o massacre do Carandirú ou os recentes assassinatos da líder das "mães de Acari" e do filho de Marli Pereira Soares, ou seja, entre um caso individual e a violência estatal contra a população oprimida e explorada marca a manipulação indecente e asquerosa executada por uma empresa que é uma concessão estatal.

A existência de um monopólio com este poder em uma área tão vital como a televisão e que não se detém diante de nenhum gangsterismo (ver caso da concorrência da NEC) e com tal poder dentro do aparato do Estado é a demonstração cabal da ficção que é o regime representativo no País. Sem o confisco da concessão pública à Globo nenhum governo poderia ter a menor pretensão de independência política.

**PRESÍDIOS EM CHAMAS**

Uma seqüência de rebeliões tomou conta dos presídios e distritos policiais de todo o País nas últimas semanas, generalizando o quadro de revolta que vinha se manifestando de forma mais acentuada no Estado de São Paulo, onde só no ano de 1992 ocorreram 1.050 fugas, uma média de três por dia, contra uma a cada três dias registradas em 1991.

Os motivos dos presos ocorrem contra as condições subhumanas a que estão condenados em todo o País "126 mil presos amontoados em cadeias onde só deveriam caber 51 mil", segundo declarou ao O Globo (17/1) o diretor do Departamento de Assuntos Penitenciários do Ministério da Justiça, José Ferreira. Além de protestarem contra a superlotação e suas conseqüências (má alimentação, ausência de condições mínimas de higiene e saúde etc.), os detentos pedem o "fim da tortura" (sic) e castigos a que estão submetidos e a substituição das diretorias dos presídios, dominadas por verdadeiras máfias que realizam lucrativos negócios com as verbas destinadas aos presídios e com a extorsão dos presos e familiares destes, dentre outros meios, através do comércio de drogas e da facilitação de fugas por meio de "resgates".

A existência dos presídios, transformados em verdadeiras máquinas de destruição física e moral de uma parcela dos setores explorados da população (já que no regime burguês, em particular no Brasil, "cadeia é para pobre") mais do que um excesso conjuntural ou de uma crise agravada pela falência dos Estados e cortes drásticos nos gastos públicos em todas as áreas (saúde, educação, presídios etc.) — realizados para pagar a dívida ex-

operário e de defesa dos direitos da população, com um programa de atendimento às reivindicações dos presos, que incluía o controle do sistema penitenciário pela população, por meio das organizações operárias, populares e democráticas.

**PM X MARLI**

há mais de 13 anos perseguida e ameaçada constantemente de morte, por ter denunciado e identificado um dos PM's assassinos que entraram em seu barraco em Belford Roxo (RJ), retirando de lá seu irmão Paulo, de 18 anos, para depois assassiná-lo deixando seu corpo jogado na rua, Marli Pereira Soares, foi, novamente, atingida pela fúria assassina da PM carioca, reforçada pela quase impunidade, já que o único assassino que Marli conseguiu identificar, condenado por 28 anos, ficou apenas quatro detidos.

Desta vez, no último dia 9, soldados da PM assassinaram o filho de Marli, Sandro, de 15 anos, "morto com outros meninos na estrada do Gue-renguê, mais conhecida como estrada do Urubu, pois ali são depositados lixo e cadáveres da desova regularmente realizada por traficantes e policiais" (Folha de São Paulo, 23/1/93).

Este crime aos quais se somam milhares em todo o País, que como no caso da família de Marli, atingem em sua maioria trabalhadores, negros e jovens, põe, mais uma vez em evidência a necessidade dos explorados levantarem a luta pela dissolução da Polícia Militar, esta autêntica máquina de guerra contra a população pobre, e a sua substituição por uma Polícia Civil Municipal sobre o controle democrático da população.

**"MÃE DE ACARI"**

o último dia 15, em plena região central do Rio de Janeiro (em

continuar em liberdade e com as mãos livres para novos crimes como o que vitimou Dona Edméia.

O assassinato e impunidade dos bandidos-policiais são uma amostra do valor dado à vida dos explorados pelo governo democrático-trabalhista do Rio de Janeiro, que tem à frente da Secretaria da Polícia Civil, o vice-governador Nilo Batista, ex-presidente da regional local da OAB. O governo além das denúncias das mães sabia das ameaças de morte feitas contra elas desde janeiro do ano passado, um fato destacado, principalmente, pela visita que em setembro, as "mães de Acari" receberam da primeira dama do governo "socialista" da França, Danielle Miterrand.

**"NOVAS TECNOLOGIAS"**

O maior fabricante mundial de computadores, área que, pelo seu desenvolvimento relativo nas últimas décadas, era apresentada como um dos pretensos sinais de vitalidade e capacidade de renovação do capitalismo, acaba de apresentar o maior prejuízo de sua história, num montante de perdas só superado pelo prejuízo da General Motors (o maior conglomerado industrial do mundo) em 1991. A norte-americana IBM divulgou semanas atrás que, em 1992, seus resultados apresentam um prejuízo de US\$ 4,97 bilhões e que, pela primeira vez em seus quase 80 anos de existência, as suas vendas diminuíram em relação ao ano anterior.

Embora procure apresentar os resultados negativos como um problema conjuntural provocado "principalmente pela contabilização prévia de US\$ 7,2 bilhões relativos ao pagamento de indenizações pela redução de 25 mil empregos planejada para este ano" (DCI, 20/1/93), como "parte de uma série de medidas de reestruturação anunciada no ano passado" (idem), A redução das vendas da companhia, e o prejuízo

sões. Estas medidas, comuns à maioria dos grandes monopólios (GM, Ford, Citicorp, Volkswagen etc.) são a mais contundente denúncia do aprofundamento da crise capitalista.

O ataque aos trabalhadores, no entanto, não parece suficiente para salvar a empresa diante da crise capitalista mundial. "Segundo analistas do setor, o péssimo resultado de 1992 coloca em risco não só o plano de reestruturação... como a própria existência da IBM" (O Globo, 20/1/93). Mais um dos símbolos da pretensa capacidade de rejuvenescimento do capitalismo caminha para o abismo. Pelos caminhos da Pan An.

**ITAMAR DIANTE DA NEC**

Pressionado pelas denúncias de irregularidades na concorrência pública para a telefonia móvel em São Paulo, o presidente anunciou, em fins do ano passado, que uma comissão reexaminaria a mesma. Menos de um mês após a determinação presidencial, o ministro das Comunicações, Hugo Napoleão (do PFL), anunciou no último dia 13, pelas Câmeras da TV Globo, que a comissão técnica havia concluído pela legitimidade da "concorrência" vencida pela NEC, empresa do grupo Globo, do empresário Roberto Marinho.

Segundo denuncia o jornalista Jânio de Freitas, na Folha de São Paulo (20/1), o reexame, de fato, inexistiu (como também ocorreria com a concorrência). O jornalista cita como exemplo trechos do próprio relatório da comissão reexaminadora onde a explicação dada à vitória da NEC, serve, justamente, para comprovar a ilicitude do ato. Na sexta página do documento que analisa "a capacidade de cada um dos cinco candidatos a fornecedores de equipamentos de telefonia móvel, em relação a três séries diferentes de exigência técnicas", pode se ler, segundo Freitas, que "quatro fornecedores comercializam a primeira geração — a NEC não a possui". Quatro fornecedores com-

ercializam a segunda — a NEC ainda está em teste de laboratório, não se indicando quando iniciará testes de campo. Quanto à terceira e mais sofisticada geração, ainda não utilizada em lugar nenhum do mundo, quatro fornecedores começam a comercializá-la no primeiro semestre deste ano

— a NEC, diz o relatório até humoristicamente, tem previsão de fazer testes "quando houver necessidade". Analisando a documentação, o jornalista da Folha



D. Edméia: governo democrático permitiu assassinato

frente à estação Praça Onze, do Metrô) um homem matou a sangue frio Edméia da Silva Euzébio, e sua sobrinha, Sheila da Conceição, por ter a sistido ao crime.

ocorrido pelo segundo ano consecutivo refletem uma situação de crise geral e de retração do mercado, em particular, das grandes com-

om argumentos obscurantistas dignos da Ku-Klux-Klan, próceres da "ética na política" e outras figuras "notórias" do regime democrático lançaram-se, nas últimas semanas, a colocar em marcha uma nova campanha em favor da pena de morte.

A campanha tem um único e claro objetivo não declarado que é o de reforçar e justificar o terror já praticado contra as massas em larga escala com o reforço do poder de repressão do Estado burguês: assassinatos pela PM na periferia das grandes cidades, extermínio de menores etc.

Esta campanha, em um momento da mais aguda crise econômica e política da história do País, auto denuncia a perda do controle da situação por parte da burguesia e do seu Estado, que apesar dos tenebrosos recursos repressivos que já dispõe contra a população pobre, que desconhece até mesmo os mais elementares direitos civis, não consegue ter garantias do controle da situação.

Um dos argumentos mais cínicos em defesa da pena de morte, e que merece destaque, é o levantado pelo governador paulista, Fleury, para quem a pena de morte representaria uma economia de recursos já que não haveria sentido em sustentar, com dinheiro público, criminosos tidos como irrecuperáveis. A colocação de Fleury, feita pouco mais de três meses após a carnificina da Casa de Detenção é uma verdadeira confissão de que o governador, que montou toda uma fraude para encobrir o massacre, teria promovido o maior massacre penitenciário de todos os tempos para "cortar custos".

A defesa da pena de morte visa a dar legitimidade ao genocídio praticado hoje contra a população explorada realizada diariamente por meio das Polícias Militares que, apenas em São Paulo, mata uma pessoa a cada 50 minutos (!), a enorme maioria das quais sem ter sequer nenhum registro de antecedentes criminais.

## O ASSASSINATO DE DANIELA PEREZ

Violento assassinato da atriz de novela, Daniela Perez, pelo seu colega Guilherme de Pádua deu lugar a uma impressionante operação de manipulação da opinião pública pela Rede Globo.

Mobilizando os atores na sua folha de pagamento, Roberto Marinho e a Rede Globo montaram uma campanha de difamação contra o assassino — que confessou o crime — que não se deteve diante de incitar a população ao linchamento do seu ex-funcionário; pressionou a polícia e a justiça procurando determinar os rumos da investigação e do processo.

Utilizando-se do próprio clima criado por ela lançou uma campanha em defesa da pena de morte com informações falsificadas que davam a entender que haveria toda uma reivindicação popular em torno à questão. A partir de um problema surgido das relações em decomposição que vigoram entre os chamados "atores globais" como se pode verificar em escândalos sucessivos envolvendo violência e drogas, a emissora de Roberto Marinho procurou dar um passo a mais e criar um fato político por conta própria.

Daniela Perez e outros acontecimentos como o massacre do Carandirú ou os recentes assassinatos da líder das "mães de Acari" e do filho de Marli Pereira Soares, ou seja, entre um caso individual e a violência estatal contra a população oprimida e explorada marca a manipulação indecente e asquerosa executada por uma empresa que é uma concessão estatal.

A existência de um monopólio com este poder em uma área tão vital como a televisão e que não se detém diante de nenhum gangsterismo (ver caso da concorrência da NEC) e com tal poder dentro do aparato do Estado é a demonstração cabal da ficção que é o regime representativo no País. Sem o confisco da concessão pública à Globo nenhum governo poderia ter a menor pretensão de independência política.

## PRESÍDIOS EM CHAMAS

Uma seqüência de rebeliões tomou conta dos presídios e distritos policiais de todo o País nas últimas semanas, generalizando o quadro de revolta que vinha se manifestando de forma mais acentuada no Estado de São Paulo, onde só no ano de 1992 ocorreram 1.050 fugas, uma média de três por dia, contra uma a cada três dias registradas em 1991.

Os motivos dos presos ocorrem contra as condições subhumanas a que estão condenados em todo o País "126 mil presos amontoados em cadeias onde só deveriam caber 51 mil", segundo declarou ao O Globo (17/1) o diretor do Departamento de Assuntos Penitenciários do Ministério da Justiça, José Ferreira. Além de protestarem contra a superlotação e suas conseqüências (má alimentação, ausência de condições mínimas de higiene e saúde etc.), os detentos pedem o "fim da tortura" (sic) e castigos a que estão submetidos e a substituição das diretorias dos presídios, dominadas por verdadeiras máfias que realizam lucrativos negócios com as verbas destinadas aos presídios e com a extorsão dos presos e familiares destes, dentre outros meios, através do comércio de drogas e da facilitação de fugas por meio de "resgates".

A existência dos presídios, transformados em verdadeiras máquinas de destruição física e moral de uma parcela dos setores explorados da população (já que no regime burguês, em particular no Brasil, "cadeia é para pobre") mais do que um excesso conjuntural ou de uma crise agravada pela falência dos Estados e cortes drásticos nos gastos públicos em todas as áreas (saúde, educação, presídios etc.) — realizados para pagar a dívida externa e tentur garantir os lucros das grandes empresas diante da crise capitalista —, representam uma política consciente de terror contra as massas da parte do regime democrático, que se acentuou nos últimos anos (justamente os do "aprofundamento da democracia") em razão das tendências à revolta existentes na população e expressas nas suas mobilizações, ocupações, greves etc.

A revolta dos presídios é mais um sintoma deste quadro geral de rebelião dos explorados que deve ser apoiado pelo movimento

de anistia e de libertação dos presos, que inclua o controle do sistema penitenciário pela população, por meio das organizações operárias, populares e democráticas.

## PM X MARLI

Á mais de 13 anos perseguida e ameaçada constantemente de morte, por ter denunciado e identificado um dos PM's assassinos que entraram em seu barraco em Belford Roxo (RJ), retirando de lá seu irmão Paulo, de 18 anos, para depois assassiná-lo deixando seu corpo jogado na rua, Marli Pereira Soares, foi, novamente, atingida pela fúria assassina da PM carioca, reforçada pela quase impunidade, já que o único assassino que Marli conseguiu identificar, condenado por 28 anos, ficou apenas quatro detidos.

Desta vez, no último dia 9, soldados da PM assassinaram o filho de Marli, Sandro, de 15 anos, "morto com outros meninos na estrada do Gurenguê, mais conhecida como estrada do Urubu, pois ali são depositados lixo e cadáveres da desova regularmente realizada por traficantes e policiais" (Folha de São Paulo, 23/1/93).

Este crime aos quais se somam milhares em todo o País, que como no caso da família de Marli, atingem em sua maioria trabalhadores, negros e jovens, põe, mais uma vez em evidência a necessidade dos explorados levantarem a luta pela dissolução da Polícia Militar, esta autêntica máquina de guerra contra a população pobre, e a sua substituição por uma Polícia Civil Municipal sobre o controle democrático da população.

## "MÃE DE ACARI"

o último dia 15, em plena região central do Rio de Janeiro (em



D. Edméia: governo democrático permitiu assassinato

frente à estação Praça Onze, do Metrô) um homem matou a sangue frio Edméia da Silva Euzébio, e sua sobrinha, Sheila da Conceição, por ter assistido ao crime.

Edméia, era a liderança das "mães de Acari", um grupo de 11 senhoras que em julho de 1990 tiveram seus filhos sequestrados num sítio em Magé (RJ) sem que até hoje seus corpos tenham aparecido. Além dos desaparecimento dos corpos dos filhos, as "mães de Acari" vêm denunciado, nos últimos anos, inclusive junto às organizações internacionais dos direitos humanos, a impunidade dos envolvidos no crime. O Serviço Secreto da Polícia Militar apontou como criminosos policiais do 9º BPM e da Delegacia de Roubos e Cargas, mas todos eles

Como o que matou Edméia e sua sobrinha  
O assassinato e impunidade dos bandidos-policiais são uma amostra do valor dado à vida dos explorados pelo governo democrático-trabalhista do Rio de Janeiro, que tem à frente da Secretaria da Polícia Civil, o vice-governador Nilo Batista, ex-presidente da regional local da OAB. O governo além das denúncias das mães sabia das ameaças de morte feitas contra elas desde janeiro do ano passado, um fato destacado, principalmente, pela visita que em setembro, as "mães de Acari" receberam da primeira dama do governo "socialista" da França, Danielle Mitterrand.

## "NOVAS TECNOLOGIAS"

maior fabricante mundial de computadores, área que, pelo seu desenvolvimento relativo nas últimas décadas, era apresentada como um dos pretensos sinais de vitalidade e capacidade de renovação do capitalismo, acaba de apresentar o maior prejuízo de sua história, num montante de perdas só superado pelo prejuízo da General Motors (o maior conglomerado industrial do mundo) em 1991. A norte-americana IBM divulgou semanas atrás que, em 1992, seus resultados apresentaram um prejuízo de US\$ 4,97 bilhões e que, pela primeira vez em seus quase 80 anos de existência, as suas vendas diminuíram em relação ao ano anterior.

Embora procure apresentar os resultados negativos como um problema conjuntural provocado "principalmente pela contabilização prévia de US\$ 7,2 bilhões relativos ao pagamento de indenizações pela redução de 25 mil empregos planejada para este ano" (DCI, 20/1/93), como "parte de uma série de medidas de reestruturação anunciada no ano passado" (idem), A redução das vendas da companhia, e o prejuízo

monopólios (IBM, Ford, corp, Volkswagen etc.) são a mais contundente denúncia do aprofundamento da crise capitalista.

O ataque aos trabalhadores, no entanto, não parece suficiente para salvar a empresa diante da crise capitalista mundial. "Segundo analistas do setor, o péssimo resultado de 1992 coloca em risco não só o plano de reestruturação... como a própria existência da IBM" (O Globo, 20/1/93). Mais um dos símbolos da pretensa capacidade de rejuvenescimento do capitalismo caminha para o abismo. Pelos caminhos da Pan An.

## ITAMAR DIANTE DA NEC

ressionado pelas denúncias de irregularidades na concorrência pública para a telefonia móvel em São Paulo, o presidente anunciou, em fins do ano passado, que uma comissão reexaminaria a mesma. Menos de um mês após a determinação presidencial, o ministro das Comunicações, Hugo Napoleão (do PFL), anunciou no último dia 13, pelas Câmeras da TV Globo, que a comissão técnica havia concluído pela legitimidade da "concorrência" vencida pela NEC, empresa do grupo Globo, do empresário Roberto Marinho.

Segundo denuncia o jornalista Jânio de Freitas, na Folha de São Paulo (20/1), o reexame, de fato, inexistiu (como também ocorreria com a concorrência). O jornalista cita como exemplo trechos do próprio relatório da comissão reexaminadora onde a explicação dada à vitória da NEC, serve, justamente, para comprovar a ilicitude do ato. Na sexta página do documento que analisa "a capacidade de cada um dos cinco candidatos a fornecedores de equipamentos de telefonia móvel, em relação a três séries diferentes de exigências técnicas", pode se ler, segundo Freitas, que "quatro fornecedores comercializam a primeira geração — a NEC não a possui". Quatro fornecedores comercializam a segunda — a NEC ainda está em teste de laboratório, não se indicando quando iniciará testes de campo. Quanto à terceira e mais sofisticada geração, ainda não utilizada em lugar nenhum do mundo, quatro fornecedores começaram a comercializá-la no primeiro semestre deste ano

— a NEC, diz o relatório até humoristicamente, tem previsão de fazer testes 'quando houver necessidade'. Analisando a documentação, o jornalista da Folha de São Paulo acrescenta ainda que esta última geração futura "é exatamente a exigida pelo edital da Telesp. Para implantação até junho".

Em pleno governo da "ética na política" o padrinho de Collor de Mello, Roberto Marinho, mantém o controle sobre a área das comunicações do Estado (e não só) e ganha o aval para uma "concorrência" na qual se habitou a fornecer um produto do qual sequer realizou testes, num contrato que atinge o montante de um trilhão e 500 bilhões de cruzeiros.



06/09

## NA SEMANA

## Permissão para matar

*Alegando falta de condições técnicas para atribuir responsabilidade a qualquer um dos envolvidos pela morte de quaisquer um dos presos trucidados no Carandirú em outubro passado, o relatório do Inquérito Policial Militar (IPM) concluiu pelo não indiciamento de nenhum policial militar ou oficial por causa da chacina.*

*Em entrevista à imprensa o presidente do IPM, coronel Luiz Gonzaga de Oliveira, chegou ao absurdo de afirmar que para conseguir apurar efetivamente a responsabilidade direta de um envolvido em uma das mortes seriam necessários laudos e estudos técnicos que poderiam levar até 76 anos e que já que mais de 70 policiais afirmaram, nos depoimentos, terem atirado contra os presos sem no entanto, declararem terem atingido mortalmente o "alvo", era impossível responsabilizá-los criminalmente.*

*Embora não decisiva, porque os policiais estão para serem indiciados pelo Ministério Público, a deliberação do IPM demonstra que a Polícia Militar e o governo do Estado buscam a impunidade diante do massacre, como forma não só de garantir a integridade dos assassinos e responsáveis pela chacina, mas também de garantir a integridade da máquina de morte, o "moral da tropa", para que ela esteja apta a repetir a operação de guerra contra pessoas indefesas, sempre que o comando do Estado e da PM, acharem necessário.*

*A impunidade da PM, soma-se às revoltas nos presídios, à ação impune de elementos da PM e grupos paramilitares e à campanha pela adoção da pena de morte como parte de uma política consciente da burguesia e do seu Estado de infanticídio do terror contra as massas, diante de uma situação de crise aguda em que estas dão enormes sinais de uma tendência à revolta e à mobilização pelos seus direitos, contra os planos de fome, miséria e morte do grande capital.*

*Quando o agravamento das condições de vida impelem as massas exploradas a lutarem para se defenderem o regime burguês em frangalhos não tem outro plano que não seja conter esta mobilização por meio do terror e da repressão.*

*Está na hora do conjunto da esquerda, da Frente Revolucionária, do ativismo de esquerda do PT e da CUT, das organizações populares, operárias e estudantis chamarem à construção de comitês de luta contra a violência e a repressão policial, pela dissolução da PM e de defesa dos explorados da população vitimados pela ação criminosa do Estado, em particular, neste momento, na defesa da liberdade dos atiradores.*

## O grande circo nacional

Por decisão do Congresso Constituinte de 1988 — acrescida de um adiantamento do calendário original — todo o País será chamado a votar em 21 de abril a favor do presidencialismo ou do parlamentarismo e da monarquia ou República. Está montado um grande circo político nacional e no centro do picadeiro, os habituais artistas da política se revezam para convencer a platéia sonolenta de que o parlamentarismo é o "mais democrático que existe", que o presidencialismo expressa "a verdadeira essência do regime republicano", que a "monarquia dá maior estabilidade ao país" e executar outros números mirabolantes que procuram interessar uma platéia desconfiada em grau extremo da tradicional prestidigitação política nacional.

Por detrás deste cenário circense encontra-se o esforço dos partidos burgueses, coadjuvados pelo conjunto da esquerda, para reestruturar politicamente um regime em frangalhos. A queda de Collor abalou, desde os alicerces, o já combatido regime político. A crise atual não é apenas mais uma crise, mas uma continuação e, portanto, um aprofundamento da não resolvida crise da ditadura militar a partir do final dos anos 70. A crise de Collor é o ponto mais alto da desestruturação política do regime diante das massas. Para o conjunto da burguesia torna-se não apenas necessário como urgente reformular o regime para subtraí-lo ainda mais ao controle popular, conforme o indicam claramente a nova lei dos partidos e as reformas políticas cogitadas para a revisão constitucional (voto distrital, fim do voto obrigatório etc.).

Esta reestruturação política, no entanto, não está em questão no plebiscito de abril precisamente porque a crise não permite à burguesia submeter nenhuma questão de importância ao referendo popular. Enquanto que os jornais, a televisão, os partidos burgueses e inclusive a esquerda — até mesmo aquela tida como da mais radical estirpe — se põem a discutir o que seria "melhor" ou "mais democrático", no centro do picadeiro montado pela burguesia, fica escamoteada o fato de que o plebiscito não passa de uma fachada para as manobras antidemocráticas arquitetadas pelos promotores do divertimento.

Em que a população será chamada a votar no dia 21 de abril? Em absolutamente nada! São apenas palavras, as quais caberá ao democrático Congresso definir o conteúdo concreto, as instituições e as normas de funcionamento (o parlamentarismo, o governo do Congresso, não é, afinal, mais democrático? O talento inato (o único talento) da política burguesa nacional para a enganação e o cinismo chegou a tais extremos nesta manobra que as propostas de "parlamentarismo" existentes indicam todas, sem exceção, para um reforço sem precedentes do presidencialismo (sim, isto mesmo!) onde o presidente da República adquiriria o poder próprio das ditaduras e inéduo de dissolver o Congresso Nacional! Tal é o parlamentarismo brasileiro!

A discussão existente no PT (que está dividido as duas supostas alternativas), na Convergência Socialista em outras organizações de esquerdas sobre os méritos e deméritos de cada uma das "formas" de regime (ou de nenhuma) nada mais serve que para ocultar a enorme farsa circense que a burguesia armou contra a população em seu conjunto.

Não denunciar a farsa monstruosa deste plebiscito (em que o povo vota em nada, enquanto toda a decisão ficará para o Congresso) ou, pior ainda, chamar a referendo qualquer das duas opções é um crime político sem precedentes. Toda a chacrinha em torno às qualidades dos regimes políticos é dar um cheque em branco aos partidos reacionários do Congresso Nacional para modelarem o regime político ao seu bel prazer às costas de todo o país. Este procedimento, em si mesmo, é já toda uma denúncia sobre o suposto caráter democrático do parlamentarismo, onde "o Congresso decide".

Não é minimamente verdadeiro dizer que o que está em jogo neste plebiscito são duas alternativas de reestruturação do regime da burguesia, ou seja, que está em jogo a forma do regime político e que esta seria decidida através da mobilização da opinião popular. Esta versão, em si já é uma apologia completa do regime atual e um encobrimento da sua crise (que não permite um mínimo funcionamento dos mecanismos formais da democracia) e da farsa montada para que a população vote a favor de um regime que

propõe uma maior (?) aproximação com o governo está dividido em relação ao plebiscito apesar de que a maioria dos seus setores dirigentes já engajaram o partido na Frente Parlamentarista dirigida por Luiz Antônio Fleury. A ala esquerda do partido, tanto a encabeçada pelo deputado federal Vladimir Palmeira como a chamada "Na luta, PT!" pronunciaram-se pelo presidencialismo sob a alegação de que o "parlamentarismo" da Frente Ulysses Guimarães (da qual participa o próprio Lula) está dirigido contra uma eventual vitória de Lula em 94, assim como o parlamentarismo de 1961 esteve dirigido contra o governo nacionalista de Goulart. A comparação erra mais coincidências do que supõem os esquerdistas do PT de ambas as facções.

O parlamentarismo — não o do plebiscito, mas o que será cozinhado no caldeirão de bruxas do Congresso Nacional após o espetáculo circense — é uma manobra de emergência da burguesia diante da crise do regime, em virtude da quebra do governo Collor, ou seja, do eixo de atuação do conjunto da classe dominante no Estado. Aqui se repete o mesmo que com a decisão tomada em Brasília em 2 de setembro de 1961 que vinha em função do sufrágio do governo Jânio Quadros. O parlamentarismo de então e o de agora é um mecanismo de segurança da burguesia diante das massas e uma proposta de acordo com o eventual vencedor das eleições presidenciais de 94. O fato de que o próprio PT seja parlamentarista evidencia esta proposta de acordo, cujo objetivo é a sustentação do regime. Em 1961, o acordo fracassou não porque o PTB janguista não o quisesse, aí estão todas as suas gigantescas concessões à direita para atestar, mas porque era insustentável diante da pressão das massas.

No entanto, é falso que votar pelo presidencialismo significa manter a situação tal como está para que Lula vença e estructure seu governo a partir de 1994. A vitória do presidencialismo no plebiscito nada mais será que uma autorização para que o Congresso aprove um conjunto de mudanças para impedir ou desnaturar qualquer vitória popular, independentemente do julgo que façamos dela. Se os parlamentaristas do PT fossem consequentes com a sua defesa da candidatura de Lula e da estruturação de um possível governo popular deveriam denunciar o próprio plebiscito como uma farsa e lutar para quebrar as manobras antidemocráticas em curso. Qual situação seria mais favorável para os que acreditam em um governo popular que aprofundar o atual debilitamento do regime antidemocrático? Dar autorização para o Congresso colidir reestruturar a seu gosto o regime é conspirar contra qualquer governo de esquerda, democrático, popular ou operário.

O movimento operário apresenta pouco a pouco claramente poderosas tendências à luta, como se evidencia na greve nacional dos tanqueiros, nas mobilizações nas montadoras do ABC contra as demissões, na greve dos funcionários do judiciário estadual de São Paulo, na greve nacional dos Portos e em vários outros movimentos. Este movimento se dirige virtual e potencialmente, objetivamente, contra o regime burguês abalado pela quebra do seu eixo com a queda de Collor. Abalo este que o governo Itamar não superou mas procura criar as condições para superar através de manobras políticas diversas. A presença de Barelli e, agora, de Luiza Erundina, no ministério, assim como os planos de acordo de Lula com o governo são uma preciosa trégua para que a burguesia possa tomar fôlego e empreender uma nova e violenta ofensiva contra as massas em outras condições. A denúncia da farsa do plebiscito circense, o chamado ao voto nulo, ou seja, a fazer fracassar as operações de reforma constitucional, de reestruturação do regime para enfrentar a crise é elemento decisivo para esclarecer para as massas operárias e todos os explorados o conjunto da situação e ajudá-los a dar um caráter unitário e consciente contra regime político, aos movimentos de luta que estão crescendo. Na realidade, o chamado ao voto nulo nada mais significa que impulsionar uma tendência própria das massas que já se manifestou de forma contundente nas últimas eleições. Cabe à esquerda revolucionária dar um caráter consciente a esta tendência através de um programa.

A luta pelo voto nulo para desmascarar o plebiscito fraudulento e circense é o caminho também para agrupar os ativistas que rompem com o PT em uma perspectiva de direção para estas lutas

## NA SEMANA

## Imposto sobre os salários

*Com o voto de 358 deputados, em sua maioria das bancadas chamadas de centro, centro-esquerda e esquerda, contra 84 contrários, do PDS e parte do PFL, na sua maioria, o governo Itamar venceu sua primeira "batalha" no Congresso aprovando o projeto de ajuste fiscal.*

*O projeto tem como seu principal item a criação do IPMF — Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira — a vigorar até dezembro de 1994 e que, com uma alíquota de 0,25%, incidirá sobre todas as transações bancárias. O imposto será cobrado no momento em que o dinheiro for debitado nas contas bancárias em qualquer tipo de operação (saques, pagamentos de contas etc.) e em todos os tipos de contas (correntes, poupanças, fundos etc.).*

*Aprovado com o voto favorável da esquerda, o IPMF constituiu-se, na realidade, em mais um imposto incidente sobre os salários, desta feita com uma abrangência maior do que o IR — do qual a maioria dos trabalhadores por seus salários miseráveis está isenta —. Todos os assalariados ou prestadores de serviços que recebem seus vencimentos por meio de conta bancária (o que nos grandes centros urbanos ocorre na maioria dos casos) terão o imposto descontado assim que retirem esses salários, sejam quais forem os seus valores. Caso o trabalhador opte por transferir os recursos recebidos de sua conta no banco escolhido pela empresa para outro, terá então de pagar duas vezes o IPMF.*

*Por meio de lei complementar a ser aprovada, o governo se comprometeu a descontar o valor do IPMF cobrado no recebimento dos salários, aposentadorias, pensões, por meio de uma redução do desconto para a Previdência, no caso dos salários e por meio de um acréscimo do valor das aposentadorias e pensões. O que não impedirá que os recursos continuem sendo tributados caso sejam transferidos de conta ou mesmo se aplicados em cadernetas de poupança. Além disso, ao transferir recursos pagos pelos trabalhadores da Previdência para as diversas áreas de destinação do IPMF, o governo realiza um novo ataque aos cofres da Previdência, sustentada pelas contribuições dos trabalhadores, em favor do orçamento do Estado à beira da falência.*

*O pretexto usado pela esquerda para votar favoravelmente a este projeto, em elaboração desde os tempos de Collor no governo, foi o de que estabeleceu-se uma vinculação do IPMF a programas sociais. No entanto, os fatos evidenciam que esta nada mais fez do que assinar um cheque em branco para o governo colidido de Itamar receber da população trabalhadora, numa ação de colaboração com o resgate do Estado burguês em situação de falência. Deixando de lado, as desculpas e pretextos, Lula declarou à Folha de São Paulo que "disse a Itamar, em setembro, que não queríamos participar do governo, mas que faríamos acordos pontuais, como já aconteceu na votação do ajuste fiscal. Ninguém pode negar que temos boa vontade em relação ao governo Itamar". De fato, ninguém.*

*É preciso dar uma resposta a mais este ataque contra a população trabalhadora. As direções do PT e da CUT...*

## Permissão para matar

*Alegando falta de condições técnicas para atribuir responsabilidade a qualquer um dos envolvidos pela morte de quaisquer um dos presos trucidados no Carandirú em outubro passado, o relatório do Inquérito Policial Militar (IPM) concluiu pelo não indiciamento de nenhum policial militar ou oficial por causa da chacina.*

*Em entrevista à imprensa e presidente do IPM, coronel Luiz Gonzaga de Oliveira, chegou ao absurdo de afirmar que para conseguir apurar efetivamente a responsabilidade direta de um envolvido em uma das mortes seriam necessários laudos e estudos técnicos que poderiam levar até 76 anos e que já que mais de 70 policiais afirmaram, nos depoimentos, terem atirado contra os presos sem no entanto, declararem terem atingido mortalmente o "alvo", era impossível responsabilizá-los criminalmente.*

*Embora não decisiva, porque os policiais estão para serem indiciados pelo Ministério Público, a deliberação do IPM demonstra que a Polícia Militar e o governo do Estado buscam a impunidade diante do massacre, como forma não só de garantir a integridade dos assassinos e responsáveis pela chacina, mas também de garantir a integridade da máquina de morte, o "moral da tropa", para que ela esteja apta a repetir a operação de guerra contra pessoas indefesas, sempre que o comando do Estado e da PM, acharem necessário.*

*A impunidade da PM, soma-se às revoltas nos presídios, à ação impune de elementos da PM e grupos paramilitares e à campanha pela adoção da pena de morte como parte de uma política consciente da burguesia e do seu Estado de intensificação do terror contra as massas, diante de uma situação de crise aguda em que estas dão enormes sinais de uma tendência à revolta e à mobilização pelos seus direitos, contra os planos de fome, miséria e morte do grande capital.*

*Quando o agravamento das condições de vida impelem as massas exploradas a lutarem para se defenderem o regime burguês em frangalhos não tem outro plano que não seja conter esta mobilização por meio do terror e da repressão.*

*Está na hora do conjunto da esquerda, da Frente Revolucionária, do ativismo de esquerda do PT e da CUT, das organizações populares, operárias e estudantis chamarem à construção de comitês de luta contra a violência e a repressão policial, pela dissolução da PM e de defesa dos explorados da população vitimados pela ação criminoso do Estado, em particular, neste momento, na defesa da liberdade dos ativistas e lideranças presos ou condenados por sua participação nas lutas populares. Nestas organizações e nos comitês coloca-se a necessidade de por em prática uma campanha, já aprovada pela Pró-Central dos Movimentos Populares, de realização de um Encontro Nacional de luta contra a violência e a repressão policial, para deliberar um plano de lutas conjunto dos explorados contra os planos repressivos do grande capital.*

Por decisão do Congresso Constituinte de 1988 — acrescida de um adiamento do calendário original — todo o País será chamado a votar em 21 de abril a favor do presidencialismo ou do parlamentarismo e da monarquia ou República. Está montado um grande circo político nacional e no centro do picadeiro, os habituais artistas da política se revezam para convencer a platéia sonolenta de que o parlamentarismo é o "mais democrático que existe", que o presidencialismo expressa "a verdadeira essência do regime republicano", que a "monarquia dá maior estabilidade ao país" e executar outros números mirabolantes que procuram interessar uma platéia desconfiada em grau extremo da tradicional prestidigitação política nacional.

Por detrás deste cenário circense encontra-se o esforço dos partidos burgueses, coadjuvados pelo conjunto da esquerda, para reestruturar politicamente um regime em frangalhos. A queda de Collor abalou, desde os alicerces, o já combatido regime político. A crise atual não é apenas mais uma crise, mas uma continuação e, portanto, um aprofundamento da não resolvida crise da ditadura militar a partir do final dos anos 70. A crise de Collor é o ponto mais alto da desestruturação política do regime diante das massas. Para o conjunto da burguesia torna-se não apenas necessário como urgente reformular o regime para subtraí-lo ainda mais ao controle popular, conforme o indicam claramente a nova lei dos partidos e as reformas políticas cogitadas para a revisão constitucional (voto distrital, fim do voto obrigatório etc.).

Esta reestruturação política, no entanto, não está em questão no plebiscito de abril precisamente porque a crise não permite à burguesia submeter nenhuma questão de importância ao referendo popular. Enquanto que os jornais, a televisão, os partidos burgueses e inclusive a esquerda — até mesmo aquela tida como da mais radical estirpe — se põem a discutir o que seria "melhor" ou "mais democrático", no centro do picadeiro montado pela burguesia, fica escamoteada o fato de que o plebiscito não passa de uma fachada para as manobras antidemocráticas arquitetadas pelos promotores do divertimento.

Em que a população será chamada a votar no dia 21 de abril? Em absolutamente nada! São apenas palavras, às quais caberá ao democrático Congresso definir o conteúdo concreto, as instituições e as normas de funcionamento (o parlamentarismo, o governo do Congresso, não é, afinal, mais democrático?). O talento inato (o único talento) da política burguesa nacional para a enganação e o cinismo chegou a tais extremos nesta manobra que as propostas de "parlamentarismo" existentes indicam todas, sem exceção, para um reforço sem precedentes do presidencialismo (sim, isto mesmo!) onde o presidente da República adquiriria o poder próprio das ditaduras e inédito de dissolver o Congresso Nacional! Tal é o parlamentarismo brasileiro!

A discussão existente no PT (que está dividido as duas supostas alternativas), na Convergência Socialista em outras organizações de esquerdas sobre os méritos e deméritos de cada uma das "formas" de regime (ou de nenhuma) nada mais serve que para ocultar a enorme farsa circense que a burguesia armou contra a população em seu conjunto.

Não denunciar a farsa monstruosa deste plebiscito (em que o povo vota em nada, enquanto toda a decisão ficará para o Congresso) ou, pior ainda, ceder a referendar qualquer das duas opções é um crime político sem precedentes. Toda a chacrinha em torno às qualidades dos regimes políticos é dar um cheque em branco aos partidos reacionários do Congresso Nacional para modelarem o regime político ao seu bel prazer às costas de todo o país. Este procedimento, em si mesmo, é já toda uma denúncia sobre o suposto caráter democrático do parlamentarismo, onde "o Congresso decide".

Não é minimamente verdadeiro dizer que o que está em jogo neste plebiscito são duas alternativas de reestruturação do regime da burguesia, ou seja, que está em jogo a forma do regime político e que esta seria decidida através da mobilização da opinião popular. Esta versão, em si já é uma apologia completa do regime atual e um encobrimento da sua crise (que não permite um mínimo funcionamento dos mecanismos formais da democracia) e da farsa montada para que a população vote a favor de um regime que ninguém sabe exatamente qual vai ser.

A farsa do plebiscito está sendo orquestrada pelas mesmas pessoas e partidos, pelos mesmos interesses capitalistas, que montaram e levaram adiante a farsa de substituir Collor por seu vice. Seu objetivo é proceder a uma reestruturação do regime em crise de forma a levar adiante seus planos de brutal ataque às condições de vida das massas em favor do imperialismo. Na base da crise do regime encontra-se a sua total incapacidade de superar a falência do capitalismo que está operando o mais profundo retrocesso histórico do país com a destruição do ensino, retrocesso industrial, destruição da saúde pública, marginalização absoluta de milhões de trabalhadores que sequer têm o que comer, retrocesso agrícola etc.

O PT, que apoiou toda a farsa do Fora Collor, tem dois ministros no governo e cujo presidente

propõe uma maior (?) aproximação com o governo está dividido em relação ao plebiscito apesar de que a maioria dos seus setores dirigentes já engajaram o partido na Frente Parlamentarista dirigida por Luiz Antônio Fleury. A ala esquerda do partido, tanto a encabeçada pelo deputado federal Vladimir Palmeira como a chamada "Na luta, PT!" pronunciaram-se pelo presidencialismo sob a alegação de que o "parlamentarismo" da Frente Ulysses Guimarães (da qual participa o próprio Lula) está dirigido contra uma eventual vitória de Lula em 94, assim como o parlamentarismo de 1961 esteve dirigido contra o governo nacionalista de Goulart. A comparação encerra mais coincidências do que supõem os esquerdistas do PT de ambas as facções.

O parlamentarismo — não o do plebiscito, mas o que será cozinhado no caldeirão de bruxas do Congresso Nacional após o espetáculo circense — é uma manobra de emergência da burguesia diante da crise do regime, em virtude da quebra do governo Collor, ou seja, do eixo de atuação do conjunto da classe dominante no Estado. Aqui se repete o mesmo que com a decisão tomada em Brasília em 2 de setembro de 1961 que vinha em função do sufrágio do governo Jânio Quadros. O parlamentarismo de então e o de agora é um mecanismo de segurança da burguesia diante das massas e uma proposta de acordo com o eventual vencedor das eleições presidenciais de 94. O fato de que o próprio PT seja parlamentarista evidencia esta proposta de acordo, cujo objetivo é a sustentação do regime. Em 1961, o acordo fracassou não porque o PTB janguista não o quisesse, aí estão todas as suas gigantescas concessões à direita para atestar, mas porque era insustentável diante da pressão das massas.

No entanto, é falso que votar pelo presidencialismo significa manter a situação tal como está para que Lula vença e estruture seu governo a partir de 1994. A vitória do presidencialismo no plebiscito nada mais será que uma autorização para que o Congresso prove um conjunto de mudanças para impedir ou desnaturar qualquer vitória popular, independentemente do juízo que façamos dela. Se os parlamentaristas do PT fossem consequentes com a sua defesa da candidatura de Lula e da estruturação de um possível governo popular deveriam denunciar o próprio plebiscito como uma farsa e lutar para que as manobras antidemocráticas em curso. Qual situação seria mais favorável para os que acreditam em um governo popular que aprofundar o atual debilitamento do regime antidemocrático? Dar autorização para o Congresso collorido reestruturar a seu gosto o regime é conspirar contra qualquer governo de esquerda, democrático, popular ou operário.

O movimento operário apresenta pouco a pouco claramente poderosas tendências à luta, como se evidencia na greve nacional dos tanqueiros, nas mobilizações nas montadoras do ABC contra as demissões, na greve dos funcionários do judiciário estadual de São Paulo, na greve nacional dos Portos e em vários outros movimentos. Este movimento se dirige virtual e potencialmente, objetivamente, contra o regime burguês abalado pela quebra do seu eixo com a queda de Collor, abalo este que o governo Itamar não superou mas procura criar as condições para superar através de manobras políticas diversas. A presença de Borelli e, agora, de Luiza Erundina, no ministério, assim como os planos de acordo de Lula com o governo são uma preciosa tréguia para que a burguesia possa tomar fôlego e empreender uma nova e violenta ofensiva contra as massas em outras condições. A denúncia da farsa do plebiscito circense, o chamado ao voto nulo, ou seja, a fazer fracassar as operações de reforma constitucional, de reestruturação do regime para enfrentar a crise é elemento decisivo para esclarecer para as massas operárias e todos os explorados o conjunto da situação e ajudá-los a dar um caráter unitário e consciente contra regime político, aos movimentos de luta que estão crescendo. Na realidade, o chamado ao voto nulo nada mais significa que impulsionar uma tendência própria das massas que já se manifestou de forma contundente nas últimas eleições. Cabe à esquerda revolucionária dar um caráter consciente a esta tendência através de um programa.

A luta pelo voto nulo para desmascarar o plebiscito fraudulento e circense é o caminho também para agrupar os ativistas que rompem com o PT em uma perspectiva de direção para estas lutas em face do monumental fracasso do PT em cumprir esta tarefa elementar.

Chamamos os companheiros da Frente Revolucionária, os companheiros da esquerda do PT que se opõem ao acordo com o governo Itamar, com a frente parlamentarista e à manobras reacionárias da burguesia a formar já uma ampla frente de luta pelo voto nulo, pelo governo dos trabalhadores, pela dissolução do Congresso e a imediata convocatória de eleições gerais, pelo não pagamento da dívida externa, pelo fim do imposto aos salários, pelo reajuste mensal automática de acordo com a inflação e pelo fim das demissões.

Em torno a esta perspectiva política está colocado formar imediatamente comitês de todos os que queiram denunciar a farsa e chamar o voto nulo para organizar uma campanha massiva nas fábricas, empresas, escolas e nos bairros.

## Imposto sobre os salários

*Com o voto de 358 deputados, em sua maioria das bancadas chamadas de centro, centro-esquerda e esquerda, contra 84 contrários, do PDS e parte do PFL, na sua maioria, o governo Itamar venceu sua primeira "batalha" no Congresso aprovando o projeto de ajuste fiscal.*

*O projeto tem como seu principal item a criação do IPMF — Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira — a vigorar até dezembro de 1994 e que, com uma alíquota de 0,25%, incidirá sobre todas as transações bancárias. O imposto será cobrado no momento em que o dinheiro for debitado nas contas bancárias em qualquer tipo de operação (saques, pagamentos de contas etc.) e em todos os tipos de contas (correntes, poupanças, fundos etc.).*

*Aprovado com o voto favorável da esquerda, o IPMF constituiu-se, na realidade, em mais um imposto incidente sobre os salários, desta feita com uma abrangência maior do que o IR — do qual a maioria dos trabalhadores por seus salários miseráveis está isenta —. Todos os assalariados ou prestadores de serviços que recebam seus vencimentos por meio de conta bancária (o que nos grandes centros urbanos ocorre na maioria dos casos) terão o imposto descontado assim que retirem esses salários, sejam quais forem os seus valores. Caso o trabalhador opte por transferir os recursos recebidos de sua conta no banco escolhido pela empresa para outro, terá então de pagar duas vezes o IPMF.*

*Por meio de lei complementar a ser aprovada, o governo se comprometeu a descontar o valor do IPMF cobrado no recebimento dos salários, aposentadorias, pensões, por meio de uma redução do desconto para a Previdência, no caso dos salários e por meio de um acréscimo do valor das aposentadorias e pensões. O que não impedirá que os recursos continuem sendo tributados caso sejam transferidos de conta ou mesmo se aplicados em cadernetas de poupança. Além disso, ao transferir recursos pagos pelos trabalhadores da Previdência para as diversas áreas de destinação do IPMF, o governo realiza um novo ataque aos cofres da Previdência, sustentada pelas contribuições dos trabalhadores, em favor do orçamento do Estado à beira da falência.*

*O pretexto usado pela esquerda para votar favoravelmente a este projeto, em elaboração desde os tempos de Collor no governo, foi o de que estabeleceu-se uma vinculação do IPMF a programas sociais. No entanto, os fatos evidenciam que esta nada mais fez do que assinar um cheque em branco para o governo collorido de Itamar receber da população trabalhadora, numa ação de colaboração com o resgate do Estado burguês em situação de falência. Deixando de lado, as desculpas e pretextos, Lula declarou à Folha de São Paulo que "disse a Itamar, em setembro, que não queríamos participar do governo, mas que faríamos acordos pontuais, como já aconteceu na votação do ajuste fiscal. Ninguém pode negar que temos boa vontade em relação ao governo Itamar". De fato, ninguém.*

*E preciso dar uma resposta a mais este ataque contra a população trabalhadora. As direções do PT e da CUT são coniventes com este roubo dos salários e engordamento da máquina do Estado burguês às custas dos trabalhadores. A esquerda deve tomar a iniciativa para levar a CUT a se colocar na luta contra esta operação de pilhagem. A esquerda da CUT e do PT, os companheiros da Frente Revolucionária e todos os que realizaram, durante a campanha do Fora Collor, o Encontro de Belo Horizonte devem convocar uma nova Plenária massiva do movimento operário e popular para deliberar um plano de lutas contra o "ajuste" do governo do grande capital contra os trabalhadores.*



# Como desenvolver uma alternativa de direção

## Uma proposta para superar as debilidades da esquerda que rompe com o PT sobre a base da rejeição à política de colaboração de classe

O completo esgotamento do PT como partido político ligado às lutas dos explorados e a sua transformação em partido do Estado (agora evidenciado amplamente com a participação de Erundina no governo Itamar) colocou de forma objetiva a necessidade de uma direção alternativa, independente da burguesia, para a luta da classe operária e dos explorados em geral.

A constituição da chamada Frente Revolucionária, apresentada como alternativa política ao PT, procurou aparecer como uma resposta a esta necessidade objetiva da situação da luta de classes em nosso País. No entanto, a FR em quase um ano de existência não conseguiu materializar-se como alternativa e manteve-se em uma situação de completa paralisia, tendo sido incapaz de apresentar-se diante do movimento de massas como uma direção política que oferecesse uma perspectiva ou como instrumento de ação, seja nos grandes acontecimentos da crise nacional em curso (Campanha do Fora Collor, eleições municipais etc.), seja na intervenção cotidiana nas diversas frentes de luta das massas, sindicais ou populares.

**AS CONTRADIÇÕES DA FRENTE.** A experiência prática deste período turbulento colocou em evidência para os próprios integrantes da Frente e para todo o mundo, a sua incapacidade de resolver os problemas que impedem que a Frente Revolucionária exista como força política, ou seja, para dar lugar um desenvolvimento revolucionário real da luta pela construção de uma direção independente para o movimento operário.

A questão do voto nulo nas eleições municipais colocou em evidência a situação de impotência em que está colocada a Frente Revolucionária. Diante de uma questão política central, como era a independência política do movimento operário diante dos partidos burgueses e do partido que havia ingressado no governo Itamar Franco, a Frente mostrou não ter qualquer consistência programática para definir uma posição unitária que procedesse de uma correta compreensão da situação política, do PT e da política a ser seguida diante dele. Por outro lado, os integrantes da frente foram incapazes de estabelecer um compromisso elementar para realizar uma luta comum, único caminho para a superação das divergências internas, para possibilitar uma evolução da própria frente enquanto proposta de direção política e do próprio movimento operário e de massas. Não se trata simplesmente de criticar a posição adotada por este ou aquele integrante da frente, por mais acertada ou equivocada que fosse, mas assinalar a completa anulação da frente enquanto tal nas eleições municipais, uma vez que esta não foi capaz de

política de seguidismo ao PT. Em nome de uma política de unidade na luta, ocorreu o apoio à política e a homens do PT que se colocam no sentido exatamente oposto ao da luta, como é caso de Suplicy em São Paulo, Patrus em Belo Horizonte, Darci Arcosi, em Goiânia e assim por diante.

A segunda questão que contribui de maneira decisiva para a paralisia da frente foi método adotado para o seu funcionamento.

Segundo este método, qualquer componente da frente tem poder de vetar a implementação de qualquer decisão que, em face da impossibilidade de superar as divergências por força de um acordo ideológico, faz com que qualquer divergência se transforme em um obstáculo ao desenvolvimento de uma ação comum. Este método que foi apresentado com uma fórmula ideal para garantir a unidade de todos os seus integrantes transformou-se, dialeticamente, em um instrumento para impedir qualquer possibilidade de unidade e fomentar a divisão da Frente Revolucionária e entre os agrupamentos classistas e revolucionários anulando-a, portanto, completamente com instrumento de ação política.

**A QUESTÃO DOS VETOS.** Os vetos aplicados no interior da frente contra um conjunto de agrupamentos (PRO, RO etc.), mas dirigido particularmente contra Causa Operária, estão indissolivelmente ligados a estas questões metodológicas mencionadas acima.

Primeiro, porque Causa Operária foi a única organização política que clara e conscientemente preparou a ruptura com o PT estabelecendo uma crítica rigorosa da política daquele partido em todos os terrenos. Neste sentido, Causa Operária é por consequência uma organização que tem condições inegavelmente para contribuir decisivamente ao desenvolvimento de uma frente que se propõe a ser uma alternativa de direção para o movimento operário diante do esgotamento do PT.

Segundo, porque o direito de veto impede o desenvolvimento da frente com todas as organizações que romperam com o PT sobre a base da crítica à sua integração ao Estado em um pólo unitário de luta política independente. Os vetos não têm critério político, mas obedecem exclusivamente a objetivos de aparelho e manipulação.

Ao contrário do que pensam muitos dos integrantes da frente que se opõem formalmente aos vetos estes não são produto exclusivo de uma ou algumas das correntes da Frente como a Convergência Socialista, mas o resultado desta metodologia absurda compartilhada por todos que está estrangulando neste, e em todos os terrenos, um desenvolvimento da frente como direção e, até mesmo, como força política.

Frente Revolucionária que constitui um pólo de unidade dos grupos e militantes que romperam com o PT sobre a base da rejeição à sua política de integração ao Estado está em contradição com a paralisia e o papel nulo cumprido pela frente revolucionária.

Uma frente não é um partido, mas também não pode ser um mero clube de discussão. A política e a metodologia adotadas conduziram a Frente Revolucionária a que se transformasse em um clube de discussões, com o agravante de que, como não se reúne sequer, é um clube de discussões sem discussão. A FR nasceu propondo a construir um partido revolucionário, mas sequer conseguiu se desenvolver como uma frente política.

A frente pode se desenvolver até constituir um partido se faz uma tentativa séria de desenvolvimento enquanto frente e vá testando através da ação e do debate político comum sobre a base desta ação as concepções existentes no seu interior e, desta forma, vai se transformando em um pólo real de independência de classe.

Os integrantes da Frente representam em sua heterogeneidade diversas expressões da desigualdade e da variedade da luta revolucionária. Tal heterogeneidade não pode ser ignorada ou resolvida por métodos artificiais como o consenso. Somente a experiência prática da luta comum e a ampla liberdade de discussão sobre esta base podem dar uma perspectiva de superação desta heterogeneidade em um partido comum.

Consideramos necessária realizar uma tentativa séria de desenvolver a frente, o que somente pode ser obtido através de uma metodologia que permita a ação e o debate unitário dos diversos componentes da frente. O primeiro passo, sem o qual não há a possibilidade de constituir um verdadeiro pólo de unificação dos setores que rompem com o PT em um sentido de independência da burguesia, é a suspensão de todos

os vetos.

Sobre esta base, propomos aos integrantes da FR um compromisso em que cada integrante da frente esteja disposto a ceder parte da sua autonomia para desenvolver uma experiência comum. Que seja formada uma coordenação provisória paritária com todos os agrupamentos e que as questões sejam votadas por maioria simples, de acordo com os métodos tradicionais das organizações operárias e que os integrantes da frente acatem as decisões para a ação política tomadas por este método. Que a liberdade de crítica nos jornais e materiais das organizações e agrupamentos seja efetiva e irrestrita, nos jornais e materiais de cada corrente e da própria frente, mas que todos se comprometam a encaminhar solidariamente as resoluções práticas apesar das eventuais divergências. Este relacionamento — que abre caminho para uma ação unitária — deve ser complementado com a publicação de um boletim interno aos integrantes da frente, para ser distribuídos aos militantes de base de cada organização da Frente, que aprofunde efetivamente o debate político e sirva para construir, através da discussão clara, uma possível solidez nas idéias que cimente uma real unidade política.

Este primeiro passo de unidade uma vez colocado em prática seria complementado com a realização de conferências regionais, estaduais e nacionais amplamente preparadas onde cada organização se faça representar de acordo com o seu peso numérico específico e sua influência política através da eleição de delegados.

Para que a frente possa se desenvolver e desempenhar um papel dirigente, é necessário este compromisso político que, na realidade, representa uma aposta no futuro desta perspectiva através da luta. Causa Operária, enquanto organização está disposta a abrir mão de uma parcela de suas prerrogativas e de sua autonomia para

colocar em marcha este projeto e para o conjunto das organizações da frente a discutir esta proposta e a fazer o mesmo.

Para materializar esta perspectiva a Frente necessita de um plano de ação que tenha como base um posicionamento diante do governo e das reivindicações fundamentais do movimento operário que deve, começar já com uma campanha pela denúncia da farsa do plebiscito e pelo voto nulo em defesa de um programa de classe. Um posicionamento inequívoco diante do PT, que expresse uma autêntica ruptura com a política pró-capitalista de sua direção. Para desmascarar o PT diante das massas que lhe prestam apoio eleitoral e diante da parcela combativa de militantes que ainda permanecem no seu interior, chamar o PT para a luta em particular seus setores de esquerda, com os métodos de uma Frente Única de combate pelas reivindicações operárias, contra o governo de fome de Itamar e suas medidas de destruição da economia nacional e de submetimento ao imperialismo.

Com esta política lutar, com a esquerda do PT e com todos os setores do movimento operário que se disponham, sob a base de um plano de lutas, pela construção de uma nova direção para a CUT, contra a burocracia cutista; por uma nova direção para o movimento estudantil e a juventude, contra os afiliados do governo Itamar, PCdoB e PT.

O primeiro passo nesse caminho é acabar já com todas as provocações que impedem o avanço da construção de uma alternativa para a luta dos explorados. Propomos abrir um amplo debate que tenha como objetivo principal a aprovação de um programa e um plano de lutas que seja uma importante ferramenta dos explorados contra a unidade dos defensores do regime de fome da burguesia em frangalhos e uma metodologia que viabilize a construção de uma alternativa revolucionária para os trabalhadores.

## Por uma campanha comum de denúncia da farsa do plebiscito

O plebiscito de abril encontrasse no centro de uma ampla manobra da burguesia para reestruturar o regime em crise com a queda de Collor. Trata-se de uma manobra distracionista que visa a obter apoio popular para as manobras e as modificações que serão feitas posteriormente no Congresso, às costas da população e com o objetivo de eliminar seus direitos democráticos mais elementares.

Chamamos a Frente Revolucionária e todos os agrupamentos que defendem a independência política dos trabalhadores diante do regime burguês para realizar uma

A importância desta campanha está dada pela necessidade de criar as condições, através de uma compreensão correta da situação política, para o amplo e profundo movimento de luta dos operários e das massas que vem se gestando desde a crise de Collor e que se manifesta em importantes mobilizações como a dos portos, dos tanqueiros, dos metalúrgicos do ABC, dos judiciários de São Paulo etc. Sobre a base desta campanha será possível também oferecer um eixo de reagrupamento político através da luta, a todos os grupos e ativistas que têm sido golpeados pela política de integração do Estado

nação dos mínimos mecanismos ou aspectos democráticos do funcionamento do Estado como o direito de organização partidária e o voto proporcional.

Toda uma ala esquerda daquele partido, composta principalmente pelos companheiros do agrupamento "Na luta, PT!" defendem o presidencialismo como forma de opor-se à manobra reacionária do parlamentarismo e defender a possibilidade de uma candidatura de esquerda em 94. A luta comum em uma frente única pelo voto nulo pode ser um importante instrumento para que estes companheiros, ou uma ampla parcela deles, com-

O completo esgotamento do PT como partido político ligado às lutas dos explorados e a sua transformação em partido do Estado (agora evidenciado amplamente com a participação de Eruandina no governo Itamar) colocou de forma objetiva a necessidade de uma direção alternativa, independente da burguesia, para a luta da classe operária e dos explorados em geral.

A constituição da chamada Frente Revolucionária, apresentada como alternativa política ao PT, procurou aparecer como uma resposta a esta necessidade objetiva da situação da luta de classes em nosso País. No entanto, a FR em quase um ano de existência não conseguiu materializar-se como alternativa e manteve-se em uma situação de completa paralisia, tendo sido incapaz de apresentar-se diante do movimento de massas como uma direção política que oferecesse uma perspectiva ou como instrumento de ação, seja nos grandes acontecimentos da crise nacional em curso (Campanha do Fora Collor, eleições municipais etc.), seja na intervenção cotidiana nas diversas frentes de luta das massas, sindicais ou populares.

● **AS CONTRADIÇÕES DA FRENTE.** A experiência prática deste período turbulento colocou em evidência para os próprios integrantes da Frente e para todo o mundo, a sua incapacidade de resolver os problemas que impedem que a Frente Revolucionária exista como força política, ou seja, para dar lugar um desenvolvimento revolucionário real da luta pela construção de uma direção independente para o movimento operário.

A questão do voto nulo nas eleições municipais colocou em evidência a situação de impotência em que está colocada a Frente Revolucionária. Diante de uma questão política central, como era a independência política do movimento operário diante dos partidos burgueses e do partido que havia ingressado no governo Itamar Franco, a Frente mostrou não ter qualquer consistência programática para definir uma posição unitária que procedesse de uma correta compreensão da situação política, do PT e da política a ser seguida diante dele. Por outro lado, os integrantes da frente foram incapazes de estabelecer um compromisso elementar para realizar uma luta comum, único caminho para a superação das divergências internas, pare possibilitar uma evolução da própria frente enquanto proposta de direção política e do próprio movimento operário e de massas. Não se trata simplesmente de criticar a posição adotada por este ou aquele integrante da frente, por mais acertada ou equivocada que fosse, mas assinalar a completa anulação da frente enquanto tal na eleições uma vez que esta não foi capaz de cumprir nenhum papel político positivo ou negativo.

O primeiro motivo pelo qual a frente foi anulada enquanto fator político neste e em outros acontecimentos reside na sua incapacidade de definir uma posição correta diante do PT. Esta ausência acabou sendo obscurecida por críticas abstratamente ideológicas que, no entanto, não conduzem a um combate político, por um lado, e por outro, pelo argumento de que é necessário fazer um chamado à unidade na luta com o PT. O segundo argumento, particularmente, é prejudicial porque sendo genericamente correto serviu concretamente para propor uma

política de seguidismo ao PT. Em nome de uma política de unidade na luta, ocorreu o apoio à política e a homens do PT que se colocam no sentido exatamente oposto ao da luta, como é caso de Suplicy em São Paulo, Patrus em Belo Horizonte, Darci Arcosi, em Goiânia e assim por diante.

A segunda questão que contribui de maneira decisiva para a paralisia da frente foi método adotado para o seu funcionamento.

Segundo este método, qualquer componente da frente tem poder de vetar a implementação de qualquer decisão que, em face da impossibilidade de superar as divergências por força de um acordo ideológico, faz com que qualquer divergência se transforme em um obstáculo ao desenvolvimento de uma ação comum. Este método que foi apresentado com uma fórmula ideal para garantir a unidade de todos os seus integrantes transformou-se, dialeticamente, em um instrumento para impedir qualquer possibilidade de unidade e fomentar a divisão da Frente Revolucionária e entre os agrupamentos classistas e revolucionários anulando-a, portanto, completamente com instrumento de ação política.

● **A QUESTÃO DOS VETOS.** Os vetos aplicados no interior da frente contra um conjunto de agrupamentos (PRO, RO etc.), mas dirigido particularmente contra Causa Operária, estão indissolivelmente ligados a estas questões metodológicas mencionadas acima.

Primeiro, porque Causa Operária foi a única organização política que clara e conscientemente preparou a ruptura com o PT estabelecendo uma crítica rigorosa da política daquele partido em todos os terrenos. Neste sentido, Causa Operária é por consequência uma organização que tem condições inegavelmente para contribuir decisivamente ao desenvolvimento de uma frente que se propõe a ser uma alternativa de direção para o movimento operário diante do esgotamento do PT.

Segundo, porque o direito de veto impede o desenvolvimento da frente com todas as organizações que romperam com o PT sobre a base da crítica à sua integração ao Estado em um pólo unitário de luta política independente. Os vetos não têm critério político, mas obedecem exclusivamente a objetivos de aparelho e manipulação.

Ao contrário do que pensam muitos dos integrantes da frente que se opõem formalmente aos vetos estes não são produto exclusivo de uma ou algumas das correntes da Frente como a Convergência Socialista, mas o resultado desta metodologia absurda compartilhada por todos que está estrangulando neste, e em todos os terrenos, um desenvolvimento da frente como direção e, até mesmo, como força política.

Finalmente, é preciso deixar absolutamente claro que o veto à Causa Operária constitui uma provocação contra todos os integrantes da Frente, contra os ativistas de base da Frente e, particularmente uma provocação da direção da CS contra os próprios militantes daquela corrente que aspiram à unidade de ação da esquerda para enfrentar os desafios da situação atual.

Trata-se de uma provocação que visa unicamente a dividir a esquerda em função de objetivos particulares e nunca colocados claramente.

● **DESENVOLVER A FRENTE.** A necessidade objetiva de uma

Frente Revolucionária que constitua um pólo de unidade dos grupos e militantes que romperam com o PT sobre a base da rejeição à sua política de integração ao Estado está em contradição com a paralisia e o papel nulo cumprido pela frente revolucionária.

Uma frente não é um partido, mas também não pode ser um mero clube de discussão. A política e a metodologia adotadas conduziram a Frente Revolucionária a que se transformasse em um clube de discussões, com o agravante de que, como não se reúne sequer, é um clube de discussões sem discussão. A FR nasceu propondo a construir um partido revolucionário, mas sequer conseguiu se desenvolver como uma frente política.

A frente pode se desenvolver até constituir um partido se faz uma tentativa séria de desenvolvimento enquanto frente e vá testando através da ação e do debate político comum sobre a base desta ação as concepções existentes no seu interior e, desta forma, vai se transformando em um pólo real de independência de classe.

Os integrantes da Frente representam em sua heterogeneidade diversas expressões da desigualdade e da variedade da luta revolucionária. Tal heterogeneidade não pode ser ignorada ou resolvida por métodos artificiais como o consenso. Somente a experiência prática da luta comum e a ampla liberdade de discussão sobre esta base podem dar uma perspectiva de superação desta heterogeneidade em um partido comum.

Consideramos necessária realizar uma tentativa séria de desenvolver a frente, o que somente pode ser obtido através de uma metodologia que permita a ação e o debate unitário dos diversos componentes da frente. O primeiro passo, sem o qual não há a possibilidade de constituir um verdadeiro pólo de unificação dos setores que rompem com o PT em um sentido de independência da burguesia, é a suspensão de todos

os vetos.

Sobre esta base, propomos aos integrantes da FR um compromisso em que cada integrante da frente esteja disposto a ceder parte da sua autonomia para desenvolver uma experiência comum. Que seja formada uma coordenação provisória paritária com todos os agrupamentos e que as questões sejam votadas por maioria simples, de acordo com os métodos tradicionais das organizações operárias e que os integrantes da frente acatem as decisões para a ação política tomadas por este método. Que a liberdade de crítica nos jornais e materiais das organizações e agrupamentos seja efetiva e irrestrita, nos jornais e materiais de cada corrente e da própria frente, mas que todos se comprometam a encaminhar solidariamente as resoluções práticas apesar das eventuais divergências. Este relacionamento — que abre caminho para uma ação unitária — deve ser complementado com a publicação de um boletim interno aos integrantes da frente, para ser distribuídos aos militantes de base de cada organização da Frente, que aprofunde efetivamente o debate político e sirva para construir, através da discussão clara, uma possível solidez nas idéias que cimente uma real unidade política.

Este primeiro passo de unidade uma vez colocado em prática seria complementado com a realização de conferências regionais, estaduais e nacionais amplamente preparadas onde cada organização se faça representar de acordo com o seu peso numérico específico e sua influência política através da eleição de delegados.

Para que a frente possa se desenvolver e desempenhar um papel dirigente, é necessário este compromisso político que, na realidade, representa uma aposta no futuro desta perspectiva através da luta. Causa Operária, enquanto organização está disposta a abrir mão de uma parcela de suas prerrogativas e de sua autonomia para

colocar em marcha este projeto e chama o conjunto das organizações da frente a discutir esta proposta e a fazer o mesmo.

Para materializar esta perspectiva a Frente necessita de um plano de ação que tenha como base um posicionamento diante do governo e das reivindicações fundamentais do movimento operário que deve, começar já com uma campanha pela denúncia da farsa do plebiscito e pelo voto nulo em defesa de um programa de classe. Um posicionamento inequívoco diante do PT, que expresse uma autêntica ruptura com a política pró-capitalista de sua direção. Para desmascarar o PT diante das massas que lhe prestam apoio eleitoral e diante da parcela combativa de militantes que ainda permanecem no seu interior, chamar o PT para a luta em particular seus setores de esquerda, com os métodos de uma Frente Única de combate pelas reivindicações operárias, contra o governo de fome de Itamar e suas medidas de destruição da economia nacional e de submetimento ao imperialismo.

Com esta política lutar, com a esquerda do PT e com todos os setores do movimento operário que se disponham, sob a base de um plano de lutas, pela construção de uma nova direção para a CUT, contra a burocracia cutista; por uma nova direção para o movimento estudantil e a juventude, contra os afilhados do governo Itamar, PCdoB e PT.

O primeiro passo nesse caminho é acabar já com todas as provocações que impedem o avanço da construção de uma alternativa para a luta dos explorados. Propomos abrir um amplo debate que tenha como objetivo principal a aprovação de um programa e um plano de lutas que seja uma importante ferramenta dos explorados contra a unidade dos defensores do regime de fome da burguesia em frangalhos e uma metodologia que viabilize a construção de uma alternativa revolucionária para os trabalhadores.

## Por uma campanha comum de denúncia da farsa do plebiscito

O plebiscito de abril encontrasse no centro de uma ampla manobra da burguesia para reestruturar o regime em crise com a queda de Collor. Trata-se de uma manobra distracionista que visa a obter apoio popular para as manobras e as modificações que serão feitas posteriormente no Congresso, às costas da população e com o objetivo de eliminar seus direitos democráticos mais elementares.

Chamamos a Frente Revolucionária e todos os agrupamentos que defendem a independência política dos trabalhadores diante do regime burguês para realizar uma campanha nacional de denúncia da farsa do plebiscito, defendendo o voto nulo por um governo dos trabalhadores, por um salário mínimo vital, pela escala móvel de horas de trabalho contra as demissões, pelo não pagamento da dívida externa, pelo fim do imposto sobre os salários, pela dissolução do Congresso Nacional e por Eleições Gerais.

Chamamos os companheiros a formar comitês em todos os bairros, categorias profissionais, locais de trabalho e de estudo e em que formos capazes para combater a manobra política do grande capital e defender um programa de classe.

A importância desta campanha está dada pela necessidade de criar as condições, através de uma compreensão correta da situação política, para o amplo e profundo movimento de luta dos operários e das massas que vem se gestando desde a crise de Collor e que se manifesta em importantes mobilizações como a dos portos, dos tanqueiros, dos metalúrgicos do ABC, dos judiciais de São Paulo etc. Sobre a base desta campanha será possível também oferecer um eixo de reagrupamento político através da luta, a todos os grupos e ativistas que têm sido golpeados pela política de integração do Estado levada adiante pelo PT e encontram-se sem uma perspectiva para superar esta sua crise.

A direção do PT mergulhou de cabeça nesta manobra política da burguesia, sustentando-a abertamente através da sua defesa do parlamentarismo. Ela contribui para fraudar as massas ao participar e impulsionar a Frente Parlamentarista Ulysses Guimarães e chamar a população e votar em um engodo. Ela fraudou ainda mais as massas populares ao apresentar o parlamentarismo como uma forma democrática de superar a crise do regime quando toda a manobra parlamentarista está direcionada a superar a crise através da elimi-

nação dos mínimos mecanismos ou aspectos democráticos do funcionamento do Estado como o direito de organização partidária e o voto proporcional.

Toda uma ala esquerda daquele partido, composta principalmente pelos companheiros do agrupamento "Na luta, PT!" defendem o presidencialismo como forma de opor-se à manobra reacionária do parlamentarismo e defender a possibilidade de uma candidatura de esquerda em 94. A luta comum em uma frente única pelo voto nulo pode ser um importante instrumento para que estes companheiros, ou uma ampla parcela deles, compreenda que a defesa consequente de uma perspectiva progressista em oposição ao parlamentarismo não passa pela defesa do presidencialismo que é, da mesma forma que a segunda alternativa, um cheque em branco ao Congresso colorido para concretizar as suas manobras reacionárias. É preciso explicar que o voto nulo, é a única via de defesa inclusive da proposta de uma candidatura de esquerda como eles a concebem.

A construção de um forte pólo de luta pelo voto nulo é o caminho para a estruturação de uma forte alternativa classista de direção para as massas, em oposição ao naufrágio político do PT.



## AS "BENESSES DO PODER"

# Dna. Erundina vai ao paraíso

O agravamento da crise política faz toda uma ala do PT atravessar o pequeno Rubicão que separava o partido do governo Itamar Franco

Paulo Lago

O presidente Itamar Franco efetuou nos últimos dias uma importante manobra política para o fortalecimento do seu débil governo, convidando a ex-prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, do PT, para assumir o Ministério da Administração Federal.

O ingresso de Erundina no governo Itamar realizou-se com a aceitação de uma ampla parcela do partido. Lula e outros dirigentes partidários chegaram a se pronunciar contrariamente ao ingresso, mas nenhuma medida proibitiva ou punitiva foi até agora tomada.

O atual governo, surgiu de uma manobra dos partidos burgueses que apoiaram Collor de Mello no Congresso Nacional e depois resolveram substituí-lo pelo seu próprio vice, ou seja, uma forma de manter um governo colorido sem a presença de Collor; um governo formado e sustentado pelos mesmos partidos que sustentaram Sarney e Collor; um governo que manteve o pagamento da dívida externa, as privatizações das empresas estatais, a política de arrocho salarial etc. e foi além, aprovando o imposto sobre os salários e colocando em discussão a implantação da pena de morte no País.

O governo Itamar, substituído de um governo totalmente débil e que durante o seu mandato, aprofundou debilidades de centralização política da burguesia no Estado, sucede o anterior numa situação ainda mais difícil. A expectativa da população no governo Itamar, na sua posse, é muito inferior à que tinha em Collor no início de seu governo. A crise capitalista aprofundou-se e o governo, sem base de sustentação efetiva, é obrigado a pedir socorro à oposição, à esquerda, principalmente ao PT (que aparece para a população como referência de "oposição", como "partido que defende os interesses operários e populares" etc.).

● **UM PROGRAMA PATRONAL.** Qual será a política de Erundina no governo? Através de suas próprias declarações: "Minha posição é a mesma, (contrária à estabilidade do funcionalismo público) porque decorre de minha experiência administrativa em São Paulo" (*O Globo*, 25/1/93); "vou ser franca com vocês: a minha prioridade é melhorar o atendimento à população" após dizer que "não considero esse assunto prioritário (defasagem dos salários dos funcionários públicos federais)" (*O Estado de São Paulo*, 30/1) ou "os servidores vão ter o mesmo tratamento que os trabalhadores da iniciativa privada..." (*O Globo*, 25/1/93), fica claro que a função da ex-prefeita paulista

massivas no serviço público, aumentar ainda mais a massa de cidadãos desempregados do País para criar melhores condições para o grande capital pilhar o Estado. Uma inestimável experiência!

Uma tarefa que diversos governos tentaram, inclusive Collor que insistiu mas também não conseguiu. A manobra da burguesia foi atrair uma "estrela" do PT, uma sindicalista arrependida: "Agora entendo que eu era corporativista demais (se referindo à época em que participava de campanha e lutas sindicais)" (*O Estado de São Paulo*, 30/1/93) para atacar os trabalhadores.

Este suposto anticorporativismo de Luiza Erundina não é novo. Durante a penúltima greve dos condutores, sua secretária da Cultura (sic), Marilena Chauí, filósofa acidental, criou, para justificar a repressão, a teoria de que os interesses dos condutores estavam em oposição aos do conjunto do povo, ou seja, do Estado. Para Erundina e outros líderes petistas o autocrático Estado burguês brasileiro seria a representação da vontade mais profunda e pura do povo, diante do qual toda a sociedade civil (sindicatos, associações, organizações populares etc.) deveria ajoelhar-se e adorar. Esta teoria de nítido corte mussoliniano esquece-se apenas que o Estado (neutro, puro, universal e magnânimo) é controlado pelos mesquinhos e sórdidos interesses dos grandes monopólios capitalistas, os mais importantes dos quais internacionais.

Os sindicatos dos servidores devem repudiar vigorosamente a política apresentada pela nova ministra e organizar-se para defender seus interesses de classe contra a ofensiva impiedosa que está preparando a agente do grande capital.

Itamar Franco sabe que o ataque ao funcionalismo é uma questão bastante delicada para seu governo. Em meio a uma crescente insatisfação e mobilização (previdenciários, polícia federal, ministérios) e por isso recorre à esquerda. "O País não está em um quadro tão estável que lhe permita discriminar doutrinas, que lhe aconselhe caçar bruxas ideológicas", declarou Itamar (*Gazeta Mercantil*, 29/1/93). Itamar sabe que o funcionalismo federal tem uma larga experiência de lutas, uma organização sindical nacional e pode se transformar numa trilha para mobilização de outras categorias e setores populares contra seu governo.

● **UMA POLÍTICA DE CONJUNTO.** O ingresso de Erundina no governo, porém, não representa um ato isolado. Não se trata de uma decisão individual, mas da expressão de uma política defendida por toda uma ala do PT

dos programáticos do PT e do governo Itamar" (*Folha de São Paulo*, 29/1/93). Importantes dirigentes do partido como o senador Eduardo Suplicy, os deputados federais Luis Gushiken, Eduardo Jorge, Paulo Delgado, entre outros, apoiaram a entrada de Erundina no Ministério imediatamente.

O presidente do partido, Lula, deu diversas entrevistas aparentando descontentamento com Erundina, mas também não deixou de apontar o caminho que pretende seguir: "Disse a Itamar, em setembro, que não queríamos participar do governo, mas que faríamos acordos pontuais, como já aconteceu na votação do ajuste fiscal. Ninguém pode negar que temos boa vontade em relação ao governo Itamar, que vinha ganhando a confiança do Congresso..." (*Folha de São Paulo*, 28/1). Posteriormente deixou mais claro onde quer chegar: "Vai defender uma posição de independência, com apresentação de projetos e apoio aos que forem aceitos pelo governo, de interesse do Planalto"; "A situação do País é tão dramática que não é mais hora para discursos, a sociedade exige soluções claras e imediatas para seus problemas" (*O Estado de São Paulo*, 29/1/93).

Em diversas cidades, os petistas começam a ocupar cargos de primeiro escalão em governos burgueses locais: em Campinas Jurandir Fernandes foi nomeado Secretário dos Transportes no governo de José Roberto Magalhães, do PSDB, apoiador de Collor, eleito com apoio do PL, PSD e PPS (*Jornal do Brasil*, 27/1/93); em Salvador-BA, o petista Milton Santos Filho coordena a Secretaria de Finanças e Orçamento do governo do PSDB.

Essa tendência de conjunto da ala majoritária do partido, cumprindo o papel de pilar de sustentação de um regime falido e de um governo totalmente débil, fica clara também por importantes declarações de líderes petistas, afirmando que "se Itamar aceitar o programa petista de segurança alimentar, o partido deve ajudar a implementá-lo" e que "é hora de demonstrar que o partido é uma agremiação responsável" declarou Lula (*O Estado de São Paulo*, 29/1/92); "Eu quero investir agora e preparar o Estado para 1995 para o novo presidente", "O Estado brasileiro é caótico, anacrônico, burocrático e emperrado", "Temos que aproveitar o que existe de moderno para arejar e democratizar o Estado brasileiro", declarou Erundina em sua posse (*O Estado de São Paulo*, 30/1/93).

● **DESMORALIZAÇÃO.** A po-

da crise política e consideram que o governo do PT na atual situação seria um suicídio político, ou seja, a morte para as suas pretensões de participação e usufruto da administração estatal.

Procuram, dessa forma, utilizar o PT como um fator de desmoralização das massas que veem neste partido um instrumento de luta pelas suas reivindicações e necessidades diante da barbárie capitalista. Uma política que visa à satisfação dos interesses sociais e materiais de um setor da pequena burguesia.

A presença do PT, que dirige a grande maioria das organizações

representativas dos trabalhadores, como os sindicatos e a CUT, no governo, com sua política de apoiar o governo colorido de Itamar Franco, procura materializar uma espécie de trégua diante da crise aberta no regime burguês, justamente no momento em que este se encontra debilitado politicamente, em que procura recompor-se da profunda crise criada com a saída de Collor.

A função desta trégua é dar um fôlego para a burguesia poder se recuperar, abrindo espaço para a direitização do regime político, com maiores ataques à população.



Lula: "Ninguém pode negar que temos boa vontade em relação ao governo Itamar..."

## O PT diante das "benesses do poder"

Interpelado pela imprensa sobre a ascensão de Erundina a um cargo no governo Itamar, Lula despejou a seguinte e significativa declaração: "ela resolveu o problema dela e deixou um pepino imenso para o partido descascar" (*Folha de São Paulo*, 28/1/93), deixando claro, assim, que a "estrela" do agreste paraibano tinha, na sua opinião, corrido atrás das "benesses do cargo" (idem), passando por cima de qualquer interesse partidário.

Embora Lula esteja absolutamente certo quanto ao fisiologismo político da ex-prefeita petista, esta falha de integridade está longe de ser a questão principal em jogo, pois todo o partido foi sacudido pelo fato de Erundina ter sido incapaz de resistir à tentação. Há toda uma ala que defende a atitude da prefeita em nome da "corresponsabilidade para garantir a governabilidade" (Marilena Chauí, na *Folha de São Paulo*, em 30/1/93), o que se exemplifica no fato de que a bancada do PT votou, sem qualquer sentimento de culpa, a reforma fiscal que cria um

ocasionalmente para dirimir disputas políticas.

Tal formalismo revela que esta ala defende a expulsão de Luiza Erundina sob a pressão política das bases partidárias que estão cada vez mais descontentes com a política direitista do partido. Trata-se de dar uma satisfação moral para evitar a ruptura do partido. A incapacidade da direção do PT para atuar de acordo com esta linha e expulsar Erundina é mais uma confirmação do completo esgotamento do PT enquanto partido ligado às lutas operárias e populares.

A frente da Secretaria de Administração Federal, Erundina prepara um violento ataque aos servidores públicos, dirigidos na sua totalidade por petistas e ex-petistas em sindicatos da CUT. Erundina não apenas é contra a estabilidade do funcionalismo (vide Collor) como declarou que esta é "uma questão que estará no fulcro da reforma constitucional" (*O Globo*, 25/1/93).

Para o conjunto da esquerda petista, abrigada principalmente no agrupamento "Na luta, PT!", a permanência no PT

# Dna. Erundina vai ao paraíso

O agravamento da crise política faz toda uma ala do PT atravessar o pequeno Rubicão que separava o partido do governo Itamar Franco

Paulo Lago

O presidente Itamar Franco efetuou nos últimos dias uma importante manobra política para o fortalecimento do seu débil governo, convidando a ex-prefeita de São Paulo, Luíza Erundina, do PT, para assumir o Ministério da Administração Federal.

O ingresso de Erundina no governo Itamar realizou-se com a aceitação de uma ampla parcela do partido. Lula e outros dirigentes partidários chegaram a se pronunciar contrariamente ao ingresso, mas nenhuma medida proibitiva ou punitiva foi até agora tomada.

O atual governo, surgiu de uma manobra dos partidos burgueses que apoiaram Collor de Mello no Congresso Nacional e depois resolveram substituí-lo pelo seu próprio vice, ou seja, uma forma de manter um governo colírido sem a presença de Collor; um governo formado e sustentado pelos mesmos partidos que sustentaram Sarney e Collor; um governo que manteve o pagamento da dívida externa, as privatizações das empresas estatais, a política de arrocho salarial etc. e foi além, aprovando o imposto sobre os salários e colocando em discussão a implantação da pena de morte no País.

O governo Itamar, substituído de um governo totalmente débil e que durante o seu mandato, aprofundou debilidades de centralização política da burguesia no Estado, sucede o anterior numa situação ainda mais difícil. A expectativa da população no governo Itamar, na sua posse, é muito inferior à que tinha em Collor no início de seu governo. A crise capitalista aprofundou-se e o governo, sem base de sustentação efetiva, é obrigado a pedir socorro à oposição, à esquerda, principalmente ao PT (que aparece para a população como referência de "oposição", como "partido que defende os interesses operários e populares" etc.).

● **UM PROGRAMA PATRONAL.** Qual será a política de Erundina no governo? Através de suas próprias declarações: "Minha posição é a mesma, (contrária à estabilidade do funcionalismo público) porque decorre de minha experiência administrativa em São Paulo" (*O Globo*, 25/1/93); "vou ser franca com vocês: a minha prioridade é melhorar o atendimento à população" após dizer que "não considero esse assunto prioritário (defasagem dos salários dos funcionários públicos federais)" (*O Estado de São Paulo*, 30/1) ou "os servidores vão ter o mesmo tratamento que os trabalhadores da iniciativa privada..." (*O Globo*, 25/1/93), fica claro que a função da ex-prefeita paulistana será usar sua "experiência administrativa" adquirida com as demissões dos motoristas e cobradores de ônibus em greve, na convocação de trabalhadores desempregados para formar filas para pressionar os grevistas; na demissão de circeiros e sindicalistas; nos acordos com os governadores Quêrcia e Fleury, com a FIESP e a TRANSURB para liquidar com o Sindicato dos Condutores etc., enfim, para atacar brutalmente as conquistas do funcionalismo público, acabar com a estabilidade no emprego desses trabalhadores, criar demissões

massivas no serviço público, aumentar ainda mais a massa de cidadãos desempregados do País para criar melhores condições para o grande capital pilhar o Estado. Uma inestimável experiência!

Uma tarefa que diversos governos tentaram, inclusive Collor que insistiu mas também não conseguiu. A manobra da burguesia foi atrair uma "estrela" do PT, uma sindicalista arrependida: "Agora entendo que eu era corporativista demais (se referindo à época em que participava de campanha e lutas sindicais)" (*O Estado de São Paulo*, 30/1/93) para atacar os trabalhadores.

Este suposto anticorporativismo de Luíza Erundina não é novo. Durante a penúltima greve dos condutores, sua secretária da Cultura (sic), Marilena Chauí, filósofa acidental, criou, para justificar a repressão, a teoria de que os interesses dos condutores estavam em oposição aos do conjunto do povo, ou seja, do Estado. Para Erundina e outros líderes petistas o autocrático Estado burguês brasileiro seria a representação da vontade mais profunda e pura do povo, diante do qual toda a sociedade civil (sindicatos, associações, organizações populares etc.) deveria ajoelhar-se e adorar. Esta teoria de nítido corte mussoliniano esquece-se apenas que o Estado (neguro, puro, universal e magnânimo) é controlado pelos mesquinhos e sórdidos interesses dos grandes monopólios capitalistas, os mais importantes dos quais internacionais.

Os sindicatos dos servidores devem repudiar vigorosamente a política apresentada pela nova ministra e organizar-se para defender seus interesses de classe contra a ofensiva impiedosa que está preparando a agente do grande capital.

Itamar Franco sabe que o ataque ao funcionalismo é uma questão bastante delicada para seu governo. Em meio a uma crescente insatisfação e mobilização (previdenciários, polícia federal, ministérios) e por isso recorre à esquerda. "O País não está em um quadro tão estável que lhe permita discriminar doutrinas, que lhe aconselhe caçar bruxas ideológicas", declarou Itamar (*Gazeta Mercantil*, 29/1/93). Itamar sabe que o funcionalismo federal tem uma larga experiência de lutas, uma organização sindical nacional e pode se transformar numa trilha para mobilização de outras categorias e setores populares contra seu governo.

● **UMA POLÍTICA DE CONJUNTO.** O ingresso de Erundina no governo, porém, não representa um ato isolado. Não se trata de uma decisão individual, mas da expressão de uma política defendida por toda uma ala do PT.

A própria Erundina fez questão de deixar claro que não estava só e havia "recebido inúmeras manifestações de apoio" (*Folha de São Paulo*, 28/1/93), o que se confirmou através das presenças dos próceres petistas Suplicy, Paulo Delgado, João Paulo Pires, Eduardo Jorge, entre outros, a sua posse como demonstração de apoio.

O "destacado parlamentar" José Genoíno declarou que "Erundina não traiu o partido. O governo Itamar não é o governo Collor. Há identidade entre pon-

tos programáticos do PT e do governo Itamar" (*Folha de São Paulo*, 29/1/93). Importantes dirigentes do partido como o senador Eduardo Suplicy, os deputados federais Luís Gushiken, Eduardo Jorge, Paulo Delgado, entre outros, apoiaram a entrada de Erundina no Ministério imediatamente.

O presidente do partido, Lula, deu diversas entrevistas aparentando descontentamento com Erundina, mas também não deixou de apontar o caminho que pretende seguir: "Disse a Itamar, em setembro, que não queríamos participar do governo, mas que faríamos acordos pontuais, como já aconteceu na votação do ajuste fiscal. Ninguém pode negar que temos boa vontade em relação ao governo Itamar, que vinha ganhando a confiança do Congresso..." (*Folha de São Paulo*, 28/1). Posteriormente deixou mais claro onde quer chegar: "Vai defender uma posição de independência, com apresentação de projetos e apoio aos que forem aceitos pelo governo, de interesse do Planalto"; "A situação do País é tão dramática que não é mais hora para discursos, a sociedade exige soluções claras e imediatas para seus problemas" (*O Estado de São Paulo*, 29/1/93).

Em diversas cidades, os petistas começam a ocupar cargos de primeiro escalão em governos burgueses locais: em Campinas Jurandir Fernandes foi nomeado Secretário dos Transportes no governo de José Roberto Magalhães, do PSDB, apoiador de Collor, eleito com apoio do PL, PSD e PPS (*Jornal do Brasil*, 27/1/93); em Salvador-BA, o petista Milton Santos Filho coordena a Secretaria de Finanças e Orçamento do governo do PSDB.

Essa tendência de conjunto da ala majoritária do partido, cumprindo o papel de pilar de sustentação de um regime falido e de um governo totalmente débil, fica clara também por importantes declarações de líderes petistas, afirmando que "se Itamar aceitar o programa petista de segurança alimentar, o partido deve ajudar a implementá-lo" e que "é hora de demonstrar que o partido é uma agremiação responsável" declarou Lula (*O Estado de São Paulo*, 29/1/92); "Eu quero investir agora e preparar o Estado para 1995 para o novo presidente", "O Estado brasileiro é caótico, anacrônico, burocrático e emperrado", "Temos que aproveitar o que existe de moderno para arejar e democratizar o Estado brasileiro", declarou Erundina em sua posse (*O Estado de São Paulo*, 30/1/93).

● **DESMORALIZAÇÃO.** A política dessa ala demonstra que existe um importante setor do PT que está completamente desmoralizado, ou seja, que não concebe a idéia de sustentar o ônus de um governo do PT diante da classe operária e preferem chegar ao governo por essa via.

Esses setores têm plena consciência da enorme crise do capitalismo, em geral, e do regime político brasileiro após a saída de Collor, em particular, dos ataques sistemáticos e crescentes contra os trabalhadores e a população pobre; têm uma consciência aguda do aprofundamento

da crise política e consideram que o governo do PT na atual situação seria um suicídio político, ou seja, a morte para as suas pretensões de participação e usufruto da administração estatal.

Procuram, dessa forma, utilizar o PT como um fator de desmoralização das massas que veem neste partido um instrumento de luta pelas suas reivindicações e necessidades diante da barbárie capitalista. Uma política que visa à satisfação dos interesses sociais e materiais de um setor da pequena burguesia.

A presença do PT, que dirige a grande maioria das organizações

representativas dos trabalhadores, como os sindicatos e a CUT, no governo, com sua política de apoiar o governo colírido de Itamar Franco, procura materializar uma espécie de trégua diante da crise aberta no regime burguês, justamente no momento em que este se encontra debilitado politicamente, em que procura recompor-se da profunda crise criada com a saída de Collor.

A função desta trégua é dar um fôlego para a burguesia poder se recuperar, abrindo espaço para a direitização do regime político, com maiores ataques à população.



Lula: "Ninguém pode negar que temos boa vontade em relação ao governo Itamar..."

## O PT diante das "benesses do poder"

Interpelado pela imprensa sobre a ascensão de Erundina a um cargo no governo Itamar, Lula despejou a seguinte e significativa declaração: "ela resolveu o problema dela e deixou um pepino imenso para o partido descascar" (*Folha de São Paulo*, 28/1/93), deixando claro, assim, que a "estrela" do agreste paraibano tinha, na sua opinião, corrido atrás das "benesses do cargo" (idem), passando por cima de qualquer interesse partidário.

Embora Lula esteja absolutamente certo quanto ao fisiologismo político da ex-prefeita petista, esta falha de integridade está longe de ser a questão principal em jogo, pois todo o partido foi sacudido pelo fato de Erundina ter sido incapaz de resistir à tentação. Há toda uma ala que defende a atitude da prefeita em nome da "corresponsabilidade para garantir a governabilidade" (Marilena Chauí, na *Folha de São Paulo*, em 30/1/93), o que se exemplifica no fato de que a bancada do PT votou, sem qualquer sentimento de culpa, a reforma fiscal que cria um imposto sobre os salários.

A ida de Erundina para o Planalto decorre de toda a política prévia da direção PT, cuja maioria esmagadora é a favor da sustentação do atual governo. A ala esquerda desta direção, encabeçada por Vladimir Palmeira, ao defender a expulsão de Erundina do PT baseia-se exclusivamente em uma extremamente desmoralizada disciplina partidária que nunca passou de uma ficção e um mito dentro do PT usada

ocasionalmente para dirimir disputas políticas.

Tal formalismo revela que esta ala defende a expulsão de Luíza Erundina sob a pressão política das bases partidárias que estão cada vez mais descontentes com a política direitista do partido. Trata-se de dar uma satisfação moral para evitar a ruptura paraibano do PT para atuar de acordo com esta linha e expulsar Erundina é mais uma confirmação do completo esgotamento do PT enquanto partido ligado às lutas operárias e populares.

A frente da Secretaria de Administração Federal, Erundina prepara um violento ataque aos servidores públicos, dirigidos na sua totalidade por petistas e ex-petistas em sindicatos da CUT. Erundina não apenas é contra a estabilidade do funcionalismo (vide Collor) como declarou que esta é "uma questão que estará no fulcro da reforma constitucional" (*O Globo*, 25/1/93).

Para o conjunto da esquerda petista, abrigada principalmente no agrupamento "Na luta, PT!", a permanência no PT significará o comprometimento com o ataque direto e massivo do governo federal contra os servidores, ou seja, um choque aberto com a classe trabalhadora.

Diante disso, está colocado romper com o PT e formar uma ampla Frente Revolucionária de defesa dos interesses dos explorados e de uma alternativa para os trabalhadores diante da profunda integração do PT ao Estado e ao regime político antioperário.



# “A situação internacional e a

Reproduzimos abaixo trechos da palestra realizada

“Boa noite, companheiros. A primeira coisa que gostaria de destacar é que se o tema em debate, “A situação política Internacional e as alternativas da esquerda”, tivesse sido colocado para o conjunto da esquerda mundial, a resposta seria a seguinte: a esquerda não tem perspectiva nenhuma, não existe alternativa de esquerda. Porque, para três quartas partes dos setores que não previram o fracasso do “socialismo” no Leste Europeu, que dizem que o socialismo fracassou no Leste Europeu, que dizem que os acontecimentos na União Soviética e na Europa do Leste teriam sido uma grande vitória d capitalismo mundial; esse conjunto da esquerda, quer dizer, 95% da esquerda mundial, acha que as chances da esquerda ou são nulas ou que esta deverá esperar por algumas décadas. Para essa esquerda, se o socialismo fracassou, depois de uma empreitada de 70 anos, não tem sentido levar a classe operária para uma luta que necessariamente vai levá-la para outro fracasso e, se o socialismo não fracassou, mas os fatos na Europa do Leste, na China, na URSS, são uma vitória decisiva do capitalismo mundial contra a classe operária, então será preciso passar algumas décadas para que a classe operária tenha uma chance para se colocar novamente como uma alternativa de poder político e, portanto, para a construção do socialismo. Este é o raciocínio da imensa maioria da esquerda mundial. Em nome desta caracterização da situação mundial, é que a esquerda justifica a sua política do dia-a-dia. Se o socialismo não é possível ou se é preciso esperar várias décadas, então, a gente deve entrar, deve compor com os governos burgueses pois uma política revolucionária para derrotar o regime e acabar com a exploração não seria possível. Não seria possível construir o socialismo porque o capitalismo provocou uma derrota decisiva na aqueles países do Leste.

“Evidentemente o nosso raciocínio e a caracterização que a nossa corrente tem dessa análise diferem do conjunto da esquerda. Em uma palestra aqui no Brasil, em janeiro de 1989, fizemos algumas colocações e temos agora a chance de tirar um balanço. São as conclusões de quatro ou cinco anos que passaram desde o início do “fracasso do socialismo”, pois o fracasso do socialismo foi proclamado por volta de 1988, 1989... e para fazer uma correta análise internacional e verificar as alternativas da esquerda é preciso levar em conta tudo o que aconteceu desde aquela época até agora. E o que aconteceu foi que, aquilo que se convencionou chamar de crise extraordinária do socialismo e até do esfacelamento do socialismo, esteve ligado a outro fenômeno. Por exemplo, do ano de 1989 até agora pudemos verificar não só um aumento do desemprego nos principais países capitalistas, como também uma queda da produção, o abalo das moedas desses países, ou

coligação da burguesia deste país contra um candidato da classe operária nas eleições do ano de 1989.

Então, aos poucos aqueles acontecimentos que começaram por um “fracasso do socialismo” foram se transformando ao mesmo tempo num fracasso do capitalismo e nos nos vemos diante de uma crise geral. Esta é a crise mundial que nos coloca diante de guerras, e não apenas nas regiões periféricas do mundo, mas numa situação de guerras na Europa, na Jugoslávia e até diante de um movimento reacionário. Ou seja, é uma grave crise mundial.

Vou colocar para vocês quatro coisas fundamentais e, daí, chegaremos rapidamente a questão de quais são as alternativas da esquerda. O que se convencionou chamar de fracasso do socialismo não é, nem mais nem menos do que a política consciente da burocracia da União Soviética, para provocar a restauração do capitalismo naquele país. Ai não houve fracasso nenhum. Não fracassou a burocracia. Não só porque lá não havia socialismo, mas também porque tudo o que foi feito não foi um fracasso mas uma política consciente da burocracia para impulsionar a restauração do capitalismo. Nós colocamos este problema desde o começo. Quando Gorbachov assumiu a chefia do governo ele anunciou o seguinte: a minha tarefa no governo, neste país que é uma ditadura, um regime totalitário. E realizar o socialismo com democracia. Diante disso, toda a esquerda mundial ficou contente, saudou a colocação, todo o mundo aceitou esta política. E eu quero, em particular, citar uma pessoa, pela sua importância na política mundial, que apoiou a *perestrojka*, apoiou este socialismo com democracia, que foi o primeiro-ministro e comandante-em-

(...) O avanço da esquerda é sempre um sintoma de que vamos entrar em uma situação revolucionária (...)

chefe das forças armadas de Cuba, Fidel Castro, que declarou seu apoio à *perestrojka*, a Gorbachov e ao socialismo com democracia. Procuramos não nos deixar enganar pelas palavras fizemos uma caracterização dizendo: aqui não há nem socialismo, nem democracia, a política da burocracia de retorno ao capitalismo, de cima pra baixo, é inviável porque regime nenhum do mundo muda de cima para baixo, mas somente de baixo para cima. Em segundo lugar, a política desta nova direção e recolocar aceleradamente um processo de acumulação de capital. Fomos a única corrente, a única tendência mundial, que em meio de uma propaganda feroz em torno da reforma do socialismo dizíamos que os trabalhadores do mundo inteiro não deveriam se deixar enganar porque estavam diante de uma política contra-revolucionária, uma política lançada com o apoio do capital.

“A burocracia não é uma classe social capitalista, não explora os

proveito. No entanto, o que ele tem só serve para consumir, ele não pode acumular, ele não pode converter este dinheiro em capital, pode comprar tudo o que quiser, mas não pode transformar o dinheiro em capital. Ele não pode acumular como faz o capitalista, que separa uma parte para consumir e outra para investir em uma nova fábrica ou, na bolsa de valores. Então a burocracia precisa, mais cedo ou mais tarde, de uma mudança na estrutura social, na estrutura jurídica do País, para garantir a propriedade privada. A política de Gorbachov, desde o início, tinha esse objetivo.

Seu conteúdo era a instauração da propriedade privada e é correto quando ele coloca que a transformação que ele está procurando e passar de um regime autoritário a um Estado socialista de direito, onde cada pessoa tenha direitos. Em um regime de direitos, acima de todos os direitos, está o direito de propriedade que é o direito fundamental. A luta pelo socialismo é a luta pela abolição do direito da propriedade privada, porque o direito à propriedade de um é o não direito à propriedade privada de outro; a propriedade privada é sempre um negócio de uma minoria para poder explorar a maioria que não tem propriedade privada. Portanto, o direito à propriedade de um é o direito a renúncia da propriedade privada de outro. E assim ocorre com todos os direitos: vemos, por exemplo, a liberdade de imprensa.

O dono da *Folha de São Paulo* tem liberdade de imprensa, mas os companheiros do *Pedroso* têm liberdade apenas para tirar um panfleto, não têm liberdade de imprensa. A liberdade de expressão também é relativa. Por exemplo, hoje aqui temos dezenas de companheiros e eu estou exercendo a minha liberdade de expressão, mas eu não tenho esta liberdade de expressão para ir para a TV e atingir, ao invés de centenas, milhões, que é o que importa na política. Então, esta política de Gorbachov que todo o mundo considerou que seria mais democracia e mais socialismo era, na verdade, uma política para permitir a restauração da propriedade privada e transformar aqueles que têm o dinheiro, ou seja, a burocracia, em classe capitalista e os operários continuariam sendo operários sem direitos.

“Então existe esta contradição fantástica entre o conjunto da esquerda e até os “trotskistas” da Democracia Socialista falaram que existia a intenção de uma reforma, de democracia e socialismo, enquanto nos afirmávamos que aquilo era restauração do capitalismo e, nos nossos jornais, destacávamos que os direitos dos quais eles falavam eram na verdade a defesa do direito à propriedade privada.

A política que foi desenvolvida naquele momento não era a expressão de um fracasso do socialismo, mas a expressão da política que a

de entender o desenvolvimento histórico atual, porque foi o trotskismo que desvendou a natureza complexa, contraditória e as tendências que decorriam do surgimento desta burocracia do Estado soviético.

Os que achavam que realmente esta política era uma política de democracia e socialismo também achavam que esta era uma política possível de ser levada adiante, de cima para baixo, que era uma política que poderia, portanto, vingar. Por ai não existia contradições, de fato, naquele país e, portanto uma reforma, poderia ser feita pacificamente. Para nós, para nossa tendência, as contradições entre as massas operárias e a burocracia, eram contradições irreconciliáveis, com tendências a se tomarem explosivas e caminharem para a guerra civil.

A burocracia fracassou, e longe de ter fracassado o socialismo, fracassou a tentativa de restaurar o capitalismo pacificamente. Existe, então, a possibilidade de uma luta de classes aguda, realmente para impor

a luta pelo socialismo. Agora é que existe a possibilidade da luta pelo socialismo.

Outro chavão que é importante analisar é o de que neste período desde a segunda guerra mundial existia uma guerra fria entre os países socialistas e os países capitalistas, de que houve uma guerra entre os governos dos países socialistas e os governos dos países capitalistas. Não seria esta a prova de que houve uma vitória do capitalismo sobre o dito socialismo? O que se convencionou chamar de “guerra fria” foi nada mais do que uma expressão de atritos conjunturais entre a burocracia daqueles países e o imperialismo. Foram conflitos que refletiam uma situação mais aguda, mas, na verdade, a burocracia e o imperialismo tinham um acordo entre eles para atuar conjuntamente pela manutenção da estabilidade da dominação que eles tinham, internacionalmente sobre a classe operária. Por exemplo, quando houve a revolução da classe operária na Hungria, por que o imperialismo não interveio para apoiar a revolução

gria estava se levantando contra a burocracia húngara, os Estados Unidos e a União Soviética fizeram uma aliança para deter o ataque dos imperialistas ingleses e franceses contra o Egito. Longe de atacar a burocracia que, segundo a versão da “guerra fria”, era a inimiga, o governo americano estava fazendo uma aliança com ela exatamente quando a burocracia atacava a classe operária húngara que fazia uma revolução.

“Faz pouco tempo, a revista *Time* deu uma informação sensacional. Ela conseguiu chegar aos arquivos secretos, me parece, do Vaticano. Segundo estes arquivos, o Vaticano, por meio de João Paulo II e Reagan, presidente dos Estados Unidos, haviam feito um acordo para sustentar clandestinamente a oposição operária contra o governo dito comunista da Polónia. Não é uma prova de que o governo dito comunista da Polónia era o inimigo, já que eles estavam apoiando os operários? Lendo o artigo da *Time*, fiquei sabendo que o Vaticano e o governo americano fizeram este acordo em 1982, não no ano de 1980, quando aconteceu a revolução dos operários poloneses, neste ano não fizeram um acordo para apoiar. Fizeram o acordo em 1982 quando os operários poloneses estavam es-

(...) Em um re direitos está propriedade direito fundo



"Boa noite, companheiros. A primeira coisa que gostaria de destacar é que se o tema em debate, "A situação política Internacional e as alternativas da esquerda", tivesse sido colocado para o conjunto da esquerda mundial, a resposta seria a seguinte: a esquerda não tem perspectiva nenhuma, não existe alternativa de esquerda. Porque, para três quartas partes dos setores que não previram o fracasso do "socialismo" no Leste Europeu, que dizem que o socialismo fracassou no Leste Europeu, que dizem que os acontecimentos na União Soviética e na Europa do Leste teriam sido uma grande vitória do capitalismo mundial; esse conjunto da esquerda, quer dizer, 95% da esquerda mundial, acha que as chances da esquerda ou são nulas ou que esta deverá esperar por algumas décadas. Para essa esquerda, se o socialismo fracassou, depois de uma empreitada de 70 anos, não tem sentido levar a classe operária para uma luta que necessariamente vai levá-la para outro fracasso e, se o socialismo não fracassou, mas os fatos na Europa do Leste, na China, na URSS, são uma vitória decisiva do capitalismo mundial contra a classe operária, então será preciso passar algumas décadas para que a classe operária tenha uma chance para se colocar novamente como uma alternativa de poder político e, portanto, para a construção do socialismo. Este é o raciocínio da imensa maioria da esquerda mundial. Em nome desta caracterização da situação mundial, é que a esquerda justifica a sua política do dia-a-dia. Se o socialismo não é possível ou se é preciso esperar várias décadas, então, a gente deve entrar, deve compor com os governos burgueses pois uma política revolucionária para derrotar o regime e acabar com a exploração não seria possível. Não seria possível construir o socialismo porque o capitalismo provocou uma derrota decisiva na aqueles países do Leste.

"Evidentemente o nosso raciocínio e a caracterização que a nossa corrente tem dessa análise diferem do conjunto da esquerda. Em uma palestra aqui no Brasil, em janeiro de 1989, fizemos algumas colocações e temos agora a chance de tirar um balanço. São as conclusões de quatro ou cinco anos que passaram desde o início do "fracasso do socialismo", pois o fracasso do socialismo foi proclamado por volta de 1988, 1989... e para fazer uma correta análise internacional e verificar as alternativas da esquerda é preciso levar em conta tudo o que aconteceu desde aquela época até agora. E o que aconteceu foi que, aquilo que se convencionou chamar de crise extraordinária do socialismo e até do esfacelamento do socialismo, esteve ligado a outro fenômeno. Por exemplo, do ano de 1989 até agora pudemos verificar não só um aumento do desemprego nos principais países capitalistas, como também uma queda da produção, o abalo das moedas desses países, ou seja, uma desvalorização dessas moedas, em países de uma importância como a Alemanha, Itália, Inglaterra.

Há também uma gigantesca crise política, como por exemplo na Inglaterra, onde a primeira ministra Margaret Thatcher foi derrubada. O presidente Bush, dos Estados Unidos, que combateu o povo do Iraque, que proclamou ter tido uma grande vitória internacional com o apoio da população, perdeu as eleições, foi derrotado por um moleque do interior dos Estados Unidos, do Estado de Arkansas. Vocês podem ver também a queda do governo Collor, o que não é uma coisa menor, porque o governo Collor foi o resultado da maior

coligação da burguesia deste país contra um candidato da classe operária nas eleições do ano de 1989.

Então, aos poucos aqueles acontecimentos que começaram por um "fracasso do socialismo" foram se transformando ao mesmo tempo num fracasso do capitalismo e nos vemos diante de uma crise geral. Esta é a crise mundial que nos coloca diante de guerras, e não apenas nas regiões periféricas do mundo, mas numa situação de guerras na Europa, na Jugoslávia e até diante de um movimento reacionário. Ou seja, é uma grave crise mundial.

Vou colocar para vocês quatro coisas fundamentais e, daí, chegaremos rapidamente a questão de quais são as alternativas da esquerda. O que se convencionou chamar de fracasso do socialismo não é, nem mais nem menos do que a política consciente da burocracia da União Soviética, para provocar a restauração do capitalismo naquele país. Ai não houve fracasso nenhum. Não fracassou a burocracia. Não só porque lá não havia socialismo, mas também porque tudo o que foi feito não foi um fracasso mas uma política consciente da burocracia para impulsionar a restauração do capitalismo. Nós colocamos este problema desde o começo. Quando Gorbachov assumiu a chefia do governo ele anunciou o seguinte: a minha tarefa no governo, neste país que é uma ditadura, um regime totalitário. E realizar o socialismo com democracia. Diante disso, toda a esquerda mundial ficou contente, saudou a colocação, todo o mundo aceitou esta política. E eu quero, em particular, citar uma pessoa, pela sua importância na política mundial, que apoiou a *perestrojka*, apoiou este socialismo com democracia, que foi o primeiro-ministro e comandante-em-

**(...) O avanço da esquerda é sempre um sintoma de que vamos entrar em uma situação revolucionária (...)**

chefe das forças armadas de Cuba, Fidel Castro, que declarou seu apoio à *perestrojka*, a Gorbachov e ao socialismo com democracia. Procuramos não nos deixar enganar pelas palavras fizemos uma caracterização dizendo: aqui não há nem socialismo, nem democracia, a política da burocracia de retorno ao capitalismo, de cima pra baixo, é inviável porque regime nenhum do mundo muda de cima para baixo, mas somente de baixo para cima. Em segundo lugar, a política desta nova direção e recolocar aceleradamente um processo de acumulação de capital. Fomos a única corrente, a única tendência mundial, que em meio de uma propaganda feroz em torno da reforma do socialismo dizíamos que os trabalhadores do mundo inteiro não deveriam se deixar enganar porque estávamos diante de uma política contra-revolucionária, uma política lançada com o apoio do capital.

"A burocracia não é uma classe social capitalista, não explora os trabalhadores de uma forma capitalista, mas é uma camada social exploradora porque, tendo nas suas mãos as redes do Estado, ela utiliza esse poder político para poder ficar com a maior parte do orçamento nacional, portanto, isto é uma exploração. Nós temos uma grande diferença com as tendências que dizem que isto é uma exploração capitalista, que o burocrata é um patrão. Mas ele não é dono de nenhuma empresa, apenas utiliza, na qualidade de burocrata, este poder político para tirar para ele um maior

**(...) a crise vai se aprofundar em todos os países e que as lutas vão ser cada vez mais ferozes e que, de um modo geral, a burguesia vai solicitar a presença dos partidos de esquerda no governo para sustar a mobilização operária (...)**

proveito. No entanto, o que ele tem só serve para consumir, ele não pode acumular, ele não pode converter este dinheiro em capital, pode comprar tudo o que quiser, mas não pode transformar o dinheiro em capital. Ele não pode acumular como faz o capitalista, que separa uma parte para consumir e outra para investir em uma nova fábrica ou, na bolsa de valores. Então a burocracia precisa, mais cedo ou mais tarde, de uma mudança na estrutura social, na estrutura jurídica do País, para garantir a propriedade privada. A política de Gorbachov, desde o início, tinha esse objetivo.

Seu conteúdo era a instauração da propriedade privada e correto quando ele coloca que a transformação que ele está procurando é passar de um regime autoritário a um Estado socialista de direito, onde cada pessoa tenha direitos. Em um regime de direitos, acima de todos os direitos, está o direito de propriedade que é o direito fundamental. A luta pelo socialismo é a luta pela abolição do direito da propriedade privada, porque o direito a propriedade de um é o não direito a propriedade de outro; a propriedade privada é sempre um negócio de uma minoria para poder explorar a maioria que não tem propriedade privada. Portanto, o direito a propriedade de um é o direito a renúncia da propriedade privada de outro. E assim ocorre com todos os direitos: vemos, por exemplo, a liberdade de imprensa.

O dono da *Folha de São Paulo* tem liberdade de imprensa, mas os companheiros do Pedrosa têm liberdade apenas para tirar um panfleto, não têm liberdade de imprensa. A liberdade de expressão também é relativa. Por exemplo, hoje aqui temos dezenas de companheiros e eu estou exercendo a minha liberdade de expressão, mas eu não tenho esta liberdade de expressão para ir para a TV e atálgir, ao invés de centenas, milhões, que é o que importa na política. Então, esta política de Gorbachov que todo o mundo considerou que seria mais democracia e mais socialismo era, na verdade, uma política para permitir a restauração da propriedade privada e transformar aqueles que têm o dinheiro, ou seja, a burocracia, em classe capitalista e os operários continuariam sendo operários sem direitos.

"Então existe esta contradição fantástica entre o conjunto da esquerda e até os "trotskistas" da Democracia Socialista falaram que existia a intenção de uma reforma, de democracia e socialismo, enquanto nós afirmávamos que aquilo era restauração do capitalismo e, nos nossos jornais, destacávamos que os direitos dos quais eles falavam eram na verdade a defesa do direito à propriedade privada.

A política que foi desenvolvida naquele momento não era a expressão de um fracasso do socialismo, mas a expressão da política que a burocracia procurou levar adiante de restauração do capitalismo. Se não entendermos bem este raciocínio não dá para entender nada e para entender tudo isso aí você tem que concordar, necessariamente, com as caracterizações que a IV Internacional, a Oposição de Esquerda e León Trotsky tiveram da política mundial. Nesta época quem não é trotskista deve se dedicar a outro negócio, deve abandonar a política, porque se ele não é trotskista não tem condições

de entender o desenvolvimento histórico atual, porque foi o trotskismo que desvendou a natureza complexa, contraditória e as tendências que decorriam do surgimento desta burocracia do Estado soviético.

Os que achavam que realmente esta política era uma política de democracia e socialismo também achavam que esta era uma política possível de ser levada adiante, de cima para baixo, que era uma política que poderia, portanto, vingar. Por aí não existia contradições, de fato, naquele país e, portanto uma reforma, poderia ser feita pacificamente. Para nós, para nossa tendência, as contradições entre as massas operárias e a burocracia, eram contradições irreconciliáveis, com tendências a se tomarem explosivas e caminharem para a guerra civil.

A burocracia fracassou, e longe de ter fracassado o socialismo, fracassou a tentativa de restaurar o capitalismo pacificamente. Existe, então, a possibilidade de uma luta de classes aguda, realmente para impor

a luta pelo socialismo. Agora é que existe a possibilidade da luta pelo socialismo.

Outro chavão que é importante analisar é o de que neste período desde a segunda guerra mundial existia uma guerra fria entre os países socialistas e os países capitalistas, de que houve uma guerra entre os governos dos países socialistas e os governos dos países capitalistas. Não seria esta a prova de que houve uma vitória do capitalismo sobre o dito socialismo? O que se convencionou chamar de "guerra fria" foi nada mais do que uma expressão de atritos conjunturais entre a burocracia daqueles países e o imperialismo. Foram conflitos que refletiam uma situação mais aguda, mas, na verdade, a burocracia e o imperialismo tinham um acordo entre eles para atuar conjuntamente pela manutenção da estabilidade da dominação que eles tinham, internacionalmente sobre a classe operária. Por exemplo, quando houve a revolução da classe operária na Hungria, por que o imperialismo não interveio para apoiar a revolução contra o "inimigo", o governo daquele país? Porque, na verdade, o inimigo não era o governo, mas sim aqueles operários que se levantavam em uma revolução. Então, durante a revolução húngara, o imperialismo norte-americano e a burocracia soviética deram um jeito para manterem-se unidos contra a classe operária da Hungria que tinha feito uma revolução no ano de 1957, para derrubar o governo. Não é só isso. Exatamente naquele ano, por aqueles meses, os imperialistas da Inglaterra e da França e os sionistas de Israel, invadiram o Egito. E então, quando estes imperialistas estavam invadindo o Egito e a classe operária da Hun-

gria estava se levantando contra a burocracia húngara, os Estados Unidos e a União Soviética fizeram uma aliança para deter o ataque dos imperialistas ingleses e franceses contra o Egito. Longe de atacar a burocracia que, segundo a versão da "guerra fria", era a inimiga, o governo americano estava fazendo uma aliança com ela exatamente quando a burocracia atacava a classe operária húngara que fazia uma revolução.

"Faz pouco tempo, a revista *Time* deu uma informação sensacional. Ela conseguiu chegar aos arquivos secretos, me parece, do Vaticano. Segundo estes arquivos, o Vaticano, por meio de João Paulo II e Reagan, presidente dos Estados Unidos, haviam feito um acordo para sustentar clandestinamente a oposição operária contra o governo dito comunista da Polónia. Não é uma prova de que o governo dito comunista da Polónia era o inimigo, já que eles estavam apoiando os operários? Lendo o artigo da *Time*, fiquei sabendo que o Vaticano e o governo americano fizeram este acordo em 1982, não no ano de 1980, quando aconteceu a revolução dos operários poloneses, neste ano não fizeram um acordo para apoiar. Fizeram o acordo em 1982 quando os operários poloneses estavam es-

**(...) Em um mundo de direitos, acima de todos os direitos está a propriedade e o direito fundado**



07/05

MUNDIAL

# As alternativas da esquerda"

ada em São Paulo pelo companheiro Jorge Altamira

magados e não havia possibilidade de acontecer nada. No ano de 80 eles deixaram que o exército esmagasse os operários da Polônia.

Em 82, quando os operários estavam esmagados foram apoiá-los, para que? Para conquistar alguma influência. Sei lá, pensavam eles, não será que entre aqueles operários poderá haver alguma "Erundina" e possa entrar num futuro governo Itamar". Então, quando os operários estavam em revolta não foram apoiados e só depois de esmagados, receberam ajuda.

Outro ponto importante é a queda do muro de Berlim. Com esta, a Alemanha capitalista anexou a Alemanha dita socialista, do Leste. Não foi uma vitória do capitalismo? Para desvendar isso ai é importante que analisemos um outro fato. Num momento em que tudo está dominado [...], mídia, pela televisão, ninguém noticiou o discurso do primeiro ministro, Helmut Kohl, no último Congresso do Partido Democrata Cristão da Alemanha... Kohl informou aos delegados presentes à-quele

Congresso, qual era a importância da dívida externa da antiga Alemanha Oriental. Ele apresentou a cifra espantosa de, que, no momento da queda do muro de Berlim, a Alemanha Oriental devia ao mundo capitalista, 280 bilhões de dólares, ou seja, a soma da dívida externa do México, Brasil, Peru, Argentina e Uruguai, com a diferença de que estes cinco países latino-americanos têm, em conjunto, 250 milhões de habitantes e a Alemanha Oriental 35 milhões e com a diferença ainda, de que estes países são tão dependentes do imperialismo que quando o imperialismo quer aumentar a dívida ele cria uma nova dívida. Todos estes países não conseguiram uma dívida externa do tamanho da Alemanha. Só que ali estava um país "independente". Isso quer dizer que, antes da queda do muro de Berlim, a Alemanha Oriental era uma colônia financeira do capitalismo mundial. Companheiros, ela estava num processo de restauração capitalista bem antes da queda do muro. A única coisa que fez a queda do muro foi estourar aquela bolha, porque o regime totalitário caiu, as massas conquistaram as liberdades democráticas, o direito de organização e, agora, o comando capitalista vai ter que pagar esta dívida externa contra uma massa que quer lutar, quando antes, com um governo dito socialista, totalitário, sem liberdade de organização, os trabalhadores tinham que pagar toda esta dívida externa sem poder lutar. Há até uma piada, uma piada que deve ser levada a sério; que diz que com a queda do muro de Berlim, a Alemanha Oriental é o único país do planeta que não vai pagar a dívida externa. Agora, que a Alemanha ocidental a anexou, é a Alemanha capitalista que tem que pagar a dívida. E a dívida externa agora é a dívida do governo da Alemanha capitalista com os capitalistas a Alemanha, é uma divisão entre eles. Que deve ser paga pelos operários. Não mais por 17 milhões de operários, mas por 70 milhões. Diante de uma classe operária que não foi esmagada, uma classe operária que conquistou o direito de organização. Naturalmente o melhor teria sido que uma direção revolucionária tivesse organizado os operários daqueles países para lutar por um governo operário e camponês, por um governo dos trabalhadores. Então, todo este negócio teria acabado e a "vitória do capitalismo apareceria claramente como uma perda. Isso não aconteceu porque não houve uma direção revolucionária. Mas aquele acontecimento, nas condições da época, foi um acontecimento revolucionário, provocou uma quebra das relações que estavam transformando um país chamado socialista em uma simples

rários vão retomar este tipo de luta e, desta vez, para acabar com a exploração capitalista. E por isso que a Alemanha está numa crise muito aguda. Pela primeira vez houve greves poderosas. A burguesia da Alemanha está pedindo para que a social-democracia e a burocracia dos sindicatos participem do governo, formem um governo de coligação. Porque nestas circunstâncias, o partido capitalista, sozinho não tem condições de sustentar a situação.

A crise destes regimes (burocráticos) é, ao mesmo tempo, a crise do conjunto das relações sociais que o capitalismo teve com este regime. Por que todos estes regimes entraram em crise? Porque o mercado mundial não teve capacidade para encaixá-los, se desenvolver, porque os acordos que fizeram com o capitalismo não serviram pra desenvolver a economia. Então, a questão aqui é o afundamento das relações sociais que sustentavam, ao mesmo tempo, o capitalismo e o regime burocrático, que aos poucos foi se manifestando, se revelando.

"Quais são, então, as perspectivas da esquerda? As perspectivas são fantásticas. No entanto, 95% da esquerda acha que a esquerda está cada vez pior, que ninguém liga para a esquerda, que o negócio está tão sério que você deveria fazer um acordo com o Itamar. Porém a esquerda está avançando no mundo inteiro.

Vou tomar um exemplo que é dos mais significativos. De todos os países do mundo que eu acho o mais anticomunista é a Lituânia, porque foi invadida por tanques russos que tiraram da Lituânia a independência. Então, diante desta opressão os lituanos foram os primeiros a se mobilizarem contra a burocracia soviética e o Partido Comunista da Lituânia aos poucos, rachou, foi perdendo filiados e foi derrotado. Estabeleceu-se um governo nacionalista lituano. Isso foi no ano de 90. Nos anos seguintes, o que ocorreu? Aumento do desemprego, perdas salariais, uma crise econômica monumental. Então, houve eleições. E quem ganhou as eleições? O Partido Comunista. Em 50 anos, os "comunistas" nunca conseguiram que o povo lituano os quisesse, que o povo lituano os amasse. Nunca. O povo lituano queria colocar para fora os comunistas. Se tivesse ocorrido eleições, o Partido Comunista teria obtido 0,0001% dos votos. E agora os lituanos estão votando pelos comunistas, diante do fracasso de dois anos de governo nacionalista. O que é importante é que um partido que se chama comunista ou social-democrata lituano ganhou as eleições contra o partido nacionalista. Evidentemente este partido é um partido pró-capitalista e por isso ninguém ficou preocupado na Lituânia com sua vitória. Na Polônia, o mesmo ocorre, os comunistas também ganharam as eleições.

É na América Latina? Aqui também a esquerda cresce. O PT é o único partido que teve um avanço nas últimas eleições brasileiras. A

O avanço da esquerda é sempre um sintoma de que vamos entrar em uma situação revolucionária. Porque este avanço quer dizer duas coisas: — A primeira coisa é que o eixo político do Estado não se sustenta apenas com o partido direitista. O eixo político do Estado necessita, para manter-se a capacidade de administrar o Estado, de deslocar-se um pouquinho para a esquerda. A segunda coisa significa que os explorados estão abandonando uma visão individual e estão partindo para uma visão coletiva, não estão apenas procurando resolver seus problemas pessoais na hora de votar, olhando para os candidatos que sempre prometeram alguma coisa, isto é prometem aqueles que têm influência política no Estado e podem prometer, o que não ocorre com um partido de esquerda, que não pode prometer. Eles não votam no partido que promete, mas votam nos programas que apresentam saídas mais gerais que dizem respeito ao conjunto do

povo, à transformação da sociedade. Então, temos uma guinada da situação política mundial.

"E por que a esquerda fala que não existe uma guinada, que não há perspectivas, que o povo está cético etc.? Ela pensa dessa forma porque se "não acontece nada", se o povo está desanimado etc., ela não precisa impulsionar as lutas e ela está livre para dar sustentação a esta política de composição e colaboração com os governos da burguesia.

O que podemos dizer é que a crise vai se aprofundar em todos os países e que as lutas vão ser cada vez mais ferozes e que, de um modo geral, quando estas posições se encontram a burguesia vai solicitar a presença dos partidos de esquerda no governo para sustar a mobilização operária, para breçar a sua luta, propondo para isso governos de coalizão com a esquerda. Com o que está ocorrendo agora, depois da queda de Collor, entre Itamar e o PT."

(...) a esquerda está avançando no mundo inteiro (...)

(...) Para nós a queda do Muro de Berlim é um episódio da revolução européia (...)

## Palestras de Altamira reúnem 700 pessoas em todo o País

Uma expressiva presença de militantes e dirigentes operários e da juventude e um intenso debate sobre a crise mundial e as perspectivas da esquerda diante desta situação marcaram a série de palestras realizadas pelo companheiro Jorge Altamira por diversas cidades do País, de 18 a 25 do mês passado.

Em Salvador, no dia 18, após entrevistas concedidas aos programas "Bom dia Bahia", da TV Manchete, e "Economia e Política", da TV Educativa, Altamira falou à noite para dezenas de companheiros reunidos no auditório do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia. A Palestra, organizada pela regional de Causa Operária, contou com o apoio, além do Sindicato dos Metalúrgicos, do Sindicato dos Petroleiros e da Comissão Pró-Sindicato da Justiça Federal, reunindo ativistas e diretores desta entidades e, principalmente, militantes da juventude estudantil, em particular da Universidade Federal da Bahia, convocados pela AJR - Aliança da Juventude Revolucionária.

No dia 19, o dirigente do Partido Obrero da Argentina, esteve no Distrito Federal, onde a palestra realizada no Sindicato dos Professores, reuniu uma maioria de servidores públicos, mais uma dezena de trabalhadores dos Correios, professores, estudantes secundaristas, diretores da CUT e de inúmeros sindicatos e oposições da capital. Além de militantes de diversos partidos e organizações de esquerda, participaram também do concorrido debate realizado após a exposição do companheiro militante do Movimento Negro Unificado (MNU).

O mais concorrido de todos os debates realizados em Ba-

mineiro, dentre os quais os vereadores Virgílio Guimarães, líder da bancada do partido na Câmara e Rogério Corrêa, dirigente da tendência petista MTM. Durante os debates os vereadores convidaram Altamira para uma visita à Câmara Municipal, que foi realizada no dia seguinte.

Os trabalhadores das indústrias de carnes e frios de São Paulo (dentre os quais expressivas grupos de operários dos Frigoríficos Santa Rosa e de ex-funcionários do Pedroso) constituíram a maior delegação presente ao debate de Jorge Altamira realizado na CUT Zonal Oeste da Grande São Paulo, que contou com uma significativa maioria de operários desta e de outras regiões da capital e das cidades da Grande São Paulo. Compareceram e participaram ativamente dos debates militantes da Apeoesp (Sindicato dos trabalhadores do ensino do Estado), dos juízes, da Oposição Metalúrgica da capital, dirigentes da UNE, estudantes e militantes de diversas universidades, entre outros. Um grupo de companheiros de Volta Redonda esteve presente e também compareceram integrantes da Frente Revolucionária (CS, Independentes de Diadema, Luta de Classes) sendo a necessidade de superação das debilidades políticas da Frente um dos temas abordados por Altamira na palestra.

Em São Paulo o debate "A situação internacional e as alternativas da esquerda" foi realizado ainda na cidade de Bauru, na sede do Sindicato dos ferroviários da região, após uma entrevista concedida à Rádio Globo local e uma coletiva aos jornais da cidade, que destacaram o debate e os posicionamentos



magados e não havia possibilidade de acontecer nada. No ano de 80 eles deixaram que o exército esmagasse os operários da Polônia.

Em 82, quando os operários estavam esmagados foram apoiá-los, para que? Para conquistar alguma influência. Sei lá, pensavam eles, não será que entre aqueles operários poderá haver alguma "Erundina" e possa entrar num futuro governo Itamar". Então, quando os operários estavam em revolta não foram apoiados e só depois de esmagados, receberam ajuda.

Outro ponto importante é a queda do muro de Berlim. Com esta, a Alemanha capitalista anexou a Alemanha dita socialista, do Leste. Não foi uma vitória do capitalismo? Para desvendar isso ai é importante que analisemos um outro fato. Num momento em que tudo esta dominado pela mídia, pela televisão, ninguém noticiou o discurso do primeiro ministro, Helmut Kohl, no último Congresso do Partido Democrata Cristão da Alemanha... Kohl informou aos delegados presentes a quele

Congresso, qual era a importância da dívida externa da antiga Alemanha Oriental. Ele apresentou a cifra espantosa de, que, no momento da queda do muro de Berlim, a Alemanha Oriental devia ao mundo capitalista, 280 bilhões de dólares, ou seja, a soma da dívida externa do México, Brasil, Peru, Argentina e Uruguai, com a diferença de que estes cinco países latino-americanos têm, em conjunto, 250 milhões de habitantes e a Alemanha Oriental 35 milhões e com a diferença ainda, de que estes países são tão dependentes do imperialismo que quando o imperialismo quer aumentar a dívida ele cria uma nova dívida. Todos estes países não conseguiram uma dívida externa do tamanho da Alemanha. Só que ali estava um país "independente". Isso quer dizer que, antes da queda do muro de Berlim, a Alemanha Oriental era uma colônia financeira do capitalismo mundial. Companheiros, ela estava num processo de restauração capitalista bem antes da queda do muro. A única coisa que fez a queda do muro foi estourar aquela bolha, porque o regime totalitário caiu, as massas conquistaram as liberdades democráticas, o direito de organização e, agora, o comando capitalista vai ter que pagar esta dívida externa contra uma massa que quer lutar, quando antes, com um governo dito socialista, totalitário, sem liberdade de organização, os trabalhadores tinham que pagar toda esta dívida externa sem poder lutar. Há até uma piada, uma piada que deve ser levada a sério, que diz que com a queda do muro de Berlim, a Alemanha Oriental é o único país do planeta que não vai pagar a dívida externa. Agora, que a Alemanha ocidental a anexou, é a Alemanha capitalista que tem que pagar a dívida. É a dívida externa agora é a dívida do governo da Alemanha capitalista com os capitalistas a Alemanha, é uma divisão entre eles.

Que deve ser paga pelos operários. Não mais por 17 milhões de operários, mas por 70 milhões. Diante de uma classe operária que não foi esmagada, uma classe operária que conquistou o direito de organização. Naturalmente o melhor teria sido que uma direção revolucionária tivesse organizado os operários daqueles países para lutar por um governo operário e camponês, por um governo dos trabalhadores. Então, todo este negócio teria acabado e a "vitória do capitalismo apareceria claramente como uma perda. Isso não aconteceu porque não houve uma direção revolucionária. Mas aquele acontecimento, nas condições da época, foi um acontecimento revolucionário, provocou uma quebra das relações que estavam transformando um país chamado socialista em uma simples colônia financeira do capital ocidental e unificou as massas na luta direta contra toda esta opressão.

Queria destacar uma colocação, para que fique gravada como uma das conclusões mais importantes desta palestra. Para nós a queda do Muro de Berlim é um episódio da revolução europeia, de um modo geral, que por enquanto dissipou-se, mas que assim que re-

rários vão retomar este tipo de luta e, desta vez, para acabar com a exploração capitalista. É por isso que a Alemanha está numa crise muito aguda. Pela primeira vez houve greves poderosas. A burguesia da Alemanha está pedindo para que a social-democracia e a burocracia dos sindicatos participem do governo, formem um governo de coalizão. Porque nestas circunstâncias, o partido capitalista, sozinho não tem condições de sustentar a situação.

A crise destes regimes (burocráticos) é, ao mesmo tempo, a crise do conjunto das relações sociais que o capitalismo teceu com este regime. Por que todos estes regimes entraram em crise? Porque o mercado mundial não teve capacidade para encaixá-los, se desenvolver, porque os acordos que fizeram com o capitalismo não serviram pra desenvolver a economia. Então, a questão aqui é o aprofundamento das relações sociais que sustentavam, ao mesmo tempo, o capitalismo e o regime burocrático, que aos poucos foi se manifestando, se revelando.

"Quais são, então, as perspectivas da esquerda? As perspectivas são fantásticas. No entanto, 95% da esquerda acha que a esquerda está cada vez pior, que ninguém liga para a esquerda, que o negócio está tão sério que você deveria fazer um acordo com o Itamar. Porém a esquerda está avançando no mundo inteiro.

Vou tomar um exemplo que é dos mais significativos. De todos os países do mundo que eu acho o mais anticomunista é a Lituânia, porque foi invadida por tanques russos que tiraram da Lituânia a independência. Então, diante desta opressão os lituanos foram os primeiros a se mobilizarem contra a burocracia soviética e o Partido Comunista da Lituânia aos poucos, rachou, foi perdendo filiados e foi derrotado. Estabeleceu-se um governo nacionalista lituano. Isso foi no ano de 90. Nos anos seguintes, o que ocorreu? Aumento do desemprego, perdas salariais, uma crise econômica monumental. Então, houve eleições. E quem ganhou as eleições? O Partido Comunista. Em 50 anos, os "comunistas" nunca conseguiram que o povo lituano os quisesse, que o povo lituano os amasse. Nunca. O povo lituano queria colocar para fora os comunistas. Se tivesse ocorrido eleições, o Partido Comunista

teria obtido 0,0001% dos votos. E agora os lituanos estão votando pelos comunistas, diante do fracasso de dois anos de governo nacionalista. O que é importante é que um partido que se chama comunista ou social-democrata lituano ganhou as eleições contra o partido nacionalista. Evidentemente este partido é um partido pró-capitalista e por isso ninguém ficou preocupado na Lituânia com sua vitória. Na Polônia, o mesmo ocorre, os comunistas também ganharam as eleições.

É na América Latina? Aqui também a esquerda cresce. O PT é o único partido que teve um avanço nas últimas eleições brasileiras. A bancada do partido cresce. A CUT também cresce. Então temos um avanço da esquerda. Temos um avanço da Frente Ampla do Uruguai, que venceu o plebiscito faz um mês. O avanço do M-19 na Colômbia, que se aproximou bas-

tante de converter-se em um partido majoritário. O PRT do México que ganhou as eleições e, finalmente, a Venezuela, onde um partido das características do PT do Brasil ganhou as eleições na capital, elegendo para prefeito o secretário-geral do sindicato dos professores.

O avanço da esquerda é sempre um sintoma de que vamos entrar em uma situação revolucionária. Porque este avanço quer dizer duas coisas: — A primeira coisa é que o eixo político do Estado não se sustenta apenas com o partido direitista. O eixo político do Estado necessita, para manter-se a capacidade de administrar o Estado, de deslocar-se um pouquinho para a esquerda. A segunda coisa significa que os explorados estão abandonando uma visão individual e estão partindo para uma visão coletiva, não estão apenas procurando resolver seus problemas pessoais na hora de votar, olhando para os candidatos que sempre prometeram alguma coisa, isto é prometem aqueles que têm influência política no Estado e podem prometer, o que não ocorre com um partido de esquerda, que não pode prometer. Eles não votam no partido que promete, mas votam nos programas que apresentam saídas mais gerais que dizem respeito ao conjunto do

povo, a transformação da sociedade. Então, temos uma guinada da situação política mundial.

"É por que a esquerda fala que não existe uma guinada, que não há perspectivas, que o povo está cético etc.? Ela pensa dessa forma porque se "não acontece nada", se o povo está desanimado etc., ela não precisa impulsionar as lutas e ela está livre para dar sustentação à esta política de composição e colaboração com os governos da burguesia.

O que podemos dizer é que a crise vai se aprofundar em todos os países e que as lutas vão ser cada vez mais ferozes e que, de um modo geral, quando estas posições se encontram a burguesia vai solicitar a presença dos partidos de esquerda no governo para sustar a mobilização operária, para breçar a sua luta, propondo para isso governos de coalizão com a esquerda. Com o que está ocorrendo agora, depois da queda de Collor, entre Itamar e o PT."

## Palestras de Altamira reúnem 700 pessoas em todo o País

Uma expressiva presença de militantes e dirigentes operários e da juventude e um intenso debate sobre a crise mundial e as perspectivas da esquerda diante desta situação marcaram a série de palestras realizadas pelo companheiro Jorge Altamira por diversas cidades do País, de 18 a 25 do mês passado.

Em Salvador, no dia 18, após entrevistas concedidas aos programas "Bom dia Bahia", da TV Manchete, e "Economia e Política", da TV Educativa, Altamira falou à noite para dezenas de companheiros reunidos no auditório do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia. A palestra, organizada pela regional de Causa Operária, contou com o apoio, além do Sindicato dos Metalúrgicos, do Sindicato dos Petroleiros e da Comissão Pró-Sindicato da Justiça Federal, reunindo ativistas e diretores desta entidades e, principalmente, militantes da juventude estudantil, em particular da Universidade Federal da Bahia, convocados pela AJR - Aliança da Juventude Revolucionária.

No dia 19, o dirigente do Partido Obrero da Argentina, esteve no Distrito Federal, onde a palestra realizada no Sindicato dos Professores, reuniu uma maioria de servidores públicos, mais uma dezena de trabalhadores dos Correios, professores, estudantes secundaristas, diretores da CUT e de inúmeros sindicatos e oposições da capital. Além de militantes de diversos partidos e organizações de esquerda, participaram também do concorrido debate realizado após a exposição do companheiros militantes do Movimento Negro Unificado (MNU).

O mais concorrido de todos os debates realizou-se em Belo Horizonte, na sede do Sindicato dos Trabalhadores em processamento de dados no dia 20. A convocação da regional de Causa Operária, apoiada pelo Sindicato dos Trabalhadores dos Correios de Minas Gerais, foi atendida por dezenas de carteiros e outros funcionários da ECT que se somaram a bancários, servidores estaduais, metalúrgicos e trabalhadores de muitas outras categorias. Como ocorreu em quase todos os demais debates, esteve presente um grupo de companheiros da Convergência Socialista, assim como inúmeros dirigentes do PT

mineiro, dentre os quais os vereadores Virgílio Guimarães, líder da bancada do partido na Câmara e Rogério Corrêa, dirigente da tendência petista MTM. Durante os debates os vereadores convidaram Altamira para uma visita à Câmara Municipal, que foi realizada no dia seguinte.

Os trabalhadores das indústrias de carnes e frios de São Paulo (dentre os quais expressivas grupos de operários dos Frigoríficos Santa Rosa e de ex-funcionários do Pedroso) constituíram a maior delegação presente ao debate de Jorge Altamira realizado na CUT Zonal Oeste da Grande São Paulo, que contou com uma significativa maioria de operários desta e de outras regiões da capital e das cidades da Grande São Paulo. Compareceram e participaram ativamente dos debates militantes da Apeoesp (Sindicato dos trabalhadores do ensino do Estado), dos judiciários, da Oposição Metalúrgica da capital, dirigentes da UNE, estudantes e militantes de diversas universidades, entre outros. Um grupo de companheiros de Volta Redonda esteve presente e também compareceram integrantes da Frente Revolucionária (CS, Independentes de Diadema, Luta de Classes) sendo a necessidade de superação das debilidades políticas da Frente um dos temas abordados por Altamira na palestra.

Em São Paulo o debate "A situação internacional e as alternativas da esquerda" foi realizado ainda na cidade de Bauri, na sede do Sindicato dos ferroviários da região, após uma entrevista concedida à Rádio Globo local e uma coletiva aos jornais da cidade, que destacaram o debate e os posicionamentos políticos do dirigente trotskista sobre questões fundamentais da situação política nacional, como o plebiscito, e internacional, como a crise do Leste Europeu e da ex-URSS. Além do Sindicato dos ferroviários, a atividade foi convocada pelo Sindicato dos bancários e pela regional de Causa Operária reunindo perto de uma centena de pessoas, com uma intensa participação nos debates que seguiram à palestra. Como nos demais locais foi realizada uma expressiva venda de materiais políticos, com destaque para a revista En Defesa del Marxismo, da qual Altamira é editor.

regime de na de todos os o direito de , que o é o mental (...)



## Quem é o problema social?

O número de crianças e adolescentes que vive pelas ruas é muito grande e tende a crescer cada vez mais. Sei que isto não é nenhuma novidade para a população brasileira, mas prefiro garantir a informação, dizendo isto quantas vezes for necessário.

A cada dia, mais e mais crianças estão indo para as ruas procurar outra forma de vida que não seja a que têm em casa. Quando têm uma casa... Saem de casa para fugir dos maus tratamentos dos pais ou vão para as ruas por orientação dos mesmos. Na rua buscam as mais variadas formas de vida. Pedir? Talvez... Furtar? Se necessário for... Trabalhar? Parece difícil... Quem daria emprego à criança de sete anos? Quem empregaria um adolescente sujo e com mau cheiro? É mais simples chamá-lo de vagabundo que tentar imaginá-lo produzindo.

O que nem todos sabem, e muitos que sabem não acreditam, é que estes meninos e meninas que saem de suas casas para fugir das violências sofridas, sofrem, na rua, violências ainda piores.

Além da violência, sofrida diariamente, gerada pelo preconceito da sociedade, existe uma que é praticada por aqueles que têm como função zelar pela segurança e a tranquilidade da população: a Polícia Militar.

Através do acompanhamento de um grupo de menores que frequentam o centro da cidade de Bauru, no interior do Estado de São Paulo, conseguimos comprovar as violências cometidas contra eles e, posteriormente, estes menores fizeram uma denúncia formal ao Curador de Infância e da Juventude desta comarca. Além de comprovadas as violências físicas, através do exame de corpo delito do Instituto Médico Legal (IML), os meninos que denunciaram reconstituíram, em órgão da mídia eletrônica, a forma que foram torturados e afogados às margens do Rio Batalha, como prática para obrigá-los a confessar delitos ou entregar companheiros. Denunciaram também o "corredor polonês", onde eles (os meninos e meninas) têm que atravessar duas fileiras de policiais levando chutes, coronhadas e pontapés. Por sua vez, as meninas denunciaram os abusos sexuais dos quais são vítimas constantes. É desta forma que alguns policiais procuram mostrar serviço. Não só espancando menores mas também cometendo todo tipo de arbitrariedades possíveis contra aqueles que tentam ir contra a ideologia que julgam ser correta, isto é, a ideologia dominante ditada por uma minoria que detém o capital.

Diante de todas estas denúncias foi organizado o I Movimento Contra a Violência ao Menor em Bauru. As principais palavras-de-ordem:

"Meninos de rua pedem: Chega de Massacre!" (Meninos e Meninas de rua);

"Não à repressão e à violência aos meninos de rua. Alimentação, moradia e educação para todos" (Sindicato dos Bancários)

"Fim da repressão e da violência à população pobre. Pela dissolução da Polícia Militar" (Causa Operária)

O movimento repercutiu de forma inesperada, tendo ocupado espaço no noticiário em órgãos da grande imprensa nacional. Apesar de toda esta atenção dada pela imprensa, não podemos, infelizmente, dizer que a cobertura foi feita para auxiliar o desenvolvimento de uma luta. Um jornal, rádio ou TV são, antes de tudo, empresas que visam lucros e têm que noticiar um assunto emergente. Tanto é que hoje se têm a impressão que nada aconteceu pois o assunto não é mais uma notícia "quente". Existem ainda outros pontos sobre o interesse da imprensa pelo assunto que mere-

cem uma discussão mais aprofundada.

As críticas também foram muitas. E, embora tenham sido ferozes, o resultado foi mais que satisfatório num primeiro momento, pois gerou a necessidade de se discutir o assunto. Um assunto que muitas pessoas preferem ignorar. Disseram que a polícia cumpria sua obrigação? Sim disseram. E ela realmente estava cumprindo. Resta saber cumprindo as obrigações em relação a quem? Quem a polícia protege? Me atrevo a responder que a polícia, neste caso e na maioria dos casos e quem sabe, em todos, protege a classe abastada da classe miserável.

Entre os vários comentários que surgiram o mais frequente foi: este movimento é meramente político? Mas claro que é! É político mas não politiquero. É um movimento político no que diz respeito a chamar a atenção da população para um problema que ela se recusa a admitir que existe e está tomando dimensões assustadoras. É uma luta política para que a população pobre pare de defender e puxar o saco dos que a recriminam e passem a lutar por seus direitos e defender a segurança e o bem estar de seus filhos.

Surgiram também, depois do ato público, o movimento dos "dá palpites mas não põe a mão na massa", pois se o quisessem não estariam ocupando seu tempo dando palpites, procurando, de todas as formas possíveis, desestimular os militantes. Mas os palpites deste tipo também servem como estímulo.

Assistimos também acusações contra os meninos de rua por várias vezes sempre sem motivos comprovados, tentativas frustradas de culpar os meninos e meninas para desmoralizar o movimento, uma vez que os furtos e arrombamentos de que foram acusados tiveram autores em pessoas não pertencentes ao grupo.

Este grupo, ao qual me refiro, vive em uma casa abandonada, no centro da cidade. A maior parte deles não tem pai nem mãe e os que têm fogem incansavelmente dos pais, que vivem o mesmo problema que eles. A destruturação familiar.

Em resumo, não têm quem os defenda. Por isso, é mais fácil atribuir a eles a responsabilidade pelos arrombamentos e furtos do que descobrir o verdadeiro culpado.

A questão de "culpado ou não" também é discutível. Por que alguém seria culpado por agir para matar a fome? E nem sempre tem como pagar por um prato de comida. Depois disso ele é tido como criminoso. É assim que a sociedade burguesa passa a encará-lo.

E esta sociedadezinha que tanto acusa também não rouba? O grande número de miseráveis que existe é composto somente por preguiçosos?

Já esta sociedade abastada que, não sei com que direito, pede por justiça (contra os marginalizados é claro), que serve este órgão, que diz existir para proteger a população em geral. E esta sociedade burguesa que, para construir sua fortuna, tirou da boca do recém-nascido, filho de pais pobres, o direito à alimentação adequada e a crescer de forma digna. Estes meninos de rua são o produto de uma sociedade abastada que vive segundo as leis do capitalismo selvagem. São produtos do sistema que ela própria criou e sustentou.

Como se não bastassem todos estes problemas sociais, que não são os meninos de rua mas todos aqueles que, por não fazerem nada concordam com esta situação e são também os que a geraram, ainda existem os que procuram tirar proveito da situação.

Depois de iniciado o movimento, com o apoio de algumas organizações, surgiram, não se sabe de onde, apoios de inúmeras correntes políticas e institucionais ligadas ao problema do menor. Instituições estas que estão mais preocupadas com os lucros que a questão pode trazer de que com o próprio menor.

Como não poderia deixar de ser, as prefeituras também não ficam pra trás. Na gestão anterior da prefeitura de Bauru, um grupo de pessoas ligadas à Secretaria de Projetos Comunitários constituiu o Conselho dos Direitos da Criança e do Adoles-

antes de nos deixamos levar pelas aparências, nós, que estamos na luta, façamos uma reflexão sobre o assunto.

Têm surgido instituições, uma atrás da outra, que se propõem a recuperar os meninos e meninas de rua. Isto é, aparentemente, muito louvável, mas também existe o outro lado. Agora faço mais uma pergunta: recuperar estes meninos e meninas de quê (ou de quem)? E aí cabe outra questão: quem realmente precisa ser recuperado?

A verdade é que grande parte destas instituições têm a pretensão de "recuperar" o menino de rua e não dar-lhe chances para que possam desenvolver suas próprias potencialidades. Querem enquadrá-lo num sistema massificado de comportamento e valores que muitas vezes não são o seu (do menino de rua).

O mesmo acontece nas instituições que são da iniciativa religiosa. A grande maioria procura forçar estes menores a aderir à sua crença. E ainda como agravante, existem ainda aquelas, e não digão isto sem conhecimento de causa, que fazem desta atividade um meio de vida, isto é, viver de doações. Para ser mais clara utilizar as doações como meio de vida pessoal.

A educação é outro problema da instituição religiosa, na maioria evangélicas, que têm como única cartilha a bíblia.

Nos programas sociais, os meninos e meninas de rua, são tratados como peças estragadas de uma engrenagem que funcionava bem, como "coisa" que só atrapalha. Enfim estas instituições são, um depósito de lixo. Afasta da vida na comunidade como se fossem portadores de alguma doença altamente contagiosa.

Não só na rua, como na maioria das entidades em que são colocados estas crianças e adolescentes são vistos como pessoas completamente sem elo com a realidade, como doentes.

Penso sim que estes são os que realmente estão em concordância com a realidade nacional. Esta realidade vergonhosa que muitas pessoas se recusam a ver. A realidade das diferenças extremas, onde a maioria não tem recursos para sobreviver e continua defendendo quem lhe tira o pão da boca, quem o oprime e quem o trai.

Para finalizar não posso deixar de mencionar entre os problemas que provocam tal situação, a máquina que governa o nosso país, os estados e os municípios. Além da tão falada e famosa corrupção, há ainda a questão da omissão, que é uma atitude somente da sociedade civil. Por que as autoridades governamentais ao invés de simplesmente determinar certas medidas também não fiscalizam seu cumprimento? Mas aí é que está a obrigação da tal sociedade de cobrar esta fiscalização e não ficar esperando, na fila dos oportunistas, uma vaga para conseguir tirar algum proveito.

Não digão isto somente em relação à violência ao menor mas em relação à violência à toda a população, especialmente contra aqueles que tentam nadar contra a corrente estabelecida e reivindicar seus direitos.

É imprescindível que se inicie um movimento de todas as classes marginalizadas para que estas arbitrariedades parem de ocorrer. Para que todos, a maioria e não a minoria, tenham o direito de expressar suas opiniões e reivindicar o que nos pertence: a liberdade de exercer os direitos de cidadão.

Andréa Ono

(Jornalista, atuante do Movimento Contra a Violência ao Menor em Bauru. Simpatizante de Causa Operária) Bauru-SP

## Repressão na França

À atenção do Partido Obrero da Argentina e de Causa Operária do Brasil

CAROS AMIGOS E CAMARADAS,

Vocês receberam recentemente nosso "Apelo pela retirada do processo contra Pedro Carrasquedo, pela retirada de todos os processos e pela libertação de todos os detidos". Este apelo, que recolheu até o momento milhares e milhares de assinaturas na França e em escala internacional, situa-se na defesa resoluta do direito de asilo, direito este pisoteado e golpeado pelos governos que se sucederam nestes três últimos dez anos.

Sobre o crime de Pedro Carrasquedo, como dos 150 incriminados pelo mesmo motivo, dos quais três estão ainda na prisão, eis aqui o que diz o apelo:

"Há mais de 150 pessoas detidas e incriminadas, verdadeiros prisioneiros de opinião, acusados, ao arrepio de toda a lógica, de 'associação dos malfetores, ajuda à permanência ilegal, em relação com um empreendimento terrorista, a título principal ou conexo'. Por que? Porque eles abriram suas portas a refugiados políticos bascos que, muitos deles, tinham o status de refugiados até que o governo francês o retirou sob a pressão do governo da Espanha. Pessoas são, desta forma, jogadas na prisão pelo delito de hospitalidade". Eu, por meu lado, estou indiciado pelas mesmas razões, às quais se acrescenta uma outra, visivelmente inadmissível para o governo francês: eu sou, com o advogado e escritor Denis Langlois, co-autor e iniciador de um "Apelo pela negociação no País Basco" e pela paz!

As negociações e encontros que fiz para tornar conhecido este apelo me valeram igualmente minha incriminação. Longe de prender um membro de uma suposta "associação de malfetores" prenderam e indiciaram um dos que, cada vez mais numerosos, procuram uma saída de acordo com os interesses das populações oprimidas. Não se trata, no entanto, para mim de compartilhar minha opinião de uma política sobre o país basco. Trata-se de fato, de que na França, suposta terra do asilo, prende-se simplesmente por um delito de hospitalidade e delito de opinião política, sobretudo se ela não agrada ao governo e à política de Mitterrand.

Um exemplo, uma mãe de família com dois filhos, Veronique, passou três meses na prisão por ter albergado um refugiado basco. Toda a cidade onde ela mora conhecia o refugiado por anos. Veronique é a esposa do padeiro da cidade! Toda a população ficou indignada. Porém, há 10 dias, quando Veronique foi libertada, sob controle judiciário (como eu), esta mãe de família foi novamente presa e jogada na prisão, sob o pretexto de que ela havia violado a sua liberdade condicional. Isto significa que qualquer um dos 150 indiciados podem retornar à prisão de um dia para outro, segundo as decisões da senhora juíza de instrução.

Um jovem de 18 anos, Giuliano Cavaterra, está igualmente preso desde agosto, pelos mesmos motivos. O processo que está sendo preparado para os próximos meses lembra os processos típicos da Guerra da Argélia contra os franceses que recusavam esta guerra colonial e que estimavam que o povo argelino tinha o direito sagrado e imprescritível à sua autodeterminação (o que efetivamente foi feito). Eu não luto, portanto, por mim, mas por todos os indiciados e pelos presos, para que saia imediatamente das prisões do governo Mitterrand e que todos os processos sejam cancelados.

Na França, particularmente, a campanha está sendo organizada e todos os comitês que foram constituídos em Paris, na Bretanha, em Bordeaux, em Nantes decidiram-se por travar uma luta comum.

Depende da campanha internacional,



CAUSA OPERÁRIA

## social?

O número de crianças e adolescentes que vive pelas ruas é muito grande e tende a crescer cada vez mais. Sei que isto não é nenhuma novidade para a população brasileira, mas prefiro garantir a informação, dizendo isto quantas vezes for necessário.

A cada dia, mais e mais crianças estão indo para as ruas procurar outra forma de vida que não seja a que têm em casa. Quando têm uma casa... Saem de casa para fugir dos maus tratos dos pais ou vão para as ruas por orientação dos mesmos. Na rua buscam as mais variadas formas de vida. Pedir? Talvez... Furtar? Se necessário for... Trabalhar? Parece difícil... Quem daria emprego à criança de sete anos? Quem empregaria um adolescente sujo e com mau cheiro? É mais simples chamá-lo de vagabundo que tentar imaginá-lo produzindo.

O que nem todos sabem, e muitos que sabem não acreditam, é que estes meninos e meninas que saem de suas casas para fugir das violências sofridas, sofrem, na rua, violências ainda piores.

Além da violência, sofrida diariamente, gerada pelo preconceito da sociedade, existe uma que é praticada por aqueles que têm como função zelar pela segurança e a tranquilidade da população: a Polícia Militar.

Através do acompanhamento de um grupo de menores que frequentam o centro da cidade de Bauri, no interior do Estado de São Paulo, conseguimos comprovar as violências cometidas contra eles e, posteriormente, estes menores fizeram uma denúncia formal ao Curador de Infância e da Juventude desta comarca. Além de comprovadas as violências físicas, através do exame de corpo delito do Instituto Médico Legal (IML), os meninos que denunciaram reconstituíram, em órgão da mídia eletrônica, a forma que foram torturados e afogados às margens do Rio Batalha, como prática para obrigá-los a confessar delitos ou entregar companheiros. Denunciaram também o "corredor polonês", onde eles (os meninos e meninas) têm que atravessar duas fileiras de policiais levando chutes, coronhadas e pontapés. Por sua vez, as meninas denunciaram os abusos sexuais dos quais são vítimas constantes. É desta forma que alguns policiais procuram mostrar serviço. Não só espancando menores mas também cometendo todo tipo de arbitrariedades possíveis contra aqueles que tentam ir contra a ideologia que julgam ser correta, isto é, a ideologia dominante ditada por uma minoria que detém o capital.

Diante de todas estas denúncias foi organizado o I Movimento Contra a Violência ao Menor em Bauri. As principais palavras-de-ordem:

"Meninos de rua pedem: Chega de Massacre!" (Meninos e Meninas de rua);

"Não à repressão e à violência aos meninos de rua. Alimentação, moradia e educação para todos" (Sindicato dos Bancários)

"Fim da repressão e da violência à população pobre. Pela dissolução da Polícia Militar" (Causa Operária)

O movimento repercutiu de forma inesperada, tendo ocupado espaço no noticiário em órgãos da grande imprensa nacional. Apesar de toda esta atenção dada pela imprensa, não podemos, infelizmente, dizer que a cobertura foi feita para auxiliar o desenvolvimento de uma luta. Um jornal, rádio ou TV são, antes de tudo, empresas que visam lucros e têm que noticiar um assunto emergente. Tanto é que hoje se têm a impressão que nada aconteceu pois o assunto não é mais uma notícia "quente". Existem ainda outros pontos sobre o interesse da imprensa pelo assunto que mere-

ceriam ser tratados em uma outra oportunidade. Mas o que foi mais que satisfatório num primeiro momento, pois gerou a necessidade de se discutir o assunto. Um assunto que muitas pessoas preferem ignorar. Disseram que a polícia cumpria sua obrigação? Sim disseram. E ela realmente estava cumprindo. Resta saber cumprindo as obrigações em relação a quem? Quem a polícia protege? Me atrevo a responder que a polícia, neste caso e na maioria dos casos e quem sabe, em todos, protege a classe abastada da classe miserável.

Entre os vários comentários que surgiram o mais frequente foi: este movimento é meramente político? "Mas claro que é! É político mas não politiquês. É um movimento político no que diz respeito a chamar a atenção da população para um problema que ela se recusa a admitir que existe e está tomando dimensões assustadoras. É uma luta política para que a população pobre pare de defender e puxar o saco dos que a recriminam e passem a lutar por seus direitos e defender a segurança e o bem estar de seus filhos.

Surgiram também, depois do ato público, o movimento dos "dá palpites mas não põe a mão na massa", pois se o quisessem não estariam ocupando seu tempo dando palpites, procurando, de todas as formas possíveis, desestimular os militantes. Mas os palpites deste tipo também servem como estímulo.

Assistimos também acusações contra os meninos de rua por várias vezes sempre sem motivos comprovados, tentativas frustradas de culpar os meninos e meninas para desmoralizar o movimento, uma vez que os furtos e arrombamentos de que foram acusados tiveram autores em pessoas não pertencentes ao grupo.

Este grupo, ao qual me refiro, vive em uma casa abandonada, no centro da cidade. A maior parte deles não tem pai nem mãe e os que têm fogem incansavelmente dos pais, que vivem o mesmo problema que eles. A destruturação familiar.

Em resumo, não têm quem os defenda. Por isso, é mais fácil atribuir a eles a responsabilidade pelos arrombamentos e furtos do que descobrir o verdadeiro culpado.

A questão de "culpado ou não" também é discutível. Por que alguém seria culpado por agir para matar a fome? E nem sempre tem como pagar por um prato de comida. Depois disso ele é tido como criminoso. É assim que a sociedade burguesa passa a encará-lo.

E esta sociedadezinha que tanto acusa também não rouba? O grande número de miseráveis que existe é composto somente por preguiçosos?

Já esta sociedade abastada que, não sei com que direito, pede por justiça (contra os marginalizados é claro), que serve este órgão, que diz existir para proteger a população em geral. E esta sociedade burguesa que, para construir sua fortuna, frou da boca do recém-nascido, filho de pais pobres, o direito à alimentação adequada e a crescer de forma digna. Estes meninos de rua são o produto de uma sociedade abastada que vive segundo as leis do capitalismo selvagem. São produtos do sistema que ela própria criou e sustentou.

Como se não bastassem todos estes problemas sociais, que não são os meninos de rua mas todos aqueles que, por não fazerem nada concordam com esta situação e são também os que a geraram, ainda existem os que procuram tirar proveito da situação.

Depois de iniciado o movimento, com o apoio de algumas organizações, surgiram, não se sabe de onde, apoios de inúmeras correntes políticas e institucionais ligadas ao problema do menor. Instituições estas que estão mais preocupadas com os lucros que a questão pode trazer de que com o próprio menor.

Como não poderia deixar de ser, as prefeituras também não ficam pra trás. Na gestão anterior da prefeitura de Bauri, um grupo de pessoas ligadas à Secretaria de Projetos Comunitários constituiu o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e, hoje, diz estar "nomeando" o Conselho Tutelar. Como nomear o C.T. se a Lei Federal 8096 de 23 de junho de 1990, determina que este deve ser escolhido através de uma eleição popular? Dizem que será o C.D.C.A. quem regulamentará as funções do C.T.. Como regulamentação o C.T. se o Estatuto da Criança e do Adolescente já estabelece estas funções e diz que este conselho é autônomo? O grande problema é a remuneração! O conselho do C.T., poderá ser remunerado. Portanto, nomear é mais seguro que concorrer à uma eleição. Garantia de dinheiro da "tchurma".

Com tanta preocupação com o assunto "meninos de rua" parece até que a sociedade, não a em geral, está realmente consciente do que está acontecendo e do que pode vir a acontecer. E preciso que,

refletido sobre o assunto.

Tem surgido instituições, uma atrás da outra, que se propõem a recuperar os meninos e meninas de rua. Isto é, aparentemente, muito louvável, mas também existe o outro lado. Agora faço mais uma pergunta: recuperar estes meninos e meninas de quem (ou de quem)? E aí cabe uma outra questão: quem realmente precisa ser recuperado?

A verdade é que grande parte destas instituições têm a pretensão de "recuperar" o menino de rua e não dar-lhe chances para que possam desenvolver suas próprias potencialidades. Querem enquadrá-los num sistema massificado de comportamento e valores que muitas vezes não são o seu (do menino de rua).

O mesmo acontece nas instituições que são da iniciativa religiosa. A grande maioria procura forçar estes menores a aderir à sua crença. E ainda como agravante, existem ainda aquelas, e não digo isto sem conhecimento de causa, que fazem desta atividade um meio de vida, isto é, viver de doações. Para ser mais clara utilizar as doações como meio de vida pessoal.

A educação é outro problema da instituição religiosa, na maioria evangélicas, que têm como única cartilha a bíblia.

Nos programas oficiais, os meninos e meninas de rua, são tratados como peças estragadas de uma engrenagem que funcionava bem, como "coisa" que só atrapalha. Enfim estas instituições são, um depósito de lixo. Afasta da vida na comunidade como se fossem portadores de alguma doença altamente contagiosa.

Não só na rua, como na maioria das entidades em que são colocados estas crianças e adolescentes são vistos como pessoas completamente sem elo com a realidade, como doentes.

Penso sim que estes são os que realmente estão em concordância com a realidade nacional. Esta realidade vergonhosa que muitas pessoas se recusam a ver. A realidade das diferenças extremas, onde a maioria não tem recursos para sobreviver e continua defendendo quem lhe tira o pão da boca, quem o oprime e quem o trai.

Para finalizar não posso deixar de mencionar entre os problemas que provocam tal situação, a máquina que governa o nosso país, os estados e os municípios. Além da tão falada e famosa corrupção, há ainda a questão da omissão, que não é uma atitude somente da sociedade civil. Por que as autoridades governamentais ao invés de simplesmente determinar certas medidas também não fiscalizam seu cumprimento? Mas aí é que está a obrigação da tal sociedade de cobrar esta fiscalização e não ficar esperando, na fila dos oportunistas, uma vaga para conseguir tirar algum proveito.

Não digo isto somente em relação à violência ao menor mas em relação à violência à toda a população, especialmente contra aqueles que tentam nadar contra a corrente estabelecida e reivindicar seus direitos.

É imprescindível que se inicie um movimento de todas as classes marginalizadas para que estas arbitrariedades parem de ocorrer. Para que todos, a maioria e não a minoria, tenham o direito de expressar suas opiniões e reivindicar o que nos pertence: a liberdade de exercer os direitos de cidadão.

Andréa Ono

(Jornalista, atuante do Movimento Contra a Violência ao Menor em Bauri. Simpatizante de Causa Operária) Bauri-SP

## Repressão na França

À atenção do Partido Obrero da Argentina e de Causa Operária do Brasil

Leia e Assine

En  
Defensa  
del  
Marxismo

Apelo pela retirada do processo contra Pedro Carrasquedo, pela retirada de todos os processos e pela libertação de todos os detidos". Este apelo, que recolheu até o momento milhares e milhares de assinaturas na França e em escala internacional, situa-se na defesa resoluta do direito de asilo, direito este pisoteado e golpeado pelos governos que se sucederam nestes três últimos dez anos.

Sobre o crime de Pedro Carrasquedo, como dos 150 incriminados pelo mesmo motivo, dos quais três estão ainda na prisão, eis aqui o que diz o apelo:

"Há mais de 150 pessoas detidas e incriminadas, verdadeiros prisioneiros de opinião, acusados, ao arrepio de toda a lógica, de "associação dos malfeitores, ajuda à permanência ilegal, em relação com um empreendimento terrorista, a título principal ou conexo". Por que? Porque eles abriram suas portas a refugiados políticos bascos que, muitos deles, tinham o status de refugiados até que o governo francês o retirou sob a pressão do governo da Espanha. Pessoas são, desta forma, jogadas na prisão pelo delito de hospitalidade". Eu, por meu lado, estou indiciado pelas mesmas razões, às quais se acrescenta uma outra, visivelmente inadmissível para o governo francês: eu sou, com o advogado e escrivão Denis Langlois, co-autor e iniciador de um "Apelo pela negociação no País Basco" e pela paz!

As negociações e encontros que fiz para tornar conhecido este apelo me valeram igualmente minha incriminação. Longe de prender um membro de uma suposta "associação de malfeitores" prenderam e indiciaram um dos que, cada vez mais numerosos, procuram uma saída de acordo com os interesses das populações oprimidas. Não se trata, no entanto, para mim de compartilhar minha opinião de uma política sobre o país basco. Trata-se de fato, de que na França, suposta terra do asilo, prende-se simplesmente por um delito de hospitalidade e delito de opinião política, sobretudo se ela não agrada ao governo e à política de Mitterrand.

Um exemplo, uma mãe de família com dois filhos, Veronique, passou três meses na prisão por ter albergado um refugiado basco. Toda a cidade onde ela mora conhecia o refugiado por anos. Veronique é a esposa do padeiro da cidade! Toda a população ficou indignada. Porém, há 10 dias, quando Veronique foi libertada, sob controle judiciário (como eu), esta mãe de família foi novamente presa e jogada na prisão, sob o pretexto de que ela havia violado a sua liberdade condicional. Isto significa que qualquer um dos 150 indiciados podem retornar à prisão de um dia para outro, segundo as decisões da senhora juíza de instrução.

Um jovem de 18 anos, Giuliano Cavaterra, está igualmente preso desde agosto, pelos mesmos motivos. O processo que está sendo preparado para os próximos meses lembra os processos típicos da Guerra da Argélia contra os franceses que recusavam esta guerra colonial e que estimavam que o povo argelino tinha o direito sagrado e imprescindível à sua autodeterminação (o que efetivamente foi feito). Eu não luto, portanto, por mim, mas por todos os indiciados e pelos presos, para que saí imediatamente das prisões do governo Mitterrand e que todos os processos sejam cancelados.

Na França, particularmente, a campanha está sendo organizada e todos os comitês que foram constituídos em Paris, na Bretanha, em Bordeaux, em Nantès decidiram-se por travar uma luta comum.

Depende da campanha internacional,



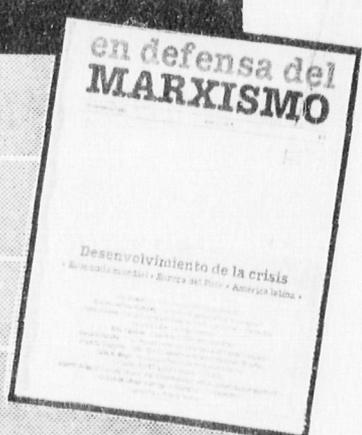
CAUSA OPERÁRIA

ANO XIV Nº 182

de 1 a 7 de Fevereiro de 1993 - Cr\$ 15.000  
- Publicação Semanal da Outubro Livraria,  
Editora e Distribuidora - SDS - Edifício  
Miguel Badya - Bloco L - salas 217/219 -  
CEP 70302-900 - Brasília - DF.

Conselho Editorial: Anai Caproni Finto,  
Antônio Carlos Silva, Carlos Alexandre Honorato,  
Edinaldo Augusto Silva, Hyrlanda Moreira,  
José Luis Nunes, Paulo Lago, Paulo Sérgio Ribeiro de Pinho, Pedro Paulo de Abreu Pinheiro, Rui Costa Pimenta, Vera Maria de Oliveira Carneiro e Wilson Lima.

O Jornal Causa Operária é produzido eletronicamente em DTP (Desktop Publishing) pela Editora Rio Negro - Editor: Rui Costa Pimenta Diagramação: Mauro Augusto



do sucesso das assinaturas em nosso apelo, de delegações aos consulados e embaixadas da França à escala internacional para que possamos fazer recuar o governo.

Eu lanço um apelo urgente a todos vocês, amigos e camaradas, democratas e militantes, para que consigamos arrancar o mais rapidamente possível das prisões francesas

— Veronique, mãe de família da Bretanha

— Giuliano Cavaterra, jovem de 18 anos de Bordeaux

— Todos os presos franceses e bascos

Para obter a suspensão do processo movido contra mim, o fim de todos os processos.

Para obrigar o governo francês a respeitar o direito de asilo e acabar com as perseguições dos militantes bascos e às batidas contra a população francesa que crê na tradição de hospitalidade e de democracia que está ligada a este país que é conhecido como o país dos direitos do homem.

Estou convencido, por antecipação, de haver encontrado em vocês um apoio sólido e efetivo. Agradeço antecipadamente por vosso ato de solidariedade e de internacionalismo em fazer assinar nosso apelo, em organizar delegações unitárias aos consulados e embaixadas em vossos países.

Amizade militante

**Pedro Carrasquedo**  
outubro de 1992

NR: O jornal Causa Operária publica com atraso este importante apelo em função do longo período; no final de ano o jornal não apareceu. Reforcamos aqui o apelo do companheiro Pedro Carrasquedo para que todas as pessoas e as organizações operárias, populares, da juventude e democráticas se somem à luta dos companheiros perseguidos na França. A íntegra do abaixo-assinado, bem como uma entrevista com Pedro Carrasquedo sobre o assunto foram publicados no jornal Causa Operária nº 179.

## Indústria cultural

Companheiros de Causa Operária

Ao final do ano passado, li com estupefação no jornal Convergência Socialista uma matéria sobre a Bahia e a questão racial onde em uma canhestra tentativa de

crítica ao racismo nos era apresentada a "nova" música baiana, como por exemplo, Daniela Mercury, como sendo nossa verdadeira raiz popular". Para o autor do artigo, a ampla aceitação da música baiana estaria em contradição com o preconceito contra nordestinos e negros.

O trotskismo sempre foi uma corrente política que procurou colocar-se ao lado das tendências mais progressistas e revolucionárias das artes. A matéria em questão, no entanto, cai tão baixo a ponto de fazer o elogio de um puro e simples produto da indústria "musical" como Daniela Mercury e na apologia de outros baianos, como Caetano Veloso, cujo débil e fugaz lampejo criativo já é cinza fria e espalhada pelo vento dos movimentos comerciais do "artista" baiano.

A única função deste gênero de apologia é, na realidade, reforçar o esforço turístico do governo ACM (ainda mais no final do ano), através da promoção da "cultura baiana".

O que mais impressiona, porém, é que esta apologia da indústria "artística" se dá no mesmo momento em que o caráter mercenário de inúmeros "artistas populares" é evidenciado pela própria imprensa burguesa que os denuncia que vendem seus parcos talentos a empresas de cerveja como garotos-propaganda sem qualquer dissimulação por um cachezinho!

Difícilmente a música "afro"-comercial de Daniela Mercury será um instrumento adequado para defender o negro neste país onde a exploração da cultura afro-brasileira e uma suposta apreciação das suas tradições nunca passou de ser mais que uma variante das muitas e mal-disfarçadas formas de opressão do negro no plano ideológico (Gilberto Freyre!).

O tombo estético do jornal Convergência Socialista (que sublinha o fato de que o oportunismo e o seguidismo à burguesia se revelam em todos os terrenos da vida e não apenas na política) chama a atenção para o fato de que se faz necessária uma discussão crítica sobre a situação da cultura, não apenas nacional, como parte da luta de idéias.

Sugiro que o jornal Causa Operária — ainda que o jornal se dedique, acertadamente, à política e às lutas dos explorados com prioridade — reserve um modesto espaço a esta necessária discussão.

J.C.N.  
Rio de Janeiro - RJ

## Ocupação em Volta Redonda

A ocupação no conjunto habitacional

São Sebastião, no bairro São Luiz em Volta Redonda, superação aos demais, pois é um movimento dos sem-tetos, que ainda não tínhamos na cidade, é uma evolução da luta pela posse das casas, dado os problemas que a posse causa às famílias e à cidade (desigualdades nas condições e discriminação em benefícios públicos), dados com os conjuntos já programados com infra-estrutura, saneamento básico, etc.. Inclusive igualdade de condições às famílias, o que por isso só já é um salto. E esta é a luta concreta que existe hoje na cidade em termos de movimento popular. O interior deste movimento tem conclamado a independência de classe e tem apontado o caminho aos militantes e combatentes desta cidade que já foi vanguarda do movimento operário do país. A cidade se encontra com milhares de sem-tetos, demitidos, desempregados, inquilinos explorados e despejados. Inúmeros conjuntos habitacionais construídos na cidade e cidades vizinhas pela PMVR/CSN (Volta Grande II, Tiradentes, Vila Rica etc. e Resende, Paraíba do Sul etc.), que são guardados para exploração dos trabalhadores e aos necessitados e para salvar os privilegiados do Poder Público.

Iniciada em 27/11/92, com 170 famílias, a ocupação se deu em função da necessidade de lutar contra o extremo rebaixamento nas condições de vida e de sobrevivência que vem sofrendo sistematicamente a população de Volta Redonda, desde 1990, com a política de privatização da C.S.N.

A ocupação foi realizada por independentes, todas as organizações da cidade viraram as costas ao movimento com exceção de Causa Operária, Luta Metalúrgica e Municipários em Luta e não pouparam acusações, devido ao comprometimento que essas demonstram com a máquina administrativa e a enorme ilusão no novo prefeito eleito da Frente Popular (PSB-PT-PCdoB-PV), Paulo Cesar Baltazar.

Todos os mascarados que falam em nome dos trabalhadores e dos necessitados, como CONAM, Comissão de Posseiros, Pastoral da Terra, Sindicatos, Vereadores demagogos, CS da cidade, etc... foram contatados e declararam não apoiar, e pior; estão contra, com alegações absurdas que este é um movimento do Wanildo; é um movimento contra a Frente Popular para denegrir a imagem de Baltazar; que o movimento está cheio de oportunistas que querem aproveitar da situação. Sequer ficaram sensíveis à ação policial que invadiu o Conjunto Habitacional

com uma liminar de reintegração de posse, solicitada pela COHAB/VR e pela firma Eclã Empreendimentos (empresária contratada pela prefeitura).

A ação policial, composta por 40 homens do choque, integrados entre Volta Redonda e Barra do Piraí (município vizinho a Volta Redonda), do 28º Batalhão de Polícia Militar, com ordem expedida pelo Juiz da 4ª Vara Cível de Volta Redonda, Dr. João André Porto no dia 14/11/92 de. Foram cumprir a ordem, oito camburões, duas viaturas e duas motos, policiais com escudos, cacetes e granadas na mão, chegaram derrubando as portas e janelas das casas, dando coronhadas de metralhadora nas paredes, rasgando as cortinas de trapo, lençóis velhos e papelões que as famílias tinham colocados nas portas e janelas, para proteger as crianças do frio e privacidade da noite.

As famílias já estavam e estão sendo atacadas por diversas doenças, devido às péssimas condições do local, águas contaminadas, desnutrição, chuveiros, sol etc., com índices altíssimos em entradas nos hospitais da cidade, com diarreia, vômitos, febres etc. Mas o movimento resistiu a tudo isto, inclusive a ação policial que por três vezes estiveram lá, e ainda resistem apesar de todo o boicote da esquerda e do corpo mole do prefeito eleito Baltazar. Com mais de um mês de ocupação, agora, as famílias estão acampadas com barracos improvisados nas vias públicas do conjunto habitacional, com a promessa de Baltazar que só dia 05/01/93 — quando estará empossado — vai sentar com a Comissão e buscar recursos conjuntos. Mui amigo!

Durante todo esse tempo de resistência do movimento, Baltazar negociou por quatro vezes com a Comissão: alegando que não era prefeito ainda e que não podia fazer nada, contra a ação policial etc., ou seja não tinha nenhuma proposta e era telespectador da situação. Na terceira vez, à ocupação de 218 famílias Baltazar ofereceu 70 lotes em outro local; a Comissão não aceitou.

Os fatos narrados demonstram que os argumentos da dita "esquerda" depõem contra esta; não há argumentos convincentes para explicar sua omissão diante dessa importante luta dos marginalizados de nossa cidade. Só conseguimos, de fato, acreditar que essa esquerda não vê as injustiças sociais, só consegue enxergar a possibilidade de arrumar uma "boquinha" no governo Baltazar.

Luiz Eugênio Honorato  
Volta Redonda-RJ

## Assinatura

Fiquei sabendo por intermédio de panfletos da possibilidade de assinatura deste jornal, e quero inteirar-me das condições de obter a assinatura do mesmo. Querendo, portanto, informações e procedimentos necessários para a possível efetivação de minha assinatura.

Agradecido desde já pela atenção dispensada.

A.S.B.  
Ceilândia-DF

## AJR

Companheiros da Causa Operária

Venho através desta pedir mais algumas coisas sobre a Causa Operária, isso porque eu tenho um material que fala dos 50 anos da vida de León Trotsky, é despertou procurar saber como é o sistema de assinatura do jornal Causa Operária, como atua, qual a sua real linha, visto que eu acho que seja trotskismo.

# RETOMAR A CAMPANHA DE ASSINATURAS

Após um intervalo, necessário para processar uma série de importantes mudanças, o jornal Causa Operária retoma a sua atividade na luta política contra a burguesia, só que com um novo formato, nova diagramação e com mais espaço para debater e organizar a luta do movimento operário. Uma importante mudança é a criação de uma seção especial destinada aos nossos leitores. Na Tribuna do Leitor, esta criada uma verdadeira tribuna para denúncias e a opinião política de todos aqueles que quiserem se fazer ouvir sobre qualquer aspecto da luta de classes, inclusive na polêmica com as posições deste jornal.

Dando continuidade à luta por avançar na construção desta imprensa operária estamos retomando a todo vapor a nossa Campanha de Assinaturas. Através dela, o companheiro leitor poderá receber semanalmente o jornal em sua casa tendo um desconto de 30% (veja tabela ao lado) em relação ao valor

de capa, que em virtude da política inflacionária do governo Itamar, neste momento subiu para CR\$ 15.000,00.

Tipo de Assinatura	Preço normal	Preço Promocional
Semestral 1 exemplar	250.000	*
Semestral 6 exemplares	1.500.000	1.000.000
Semestral 10 exemplares	2.500.000	1.500.000
Anual 1 exemplar	500.000	*
Anual 6 exemplares	3.000.000	2.000.000
Anual 10 exemplares	5.000.000	3.000.000
Bianual 1 exemplar	1.000.000	*
Bianual 6 exemplares	6.500.000	4.000.000
Bianual 10 exemplares	10.500.000	6.500.000

do sucesso das assinaturas em nosso apelo, de delegações aos consulados e embaixadas da França à escala internacional para que possam fazer recuar o governo.

Eu lanco um apelo urgente a todos vocês, amigos e camaradas, democratas e militantes, para que consigamos arrancar o mais rapidamente possível das prisões francesas

— Veronique, mãe de família da Bretanha

— Giuliano Cavaterra, jovem de 18 anos de Bordeaux

— Todos os presos franceses e bascos

Para obter a suspensão do processo movido contra mim, o fim de todos os processos.

Para obrigar o governo francês a respeitar o direito de asilo e acabar com as perseguições dos militantes bascos e às batidas contra a população francesa que cre na tradição de hospitalidade e de democracia que está ligada a este país que é conhecido como o país dos direitos do homem.

Estou convencido, por antecipação, de haver encontrado em vocês um apoio sólido e efetivo. Agradeço antecipadamente por vosso ato de solidariedade e de internacionalismo em fazer assinar nosso apelo, em organizar delegações unitárias aos consulados e embaixadas em vossos países.

Amizade militante

**Pedro Carrasquedo**  
outubro de 1992

**NR: O jornal Causa Operária publica com atraso este importante apelo em função do longo período; no final de ano o jornal não apareceu. Reformamos aqui o apelo do companheiro Pedro Carrasquedo para que todas as pessoas e as organizações operárias, populares, da juventude e democráticas se somem à luta dos companheiros perseguidos na França. A íntegra do abaixo-assinado, bem como uma entrevista com Pedro Carrasquedo sobre o assunto foram publicados no jornal Causa Operária nº 179.**

## Indústria cultural

Companheiros de Causa Operária

Ao final do ano passado, li com estupefação no jornal *Convergência Socialista* uma matéria sobre a Bahia e a questão racial onde em uma canhesta tentativa de

crítica ao racismo nos era apresentada a "nova" música baiana, como por exemplo, Daniela Mercury, como sendo nossa verdadeira raiz popular". Para o autor do artigo, a ampla aceitação da música baiana estaria em contradição com o preconceito contra nordestinos e negros.

O trotskismo sempre foi uma corrente política que procurou colocar-se ao lado das tendências mais progressistas e revolucionárias das artes. A matéria em questão, no entanto, cai tão baixo a ponto de fazer o elogio de um puro e simples produto da indústria "musical" como Daniela Mercury e na apologia de outros baianos, como Caetano Veloso, cujo débil e fugaz lampejo criativo já é cinza fria e espalhada pelo vento dos movimentos comerciais do "artista" baiano.

A única função deste gênero de apologia é, na realidade, reforçar o esforço turístico do governo ACM (ainda mais no final do ano), através da promoção da "cultura baiana".

O que mais impressiona, porém, é que esta apologia da indústria "artística" se dá no mesmo momento em que o caráter mercenário de inúmeros "artistas populares" é evidenciado pela própria imprensa burguesa que os denuncia que vendem seus raros talentos a empresas de cerveja como garotos-propaganda sem qualquer dissimulação por um cachezinho!

Dificilmente a música "afro"-comercial de Daniela Mercury será um instrumento adequado para defender o negro neste país onde a exploração da cultura afro-brasileira e uma suposta apreciação das suas tradições nunca passou de ser mais que uma variante das muitas e maldisfarçadas formas de opressão do negro no plano ideológico (Gilberto Freyre!).

O tombo estético do jornal *Convergência Socialista* (que sublinha o fato de que o oportunismo e o seguidismo à burguesia se revelam em todos os terrenos da vida e não apenas na política) chama a atenção para o fato de que se faz necessária uma discussão crítica sobre a situação da cultura, não apenas nacional, como parte da luta de ideias.

Sugiro que o jornal *Causa Operária* — ainda que o jornal se dedique, acertadamente, à política e às lutas dos explorados com prioridade — reserve um modesto espaço a esta necessária discussão.

J.C.N.

Rio de Janeiro - RJ

## Ocupação em Volta Redonda

A ocupação no conjunto habitacional

São Sebastião, no bairro São Luiz em Volta Redonda, superação aos demais, pois é um movimento dos sem-tetos, que ainda não tínhamos na cidade, é uma evolução da luta pela posse das casas, dado os problemas que a posse causa às famílias e à cidade (desigualdades nas condições e discriminação em benfeitorias públicas), dados com os conjuntos já programados com infra-estrutura, saneamento básico, etc.. Inclusive igualdade de condições às famílias, o que por isso só já é um salta. E esta é a luta concreta que existe hoje na cidade em termos de movimento popular. O interior deste movimento tem conclamado a independência de classe e tem apontado o caminho aos militantes e combatentes desta cidade que já foi vanguarda do movimento operário do país. A cidade se encontra com milhares de sem-tetos, demitidos, desempregados, inquilinos explorados e despejados. Inúmeros conjuntos habitacionais construídos na cidade e cidades vizinhas pela PMVR/CSN (Volta Grande II, Tiradentes, Vila Rica etc. e Resende, Paraíba do Sul etc.), que são guardados para exploração dos trabalhadores e aos necessitados e para salvaguardar os privilegiados do Poder Público.

Iniciada em 27/11/92, com 170 famílias, a ocupação se deu em função da necessidade de lutar contra o extremo rebaixamento nas condições de vida e de sobrevivência que vêm sofrendo sistematicamente a população de Volta Redonda, desde 1990, com a política de privatização da C.S.N.

A ocupação foi realizada por independentes, todas as organizações da cidade viraram as costas ao movimento com exceção de Causa Operária, Luta Metalúrgica e Municipários em Luta e não pouparam acusações, devido ao comprometimento que essas demonstram com a máquina administrativa e a enorme ilusão no novo prefeito eleito do Frente Popular (PSB-PT-PCdoB-PV), Paulo Cesar Baltazar.

Todos os mascarados que falam em nome dos trabalhadores e dos necessitados, como CONAM, Comissão de Posseiros, Pastoral da Terra, Sindicatos, Vereadores demagogos, CS da cidade, etc... foram contatados e declararam não apoiar, e pior; estão contra, com alegações absurdas que este é um movimento do Waniúdo; é um movimento contra a Frente Popular para denegrir a imagem de Baltazar; que o movimento está cheio de oportunistas que querem aproveitar da situação. Sequer ficaram sensíveis à ação policial que invadiu o Conjunto Habitacional

com uma liminar de reintegração de posse, solicitada pela COHAB/VR e pela firma Eclá Empreendimentos (empreiteira contratada pela prefeitura).

A ação policial, composta por 40 homens do choque, integrados entre Volta Redonda e Barra do Pirai (município vizinho a Volta Redonda), do 28º Batalhão de Polícia Militar, com ordem expedida pelo Juiz da 4ª Vara Cível de Volta Redonda, Dr. João André Porto no dia 14/11/92 de. Foram cumprir a ordem, oito camburões, duas vitórias e duas motos, policiais com escudos, cacetetes e granadas na mão, chegaram derrubando as portas e janelas das casas, dando coronhadas de metralhadora nas paredes, rasgando as cortinas de trapo, lençóis velhos e papelões que as famílias tinham colocados nas portas e janelas, para proteger as crianças do frio e privacidade da noite.

As famílias já estavam e estão sendo atacadas por diversas doenças, devido às péssimas condições do local, águas contaminadas, desnutrição, chuvas, sol etc., com índices altíssimos em entradas nos hospitais da cidade, com diarreia, vômitos, febres etc. Mas o movimento resistiu a tudo isto, inclusive a ação policial que por três vezes estiveram lá, e ainda resistem apesar de todo o boicote da esquerda e do corpo mole do prefeito eleito Baltazar. Com mais de um mês de ocupação, agora, as famílias estão acampadas com barracos improvisados nas vias públicas do conjunto habitacional, com a promessa de Baltazar que só dia 05/01/93 — quando estará empossado — vai sentar com a Comissão e buscar recursos conjuntos. Mui amigo!

Durante todo esse tempo de resistência do movimento, Baltazar negociou por quatro vezes com a Comissão: alegando que não era prefeito ainda e que não podia fazer nada, contra a ação policial etc., ou seja não tinha nenhuma proposta e era telespectador da situação. Na terceira vez, a ocupação de 218 famílias Baltazar ofereceu 70 lotes em outro local; a Comissão não aceitou.

Os fatos narrados demonstram que os argumentos da dita "esquerda" depõem contra esta; não há argumentos convincentes para explicar sua omissão diante dessa importante luta dos marginalizados de nossa cidade. Só conseguimos, de fato, acreditar que essa esquerda não vê as injustiças sociais, só consegue enxergar a possibilidade de arrumar uma "boquinha" no governo Baltazar.

**Luiz Eugênio Honorato**  
Volta Redonda-RJ

## Assinatura

Fiquei sabendo por intermédio de panfletos da possibilidade de assinatura deste jornal, e quero inteirar-me das condições de obter a assinatura do mesmo. Querendo, portanto, informações e procedimentos necessários para a possível efetivação de minha assinatura.

Agradecido desde já pela atenção dispensada.

A.S.B.  
Ceilândia-DF

## AJR

Companheiros da Causa Operária

Venho através desta pedir mais algumas coisas sobre a Causa Operária, isso porque eu tenho um material que fala dos 50 anos da vida de Leon Trotsky, e despertou procurar saber como é o sistema de assinatura do jornal Causa Operária, como atua, qual a sua real linha, visto que eu acho que seja trotskismo.

Eu atuo no movimento secundarista, conheci a Causa Operária no XXIX Congresso da UBES, que aconteceu em Vitória do Espírito Santo, e até comprei um botton com a foto de Trotsky, e até perdi e gostaria de saber quando tá também, para poder pegá-lo também. Não tenho muita coisa pra falar, gostaria de pedir que me enviassem seu último número do jornal (o mais recente), isto é, se for possível.

Gostaria também de saber mais sobre a AJR, é um setor da juventude, e porque não conhecer mais sobre esse setor, isso é se for possível.

No momento, fico por estas linhas tá ok?

Um abraço  
saudações revolucionárias

J.S.C.  
Recife-PE  
dezembro de 1992

# RETOMAR A CAMPANHA DE ASSINATURAS

Após um intervalo, necessário para processar uma série de importantes mudanças, o jornal *Causa Operária* retoma a sua atividade na luta política contra a burguesia, só que com um novo formato, nova diagramação e com mais espaço para debater e organizar a luta do movimento operário. Uma importante mudança é a criação de uma seção especial destinada aos nossos leitores. Na Tribuna do Leitor, esta criado uma verdadeira tribuna para denúncias e a opinião política de todos aqueles que quiserem se fazer ouvir sobre qualquer aspecto da luta de classes, inclusive na polêmica com as posições deste jornal.

Dando continuidade à luta por avançar na construção desta imprensa operária estamos retomando a todo vapor a nossa Campanha de Assinaturas. Através dela, o companheiro leitor poderá receber semanalmente o jornal em sua casa tendo um desconto de 30% (veja tabela ao lado) em relação ao valor

de capa, que em virtude da política inflacionária do governo Itamar, neste momento subiu para CR\$ 15.000,00.

Tipo de Assinatura	Preço normal	Preço Promocional
Semestral 1 exemplar	250.000	*
Semestral 6 exemplares	1.500.000	1.000.000
Semestral 10 exemplares	2.500.000	1.500.000
Anual 1 exemplar	500.000	*
Anual 6 exemplares	3.000.000	2.000.000
Anual 10 exemplares	5.000.000	3.000.000
Bianual 1 exemplar	1.000.000	*
Bianual 6 exemplares	6.500.000	4.000.000
Bianual 10 exemplares	10.500.000	6.500.000

# ASSINE CAUSA OPERÁRIA

FORTALEÇA A IMPRENSA OPERÁRIA REVOLUCIONÁRIA

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: Rua Av.: \_\_\_\_\_

Nº \_\_\_\_\_ Apto. \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Telefone \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

semestral 1 exemplar..... 250.000     anual 1 exemplar..... 500.000     Recorte e envie com cheque nominal ou vale-postal à Outubro Livraria, Editora e Distribuidora Ltda. - SDS - Edifício Miguel Badya - Bloco L - salas 217/219 - CEP: 70.302 - 900 - Brasília DF

semestral 6 exemplares..... 1.500.000     anual 6 exemplares..... 3.000.000

semestral 10 exemplares... 2.500.000     anual 10 exemplares..... 5.000.000



## CORREIOS/DF

**Voto de  
desconfiança****Stalinistas-Itamaristas  
chamam plebiscito e obtêm  
apenas 11% dos votos**

Eleita com um programa de defesa dos interesses da categoria, de luta contra a privatização dos Correios e de oposição ao conjunto da política antioperária levada a cabo pelo governo Collor, a qual Itamar procura dar continuidade, a maioria da direção do Sintect-DF, passou no último período a uma integração completa com o governo, traindo o programa e o voto da categoria que nas eleições repudiou massivamente a política de colaboração então representada pela "chapa branca", dos setores ligados à Articulação.

Após uma intensa campanha de denúncias desta traição o setor minoritário na diretoria, da corrente cutista Ecetistas em Luta (formada por Causa Operária e independentes classistas) tornou-se alvo por parte da maioria da direção de uma manobra que constituiu a tentativa de um verdadeiro golpe de estado. Incapazes de responder aos argumentos e as denúncias da conduta pelega que levou à paralisação do sindicato em plena campanha salarial e a uma aproximação inusitada do sindicato com o governo federal, que até hoje mantém na presidência da ECT o homem de Collor e de ACM, Rocha Lima, a ala liderada pelo presidente do sindicato, Alain Paul, do PCdoB, aprovou, na calada da noite, sem consulta à categoria, a realização de um plebiscito, cujo pretexto seria referendar a atual diretoria do Sintect/DF, diante das denúncias do setor minoritário.

Os aprendizes de feiticheiro não escondiam seus reais objetivos, alardeavam que se a categoria os referendasse ganhariam o direito de expulsar os que criticam a política colaboracionista da diretoria. Um autêntico golpe de estado, cassação de um setor da diretoria, o que equivalia a uma nova eleição sob o disfarce de plebiscito, que, segundo os planos da ala itamarista do sindicato seria seguido de um expurgo, no melhor estilo stalinista.

O caráter golpista e burocrático da manobra levou a CUT/DF a se pronunciar contra o plebiscito, caracterizando, em nota oficial, de "antidemocrático e viciosos todo o processo". Os sindicatos chamados a integrar a comissão organizadora se retiraram e uma intensa campanha de Ecetistas em Luta na categoria procurou demonstrar a todos os trabalhadores os reais interesses ocultos na manobra: "referendar uma política que foi derrotada nas eleições do ano passado e que está sendo ressuscitada por pessoas sem caráter, que são capazes de renegar seus compromissos públicos... troca de intimidade com o poder do Estado" (boletim *Ecetistas em Luta*, janeiro de 1993).

Realizado nos dias 19 a 21 passados o plebiscito marcou uma estúpida derrota dos setores stalinistas-itamaristas, que foram esmagados pelas regras que eles mesmos estabeleceram. A categoria foi chamada a opinar entre duas fórmulas golpistas (que supunham a cassação dos mandatos do setor classistas e revolucionário da direção do sindicato) ou referendo à atual diretoria ou o apoio à realização de eleições gerais.

O respeito à soberania da base exige que seja acatada a vontade desta expressa no plebiscito convocado pela ala itamarista: a ala majoritária da direção não merece nenhuma confiança, não foi referendado e deve, portanto, renunciar, que a categoria decida e controle a realização de um novo processo eleitoral no período que lhe parecer devido, de forma democrática e sob a base de um amplo debate em que a categoria possa tirar todas as lições do fracasso da atual direção a menos da metade de sua gestão; que para tanto se realize o Congresso da categoria, massivo, organizado pelo trabalhadores

categoria: 1.587 votos, ou seja, 72,2% dos aptos a votar, um total semelhante aos votos obtidos pela atual diretoria nas eleições passadas. O voto pelo referendo a atual política da maioria da direção obteve apenas 11% de apoio (243 votos) e a sua rejeição 11,2% (com 246 votantes).

Amplamente repudiada pela categoria, a ala majoritária na diretoria só teria um caminho a seguir, para ser coerente com a vontade dos trabalhadores expressa no boicote e no abaixo assinado encaminhado à CUT, contra o plebiscito com mais de 800 assinaturas: renunciar ao seu mandato.

Humilhados pelo fracasso da fraude do plebiscito a ala governista, no entanto, se nega a se submeter à vontade da categoria e, numa segunda tentativa de golpe, aprovou em uma assembleia totalmente esvaziada (55 presentes), no último dia 28, a realização de novas eleições até o final de março contra a vontade da categoria que deliberou em assembleia anterior a realização de um Congresso da categoria para organizar a sua luta e reorganizar o sindicato, a diretoria enxotada pela ausência de votos favoráveis à sua política pretende, inclusive por meio de um acordo com a outra ala derrotada na eleição anterior, manter sob sua condução a realização de um processo eleitoral, quando a categoria demonstrou claramente que não deposita nela a menor confiança.

## METALÚRGICOS/VR

**CIPA da CSN: contra  
o massacre  
sobre os operários**

A saída de Procópio da CSN em nada modificou a situação dos operários de arrocho salarial, demissões e mortes.

Nos dias que antecederam as últimas eleições da CIPA (26-27/01), a "nova" direção da CSN se mancomunou com o juiz local no sentido de impedir a qualquer custo a participação nas eleições de membros da Luta Metalúrgica e outros companheiros que fazem oposição aos fantoches da Força Sindical.

Os serviços do imperialismo, querem ver a empresa privatizada e para isso procuram a todo tempo atacar toda e qualquer organização dos trabalhadores.

O mesmo juiz que negou a liminar neste ano para se concorrer às eleições da CIPA, tempos atrás exigiu por mais de uma vez numa sentença longuíssima que a C.S.N., FEM e empreiteiras reintegrasse os cipistas demitidos.

Pouco antes de ser despedido pelo governo Itamar, Procópio ofereceu um banquete para todos os juizes da Justiça Trabalhista de Volta Redonda. A Justiça, já caolha e patronal, falou o outro olho diante de milhares de processos trabalhistas que milhares de operários abandonados pelo sindicato foram obrigados a retirar da Justiça, nesse conjunto de agressões a insegurança no interior da CSN levaram muitos operários à morte.

A negação da liminar portanto veio no curso de uma sucessão de ataques que a categoria jamais sofreu até então.

Tudo está sendo preparado para a privatização da CSN cujas modificações "éticas nas novas regras de privatizações" de Itamar em nada modificaram a fantástica operação de entreguismo do patrimônio público a preço de banana.

Como uma luta para pegar as coisas sujas na suposta transição para a privatização da CSN, a "Justiça", a direção da CSN, o executivo, legislativo, enfim todo o Estado burguês auxiliado pela esquerda democratizante conformam uma simples quadrilha de expropriadores da classe trabalhadora.

Com mais esta agressão contra a categoria, já passou da hora de organizar uma luta implacável contra Faria/Formigueiro e tantos outros oportunistas que travestidos de defensores dos operários, tipo Vagner Barcelos e seu bando, preparam inúmeras humilhações para os operários da categoria.

A frente popular que elegeu o prefeito da cidade e é apoiada por toda a esquerda, inclusive a Convergência Socialista, até agora não

## PETROBRAS

**Comando nacional trai  
a luta dos demitidos****Mas a ocupação  
continua com o apoio da base  
da categoria**

O Edise — edifício sede da Petrobras no Rio de Janeiro foi ocupado no último dia 16 de dezembro por trabalhadores demitidos da empresa, em 1990, durante as reformas administrativas do governo Collor. Os trabalhadores exigem a imediata readmissão de todos os demitidos.

A ocupação iniciou-se quando o Comando Nacional dos Petroleiros ainda estava em processo de negociação da pauta da Campanha Salarial. A pauta de reivindicações tinha sido entregue desde o dia 8 de agosto do ano passado e até o dia da ocupação (16/12) o acordo não havia sido assinado. Assim, o Comando Nacional, formado por 19 sindicatos (dirigido pela Articulação, CUT Pela Base e Convergência Socialista), viu, naquele momento, na ocupação dos demitidos, uma forma de pressionar a direção da Petrobras.

Segundo, Carlson Magno, um dos ativistas da ocupação, "no dia 25 de setembro estava marcada uma greve nacional da categoria, o Comando se reuniu em Brasília e recolheu assinaturas de 100 parlamentares (do PT, PCdoB, PSB, PSDB) para respaldar sua decisão de cancelar a greve, alegando que Collor iria cair mesmo e que ia assumir Itamar que tinha que se manter a estabilidade do governo, tinha que dar um tempo para o novo governo. Com o cancelamento da greve, desmoralizou-se a categoria e quando se convocava nova assembleia não havia participação".

O acordo foi assinado, sem constar a reintegração, estabelecendo ao invés disto a readmissão "caso a caso"; a readmissão significa que os trabalhadores perdem todos os direitos conquistados anteriormente. A partir desses acontecimentos, que caracterizaram uma traição do Comando Nacional à luta dos companheiros, os demitidos resolveram fazer a ocupação. O desenvolvimento desta luta es a retratado no manifesto dos ocupantes: "OCUPAMOS O QUE É NOSSO. Nós os demitidos da Petrobras demonstramos que com luta e organização é possível reverter essa situação e rompermos com as amarras representadas pelo acordo espúrio entre o governo, a direção collorida da Petrobras e dirigentes sindicais. Este é o PACTO SCIAL... Viva a Ação direta! Pela readmissão de todos os demitidos".

No domingo (24/1), o batalhão de choque da Polícia Militar do Rio de Janeiro invadiu a sede da Petrobras e retirou com violência os ocupantes. "A polícia veio com muita violência, tinha mulheres, crianças no local, eu fui cercada por quatro policiais", afirma Cleide Silva uma militante que está apoiando a luta.

Saindo de dentro da sede da Petrobras, os demitidos continuaram a luta, ocupando a entrada no hall do Edise.

Na segunda-feira (25/1), depois da violência, o Sindicato dos petroleiros do Rio reuniu a diretoria e deu um ultimato aos demitidos, marcou assembleias em vários setores da categoria para que se aprovasse a retirada dos demitidos. Nestas assembleias, a proposta da diretoria foi derrotada por um total de 118 votos a favor da permanência da ocupação contra 24 em apoio, à diretoria.

O Sindicato que vinha repassando recursos para a alimentação dos demitidos começou a dizer que não dava mais para continuar e começou a questionar os gastos da ocupação etc. No entanto, o sindicato dos petroleiros do Rio está financiando a Escola de Samba Acadêmicos de Santa Cruz com Cr\$ 264 milhões para sair com uma ala na escola, contribuição esta que somada à dos demais sindicatos chega a 1 bilhão! Para a luta, não há dinheiro! (ver reportagem em *O Globo*, 29/1/92).

"Companheiros, desmascaramos mais uma vez o Comando e a empresa. O Comando quando defendeu que a cláusula das readmissões "caso a caso" permanecesse no acordo coletivo estava apunhalando pelas costas todos os demitidos e acabando de vez com a estabilidade no emprego de toda a categoria. O

material à luta dos companheiros demitidos da Petrobras.

**Vera de Oliveira Carneiro**  
Rio de Janeiro - RJ

## JUDICIÁRIOS/SP

**Defender a greve**

Na última semana, os funcionários do 2º Tribunal de Alçada Civil e do Tribunal de Alçada Criminal iniciaram uma greve espontânea que atinge todos os 1.200 servidores.

Os funcionários do outro tribunal que faz parte do judiciário, o Tribunal de Justiça, estão em sua maioria ainda de férias forenses devendo retornar no próximo dia 4. Este fato faz com que a mobilização no TJ ocorra principalmente entre os escrivães, que neste momento com o salário corroído por um arrocho salarial sem precedentes não encontraram outra alternativa a não ser a greve. Escrivães com mais de vinte anos de funcionalismo não ganham sequer Cr\$ 10 milhões por trinta dias de trabalho, o que deixa este setor que já foi a elite do judiciário numa situação insustentável.

O arrocho salarial que já há muito tempo atinge as demais funções, no último ano pegou em cheio os escrivães que anteriormente possuíam um tratamento salarial especial por parte do Tribunal e do próprio governo do Estado. Hoje, a política de vinculação do salário não à inflação, mas a arrecadação do ICMS jogou os escrivães na mesma situação de miséria que já se encontravam os escreventes, auxiliares, oficiais de justiça e demais funções administrativas.

Hostis a qualquer manifestação em anos anteriores, os escrivães iniciam a luta estadual por melhores salários empurrados pela miserável política salarial do governo querista de Fleury.

A luta que começou segunda-feira, com os funcionários do 2º TAC e do TACRIM e os escrivães do T.J., receberá uma importante adesão na quinta-feira quando retornar das férias a massa da categoria judiciária, que estava num processo de preparação do movimento quando o Tribunal de Justiça determinou a realização, contra a vontade da imensa maioria dos funcionários, das férias forenses no mês de janeiro.

Para organizar estes funcionários que chegam das férias está marcada uma assembleia estadual no dia 05/02 às 15 horas na Praça da Sé para eleger o comando estadual de greve e unificar a pauta de reivindicação dos três tribunais.

**Aurea Rodrigues Caproni**  
São Paulo - SP

## PORTUÁRIOS

**Defender a greve**

Em resposta ao projeto antioperário de abertura da contratação de mão-de-obra por empresas capitalistas nos portos aprovado por meio de acordo entre lideranças de todos os partidos no Senado, os portuários de todos o País estão em greve desde o dia 21. Pela legislação collorida, aprovada no Senado, o fornecimento de mão-de-obra, até agora realizado pelo sindicato dos trabalhadores, passaria ao controle de um órgão gestor, composto de representantes dos sindicatos, dos empresários e tendo o governo como mediador. Também as empresas capitalistas poderiam contratar mão-de-obra por fora dos sindicatos.

Cumprindo o seu papel de tentar conter a mobilização operária a serviço dos interesses das empresas, o ministro Walter Barrelli, do Trabalho, está empenhado nos últimos dias em pôr fim a greve por meio da aceitação pelos trabalhadores de uma discussão sobre um contrato coletivo de trabalho que, como prevê a legislação aprovada no Senado, poderia substituir o órgão gestor.

Passados vários dias, a mobilização dos portuários cresce na preocupação dos em-

## Voto de desconfiança

**Stalinistas-Itamaristas chamam plebiscito e obtêm apenas 11% dos votos**

Eleita com um programa de defesa dos interesses da categoria, de luta contra a privatização dos Correios e de oposição ao conjunto da política antioperária levada a cabo pelo governo collorido, à qual Itamar procura dar continuidade, a maioria da direção do Sintect-DF, passou no último período a uma integração completa com o governo, traíndo o programa e o voto da categoria que nas eleições repudiou massivamente a política de colaboração então representada pela "chapa branca", dos setores ligados à Articulação.

Após uma intensa campanha de denúncias desta traição o setor minoritário na diretoria, da corrente ecetista em Luta (formada por Causa Operária e independentes classistas) tornou-se alvo por parte da maioria da direção de uma manobra que constituiu a tentativa de um verdadeiro golpe de estado. Incapazes de responder aos argumentos e as denúncias da conduta pelega que levou à paralisação do sindicato em plena campanha salarial e a uma aproximação inusitada do sindicato com o governo federal, que até hoje mantém na presidência da ECT o homem de Collor e de ACM, Rocha Lima, a ala liderada pelo presidente do sindicato, Alain Paul, do PCdoB, aprovou, na calada da noite, sem consulta à categoria, a realização de um plebiscito, cujo pretexto seria referendar a atual diretoria do Sintect/DF, diante das denúncias do setor minoritário.

Os aprendizes de feiticeiro não escondiam seus reais objetivos, alardeavam que se a categoria os referendasse ganhariam o direito de expulsar os que criticam a política colaboracionista da diretoria. Um autêntico golpe de estado, cassação de um setor da diretoria, o que equivalia a uma nova eleição sob o disfarce de plebiscito, que, segundo os planos da ala itamarista do sindicato seria seguido de um expurgo, no melhor estilo stalinista.

O caráter golpista e burocrático da manobra levou a CUT/DF a se pronunciar contra o plebiscito, caracterizando, em nota oficial, de "antidemocrático e viciosos todo o processo". Os sindicatos chamados a integrar a comissão organizadora se retiraram e uma intensa campanha de Ecetistas em Luta na categoria procurou demonstrar a todos os trabalhadores os reais interesses ocultos na manobra: "referendar uma política que foi derrotada nas eleições do ano passado e que está sendo resuscitada por pessoas sem caráter, que são capazes de renegar seus compromissos públicos em troca de intimidade com o poder do Estado" (boletim Ecetistas em Luta, janeiro de 1993).

Realizado nos dias 19 a 21 passados o plebiscito marcou uma estúpida derrota dos setores stalinistas-itamaristas, que foram esmagados pelas regras que eles mesmos estabeleceram. A categoria foi chamada a opinar entre duas fórmulas golpistas (que supunham a cassação dos mandatos do setor classistas e revolucionário da direção do sindicato) ou referendo à atual diretoria ou o apoio à realização de eleições gerais.

O respeito à soberania da base exige que seja acatada a vontade desta expressa no plebiscito convocado pela ala itamarista: a ala majoritária da direção não merece nenhuma confiança, não foi referendado e deve, portanto, renunciar, que a categoria decida e controle a realização de um novo processo eleitoral no período que lhe parecer devido, de forma democrática e sob a base de um amplo debate em que a categoria possa tirar todas as lições do fracasso da atual direção a menos da metade de sua gestão; que para tanto se realize o Congresso da categoria, massivo, organizado pelo trabalhadores (comissão eleita em assembleia) e com delegados eleitos proporcionalmente em todos os setores dos Correios.

A política desta ala da direção constitui-se também numa manobra distracionista, apoiada pela direção da empresa de manter o sindicato paralisado, sem impulsionar nenhuma mobilização em defesa dos interesses da categoria. É preciso derrotar também esta manobra, garantido o processo de organização do Congresso da categoria, independentemente da vontade da ala pelega da direção, como forma de preparação para uma vigorosa luta contra o arrocho salarial collorido de Barelli Erundina Itamar e contratos planos de privatização destruição dos correios.

Frente a esta manobra, Ecetistas em Luta chamou a boicotar o plebiscito e derrotar o golpe burocrático de Alain e seu grupo, no que foi apoiada pela maioria esmagadora da

obtidos pela atual diretoria na eleição passada. O voto pelo referendo a atual política da maioria da direção obteve apenas 11% de apoio (243 votos) e a sua rejeição 11,2% (com 246 votantes).

Amplamente repudiada pela categoria, a ala majoritária na diretoria só teria um caminho a seguir, para ser coerente com a vontade dos trabalhadores expressa no boicote e no abaixo assinado encaminhado à CUT, contra o plebiscito com mais de 800 assinaturas: renunciar ao seu mandato.

Humilhados pelo fracasso da fraude do plebiscito à ala governista, no entanto, se nega a se submeter a vontade da categoria e, numa segunda tentativa de golpe, aprovou em uma assembleia totalmente esvaziada (55 presentes), no último dia 28, a realização de novas eleições até o final de março contra a vontade da categoria que deliberou em assembleia anterior a realização de um Congresso da categoria para organizar a sua luta e reorganizar o sindicato, a diretoria enxotada pela ausência de votos favoráveis à sua política pretende, inclusive por meio de um acordo com a outra ala derrotada na eleição anterior, manter sob sua condução a realização de um processo eleitoral, quando a categoria demonstrou claramente que não deposita nela a menor confiança.

METALÚRGICOS/VR

## CIPA da CSN: contra o massacre sobre os operários

*A saída de Procópio da CSN em nada modificou a situação dos operários de arrocho salarial, demissões e mortes.*

*Nos dias que antecederam as últimas eleições da CIPA (26-27/01), a "nova" direção da CSN se mancomunou com o juiz local no sentido de impedir a qualquer custo a participação nas eleições de membros da Luta Metalúrgica e outros companheiros que fazem oposição aos fantoches da Força Sindical.*

*Os serviços do imperialismo, querem ver a empresa privatizada e para isso procuram a todo tempo atacar toda e qualquer organização dos trabalhadores.*

*O mesmo juiz que negou a liminar neste ano para se concorrer às eleições da CIPA, tempos atrás exigiu por mais de uma vez numa sentença longuíssima que a C.S.N., FEM e empreiteiras reintegrasse os cipistas demitidos.*

*Pouco antes de ser despedido pelo governo Itamar, Procópio ofereceu um banquete para todos os juizes da Justiça Trabalhista de Volta Redonda. A Justiça, já caolha e patronal, faltou o outro olho diante de milhares de processos trabalhistas que milhares de operários abandonados pelo sindicato foram obrigados a retirar da Justiça, nesse conjunto de agressões a insegurança no interior da CSN levaram muitos operários à morte.*

*A negação da liminar portanto veio no curso de uma sucessão de ataques que a categoria jamais sofrera até então.*

*Tudo está sendo preparado para a privatização da CSN cujas modificações "éticas nas novas regras de privatizações" de Itamar em nada modificaram a fantástica operação de entreguismo do patrimônio público a preço de banana.*

*Como uma luta para pegar as coisas sujas na suposta transição para a privatização da CSN, a "Justiça", a direção da CSN, o executivo, legislativo, enfim todo o Estado burguês auxiliado pela esquerda democratizante conformam uma simples quadrilha de expropriadores da classe trabalhadora.*

*Com mais esta agressão contra a categoria, já passou da hora de organizar uma luta implacável contra Faria/Formigueiro e tantos outros oportunistas que travesseiros de defensores dos operários, tipo Wagner Barcelos e seu bando, preparam inúmeras humilhações para os operários da categoria.*

*A frente popular que elegeu o prefeito da cidade e é apoiada por toda a esquerda, inclusive a Convergência Socialista, até agora não moveu uma palha na luta contra a privatização da CSN e seus já nefastos efeitos sobre a população de Volta Redonda.*

*A esquerda de Volta Redonda (Convergência Socialista, "Na Luta, PT!", independentes etc.) tem ficado completamente a reboque da política da frente popular nesta questão decisiva e em outras. Está colocado estruturar uma frente da esquerda contra a privatização da CSN para lutar pela independência dos trabalhadores diante da política captuladora do PT, PSB, PCdoB etc. Que já levou à entrega da luta dos portuários.*

*Esta colocado para os metalúrgicos travar uma luta implacável contra todo este bloco e entre outras lutas e reivindicações exigir a anulação das eleições da CIPA dos dia 26/27 último.*

**Carlos Alexandre Honorato**  
(“Cerezo”)  
Volta Redonda - RJ

## Comando nacional trai a luta dos demitidos

**Mas a ocupação continua com o apoio da base da categoria**

O Edise — edifício sede da Petrobras no Rio de Janeiro foi ocupado no último dia 16 de dezembro por trabalhadores demitidos da empresa, em 1990, durante as reformas administrativas do governo Collor. Os trabalhadores exigem a imediata readmissão de todos os demitidos.

A ocupação iniciou-se quando o Comando Nacional dos Petroleiros ainda estava em processo de negociação da pauta da Campanha Salarial. A pauta de reivindicações tinha sido entregue desde o dia 8 de agosto do ano passado e até o dia da ocupação (16/12) o acordo não havia sido assinado. Assim, o Comando Nacional, formado por 19 sindicatos (dirigido pela Articulação, CUT Pela Base e Convergência Socialista), viu, naquele momento, na ocupação dos demitidos, uma forma de pressionar a direção da Petrobras.

Segundo, Carlson Magno, um dos ativistas da ocupação, "no dia 25 de setembro estava marcada uma greve nacional da categoria, o Comando se reuniu em Brasília e recolheu assinaturas de 100 parlamentares (do PT, PCdoB, PSB, PSDB) para respaldar sua decisão de cancelar a greve, alegando que Collor iria cair mesmo e que ia assumir Itamar que tinha que se manter a estabilidade do governo, tinha que dar um tempo para o novo governo. Com o cancelamento da greve, desmoralizou-se a categoria e quando se convocava nova assembleia não havia participação".

O acordo foi assinado, sem constar a reintegração, estabelecendo ao invés disto a readmissão "caso a caso"; a readmissão significa que os trabalhadores perdem todos os direitos conquistados anteriormente. A partir desses acontecimentos, que caracterizam uma traição do Comando Nacional à luta dos companheiros, os demitidos resolveram fazer a ocupação. O desenvolvimento desta luta está retratado no manifesto dos ocupantes: "OCUPAMOS O QUE É NOSSO. Nós os demitidos da Petrobras demonstramos que com luta e organização possível reverter essa situação e rompermos com as amarras representadas pelo acordo espúrio entre o governo, a direção collorista da Petrobras e dirigentes sindicais. Este é o PACTO SOCIAL... Viva a Ação direta! Pela readmissão de todos os demitidos".

No domingo (24/1), o batalhão de choque da Polícia Militar do Rio de Janeiro invadiu a sede da Petrobras e retirou com violência os ocupantes. "A polícia veio com muita violência, tinha mulheres, crianças no local, eu fui cercada por quatro policiais", afirma Cleide Silva uma militante que está apoiando a luta.

Saindo de dentro da sede da Petrobras, os demitidos continuaram a luta, ocupando a entrada no hall do Edise.

Na segunda-feira (25/1), depois da violência, o Sindicato dos petroleiros do Rio reuniu a diretoria e deu um ultimato aos demitidos, marcou assembleias em vários setores da categoria para que se aprovasse a retirada dos demitidos. Nestas assembleias, a proposta da diretoria foi derrotada por um total de 118 votos a favor da permanência da ocupação contra 24 em apoio, à diretoria.

O Sindicato que vinha repassando recursos para a alimentação dos demitidos começou a dizer que não dava mais para continuar e começou a questionar os gastos da ocupação etc. No entanto, o sindicato dos petroleiros do Rio está financiando a Escola de Samba Acadêmicos de Santa Cruz com Cr\$ 264 milhões para sair com uma ala na escola, contribuição esta que somada à dos demais sindicatos chega a 1 bilhão! Para a luta, não há dinheiro! (ver reportagem em O Globo, 29/1/92).

"Companheiros, desmascaramos mais uma vez o Comando e a empresa. O Comando quando defendeu que a cláusula das readmissões "caso a caso" permanecesse no acordo coletivo estava apunhalando pelas costas todos os demitidos e acabando de vez com a estabilidade no emprego de toda a categoria. O que ela está divulgando nos informativos, imprensa e internamente através dos chefes de setores é que cerca de 90 companheiros serão readmitidos. Nós não aceitamos a readmissão caso a caso. Sabemos que a empresa não quer readmitir ninguém, e se hoje fala em 90 é fruto único e exclusivo da ocupação dos demitidos e da mobilização da categoria, pois era impossível para a Empresa ignorar a repercussão desta mobilização. A readmissão caso a caso, representaria para nós demitidos de 1990, a continuação do sofrimento de 850 pais de famílias que continuarão na rua da amargura. E a continuação das mortes e suicídios, será o esquecimento não sabemos por quantos anos destes demitidos. E NÓS NÃO TRAIREMOS NOSSOS COMPANHEIROS OU NOSSOS IDEAIS" (do boletim do demitidos).

Conclamamos a Frente Revolucionária, os militantes classistas da CUT e do PT a combaterem a traição do Comando Nacional e a darem todo o apoio e solidariedade política e

Vera de Oliveira Carneiro  
Rio de Janeiro - RJ

## Defender a greve

*Na última semana, os funcionários do 2º Tribunal de Alçada Civil e do Tribunal de Alçada Criminal iniciaram uma greve espontânea que atinge todos os 1.200 servidores.*

*Os funcionários do outro tribunal que faz parte do judiciário, o Tribunal de Justiça, estão em sua maioria ainda de férias forenses devendo retornar no próximo dia 4. Este fato faz com que a mobilização no TJ ocorra principalmente entre os escrivães, que neste momento com o salário corroído por um arrocho salarial sem precedentes não encontraram outra alternativa a não ser a greve. Escrivães com mais de vinte anos de funcionalismo não ganham sequer Cr\$ 10 milhões por trinta dias de trabalho, o que deixa este setor que já foi a elite do judiciário numa situação insustentável.*

*O arrocho salarial que já há muito tempo atinge as demais funções, no último ano pegou em cheio os escrivães que anteriormente possuíam um tratamento salarial especial por parte do Tribunal e do próprio governo do Estado. Hoje, a política de vinculação do salário não à inflação, mas a arrecadação do ICMS jogou os escrivães na mesma situação de miséria que já se encontravam os escreventes, auxiliares, oficiais de justiça e demais funções administrativas.*

*Hostis a qualquer manifestação em anos anteriores, os escrivães iniciam a luta estadual por melhores salários empurrados pela miserável política salarial do governo querista de Fleury.*

*A luta que começou segunda-feira, com os funcionários do 2º TAC e do TACRIM e os escrivães do T.J., receberá uma importante adesão na quinta-feira quando retornar das férias a massa da categoria judiciária, que estava num processo de preparação do movimento quando o Tribunal de Justiça determinou a realização, contra a vontade da imensa maioria dos funcionários, das férias forenses no mês de janeiro.*

*Para organizar estes funcionários que chegam das férias está marcada uma assembleia estadual no dia 05/02 às 15 horas na Praça da Sé para eleger o comando estadual de greve e unificar a pauta de reivindicação dos três tribunais.*

**Aurea Rodrigues Caproni**  
São Paulo - SP

PORTUÁRIOS

## Defender a greve

Em resposta ao projeto antioperário de abertura da contratação de mão-de-obra por empresas capitalistas nos portos aprovado por meio de acordo entre lideranças de todos os partidos no Senado, os portuários de todos o País estão em greve desde o dia 21. Pela legislação collorista, aprovada no Senado, o fornecimento de mão-de-obra, até agora realizado pelo sindicato dos trabalhadores, passaria ao controle de um órgão gestor, composto de representantes dos sindicatos, dos empresários e tendo o governo como mediador. Também as empresas capitalistas poderiam contratar mão-de-obra por fora dos sindicatos.

Cumprindo o seu papel de tentar conter a mobilização operária a serviço dos interesses das empresas, o ministro Walter Barceli, do Trabalho, está empenhado nos últimos dias em pôr fim a greve por meio da aceitação pelos trabalhadores de uma discussão sobre um contrato coletivo de trabalho que, como prevê a legislação aprovada no Senado, poderia substituir o órgão gestor.

Passados vários dias, a mobilização dos portuários cresce na preocupação dos empresários e do governo Itamar, porque uma mobilização como esta constitui um exemplo importante de intervenção do movimento operário diante do ataque que vem se intensificando às condições de vidas das massas, um exemplo que o governo quer derrotar e reprimir.

A defesa da mobilização dos portuários e a defesa do conjunto da mobilização operária. Para impulsioná-la, contra os projetos de acordo entre a esquerda e o governo contra os trabalhadores, é preciso lutar pela realização de uma Plenária nacional da categoria, com delegados eleitos em assembleias em todos os portos e para aprovar um comando de base que dê uma perspectiva a mobilização contra a política colaboracionista da maioria das suas direções. Estas, ao longo dos anos, aproveitaram-se do controle dos sindicatos sobre a alocação de mão-de-obra para transformá-los em meras agências de empregos e tirar daí todos os proveitos.



## URUGUAI

# O plebiscito da fraude

**Votando massivamente pelo "sim" em um projeto de "revogação parcial" da lei de privatização a população referendou um acordo político em favor da privatização**

Estamos absolutamente conscientes de que resultados do plebiscito uruguaio de 13 de dezembro passado caíram como um bálsamo sobre certa pequena burguesia internacional moral e politicamente quebrada, que se "reciclou" nos últimos anos e até décadas, do stalinismo à "modernização" capitalista. No final das contas o referendo uruguaio constituiria uma prova de que pelo menos uma vez e em algum lugar do mundo, o "povo" resiste à ofensiva "neoliberal". Mais de um esquerdista desmoralizado poderá tirar a conclusão agora, com um duvidoso sentido estético, de que em "outro país é possível".

No entanto, que enorme fraude! Porque o que o eleitorado uruguaio votou em dezembro não foi contra, mas sim a favor, da lei de privatizações aprovada pelo Congresso em 1991. O "sim" que obteve 70% dos votos aprovou a "revogação parcial" (somente cinco artigos) dessa lei. O debate político entre os partidos de esquerda e direita, governistas e opositores, "centrou-se" perfidamente no problema da "privatização" da Antel (companhia telefônica nacional do Uruguai), para dissimular diante da cidadania a coincidência entre todos eles com as demais disposições da lei, que autoriza a "privatização" da ILPE (empresa de pesca), da Pluna (empresa aérea), das hidroelétricas de Salto e Palmar, geradoras de eletricidade, e inclusive a "privatização periférica" dos setores telefônicos mais rentáveis — como a telefonia móvel, a frota de transportes, oficinas e serviço médico. O que não podem engolir de uma só vez, o farão aos pedaços.

Precisamente com relação à decantada Antel, Benito Stern — diretor da empresa na representação do Foro Batllista do ex-presidente Sanguinetti, que chamou a votar pelo "sim" — foi muito explícito. Não apoio a lei, disse, porque "eu (não) troco um monopólio público por um privado (no tronco da rede)... mas os serviços que não são telefonia básica, estamos privatizando, como a telefonia celular" (*Ambito Financiero*, Argentina 4/12). Um ex-diretor da Antel e representante da Frente Ampla no diretório,

Ulisses Anaya, também foi meridionalmente claro: "não temamos — disse — imitar a empresa privada; deleguem responsabilidade, agilizemos os procedimentos de compras, privatizemos alguns setores... como a frota, oficinas e serviço médico; nunca o operativo básico do Ente" (*Brecha*, Uruguai 4/12). O senador frente amplista Danilo Astori foi taxativo: depois de ufanar-se de que "em nossa administração de Montevideo demos vários serviços em concessão a privados" afirma que "na própria área de comunicações aprovamos várias privatizações: listas telefônicas, centrais de transmissão de dados por satélite, fabricação e fornecimento de aparelhos celular, que está em poder da movicom" (*Página 12*, Argentina 13/12). Estes são os que "lutam" contra a privatização da Antel!

Os próprios dirigentes do "sim" destacaram o caráter privatizante de suas reivindicações. Danilo Astori, presidenciável da coligação de esquerda uruguaia, Frente Ampla, declarou que "o projeto alternativo da FA" para a Pluna contempla "um caminho de acordos de operação conjunta entre nossa empresa e diversas firmas internacionais" (*Brecha*, 30/10). Outro privatizante do bloco do "sim", o ex-presidente Sanguinetti, chamou a votar pela revogação "para começar novamente um caminho de negociação que mantenha a maioria estatal da Antel (nem sequer a propriedade estatal mas somente a "maioria") e crie uma comissão parlamentar de controle das privatizações (já que) o país não pode negar-se a um processo de investimentos externos em suas empresas públicas" (*La República*, Uruguai, 31/10).

O bloco do "sim" expressou politicamente as posições do grande capital uruguaio que, à vista da experiência de seus "colégas" argentinos, teme ver-se prisioneiro do monopólio dos serviços em mãos de um grupo estrangeiro, mas que apoia raivosamente as privatizações quando são em seu próprio benefício. É por isto que, apenas alguns minutos após o fechamento das urnas todos os representantes do "sim", incluindo Susana Dalmás, pre-

sidenta do sindicato dos telefônicos, começaram a reivindicar uma "autêntica reforma do Estado". O triunfo do "sim" fortalece esta ala da burguesia e dos privatizadores contra seus competidores patronais, de um lado, e contra o movimento operário, de outro. A vitória oferece a este pólo patronal a oportunidade de rearmar o regime político e de impulsionar as principais reivindicações burguesas (desvalorização, redução dos impostos, subsídios, proteção contra as importações e uma "nova" lei de privatizações). Não casualmente, "a oposição dominada majoritariamente pelo Partido Colorado e pela Frente Ampla deixou claro que o pacote (privatizador) poderá ser negociado caso se modificasse alguns aspectos da lei" (*Ambito Financiero*, 14/12). Precisamente por isto, todos os partidos patronais, sem exceção, e a própria FA (com a aprovação de sua ala esquerda) pronunciaram-se por "negociar depois do dia 13", não somente o "pacote" mas também, e acima de tudo, a "governabilidade" até 1995.

Quaisquer que sejam as divergências entre "opositores" e "governistas" em torno da "privatização" da Antel, a proposta do "sim" ou da "revogação parcial" faz parte de uma política entreguista. Esta é a questão essencial que levou o Partido de los Trabajadores (PT) do Uruguai a chamar o voto nulo. A política da FA, que dirige a prefeitura de Montevideu, assim o confirma, já que ela não é outra coisa que uma política de "concessões" de serviços que desmantelam o aparato estatal e fortalecem a acumulação capitalista nas mãos de uma minoria de usuários.

Se o tema da Antel desencadeou as principais discrepâncias, isso se deve a que poderia converter-se no caso mais parecido ao da Aerolíneas Argentinas ou ainda da VASP. As asneiras que foram escritas sobre a "eficiência" da Antel, sem reparar na apologia que isto significa ao estatismo capitalista e aos governos direitistas, mil tares e civis, das últimas duas décadas; tais tolices não conseguem encobrir que a Antel é uma subsidiária tecnológica de monopólio internacional sueco,

Ericsson. A "privatização" deveria decidir o destino deste controle, pelo qual competia, a Stet, entre outras. Em vários destes casos, e em especial no da Ericsson, colocava-se a possibilidade de entregar a Antel a um monopólio em quebra, como a Ibéria (empresa espanhola que adquiriu a Aerolíneas Argentinas), que poderia acabar com os ativos da empresa uruguaia.

Esta situação de profunda quebra dos tutores tradicionais da Antel, levará qualquer política privatizante e capitalista em geral, a recolocar a questão da "privatização" da telefônica.

No Uruguai, com uma dívida externa cotada em 85% do seu valor nominal, o incentivo da "privatização" não constitui a possibilidade, para os monopólios internacionais, de pagar com títulos, e sim aprofundar o controle sobre o mercado das telecomunicações. O que ocorrerá neste terreno será decidido como parte da luta política que entre blancos (governistas), colorados e frente-amplistas (oposição), que apontam para a superação da crise do regime político uruguaio (cogitase, neste momento, de uma reforma constitucional) e em redefinir a política entreguista.

Os políticos da FA a têm, neste sentido, muito clara. Agora, disse o mencionado Danilo Astori, antecipando-se à vitória do "sim", "do ponto de vista institucional, nós temos a obrigação de apoiar o Poder Executivo porque é o governo legítimo do Uruguai e a primeira coisa que temos que cuidar são das instituições" (*Página 12*, 13/12). Os partidários da Frente Ampla pretendem demonstrar, mais ainda do que no passado, que já têm "cultura de governo".

Precisamente, a FA reclama um "governo de maiorias" ou de "unidade nacional" com os privatizadores em 1995 (...ou antes se a crise se acelerar). O "sim" é um passo neste caminho. Por isso Tabaré Vazquez, prefeito frente-populista de Montevideu, declara que "neste referendo que deu lugar à aliança conjuntural mais ampla já ocorrida no país desde que acabou o bipartidarismo... os frente-amplistas estamos pondo em prática as definições adotadas em nosso Segundo Congresso, de agosto de 1991. Não digo que o "sim" seja um bloco alternativo ou de um governo de maiorias nacionais... mas demonstra que é possível alcançar acordos programáticos e políticos capazes de revitalizar o país" (*Brecha*, 4/12).

A política entreguista apresenta-se muito clara frente ao movimento operário. Recentemente "o líder dos metalúrgicos, cujo sindicato

## Secundaristas "ensnam" os "esquerdistas"

A Coordenação de Estudantes Secundaristas é uma das organizações surgidas nos últimos tempos no Uruguai como expressão inédita das tendências de luta do movimento de massas. Nasceu no calor das mobilizações pela defesa dos grêmios estudantis e realizou manifestações com mais de 10 mil estudantes secundaristas pelas ruas centrais de Montevideu ou a ocupação por tempo indeterminado do Liceu Miranda, que culminou em uma vitória espetacular.

Como toda organização de base que luta para enfrentar o regime político de Lacalle, a Coordenação sofreu os ataques da Frente Ampla. Esta pretendeu dividi-la, repetidamente, para tentar atenuar o naufrágio da Federação estudantil que manipulou durante um certo tempo, e cujo fracasso atribuiu a uma "crise de militância". A luta pela defesa da Coordenação deu a seus ativistas uma rica experiência em relação ao papel de fura-greves da Frente Ampla e da burocracia do PIT-CNT e, em termos mais gerais, do conjunto de sua política, como se evidenciou na posição adotada pela Coordenação diante do referendo.

Em uma assembléia convocada para debater "o balanço do ano e o plano de trabalho para 1993", os estudantes do MPP (Tupamaros) propuseram decididamente que a Coordenação se pronunciasse a favor do "sim". É preciso destacar que por ocasião dos referendos anteriores, o MPP não havia mostrado nenhum interesse em solicitar o pronunciamento da Coordenação, porque temiam que esta apoiasse o voto na cédula rosa, que se colocava contra todas as privatizações e não somente contra parte delas (como propunha o voto na cédula branca e, mais recentemente, o "sim").

A moção do MPP obteve uma pequena maioria (24 a 23 com 7 abstenções). Quando os militantes frente-amplistas pensaram que haviam alcançado o seu objetivo, um grupo de secundaristas denunciou o caráter privatizador do "sim" e propôs não votar pelo "sim" e lançar como palavra-de-ordem "contra todas as privatizações". Esta moção foi aprovada contra a FA, com 28 votos contra 23 (2 abstenções).

## 37 mil votos nulos

O MAS argentino e a Convergência Socialista uruguaia, chamaram a votar pelo "sim" no referendo de dezembro no Uruguai. Pretendiam fazer

burguês e pró-imperialista do "sim". Converteu-se assim em um auxiliar, e não pela primeira vez, contra a independência política da classe operária.

tizações, registrado em outubro.

Corretamente, um correspondente de *Ambito Financiero* em Montevideu encerrou seu co-

# O plebiscito da fraude

Votando massivamente pelo "sim" em um projeto de "revogação parcial" da lei de privatização a população referendou um acordo político em favor da privatização

Estamos absolutamente conscientes de que resultados do plebiscito uruguaio de 13 de dezembro passado caíram como um bálsamo sobre certa pequena burguesia internacional moral e politicamente quebrada, que se "reciclou" nos últimos anos e até décadas, do stalinismo à "modernização" capitalista. No final das contas o referendo uruguaio constituiria uma prova de que pelo menos uma vez e em algum lugar do mundo, o "povo" resiste à ofensiva "neoliberal". Mais de um esquerdista desmoralizado poderá tirar a conclusão agora, com um duvidoso sentido estético, de que em "outro país é possível".

No entanto, que enorme fraude! Porque o que o eleitorado uruguaio votou em dezembro não foi contra, mas sim a favor, da lei de privatizações aprovada pelo Congresso em 1991. O "sim" que obteve 70% dos votos aprovou a "revogação parcial" (somente cinco artigos) dessa lei. O debate político entre os partidos de esquerda e direita, governistas e opositores, "centrou-se" perfidamente no problema da "privatização" da Antel (companhia telefônica nacional do Uruguai), para dissimular diante da cidadania a coincidência entre todos eles com as demais disposições da lei, que autoriza a "privatização" da ILPE (empresa de pesca), da Pluna (empresa aérea), das hidroelétricas de Salto e Palmar, geradoras de eletricidade, e inclusive a "privatização periférica" dos setores telefônicos mais rentáveis — como a telefonia móvel, a frota de transportes, oficinas e serviço médico. O que não podem engolir de uma só vez, o farão aos pedaços.

Precisamente com relação à decantada Antel, Benito Stern — diretor da empresa na representação do Foro Batllista do ex-presidente Sanguinetti, que chamou a votar pelo "sim" — foi muito explícito. Não apoio a lei, disse, porque "eu (não) troco um monopólio público por um privado (no tronco da rede)... mas os serviços que não são telefonia básica, estamos privatizando, como a telefonia celular" (*Ámbito Financiero*, Argentina 4/12). Um ex-diretor da Antel e representante da Frente Ampla no diretório,

Ulisses Anaya, também foi meridionalmente claro: "não temamos — disse — imitar a empresa privada; deleguem responsabilidade, agilizemos os procedimentos de compras, privatizemos alguns setores... como a frota, oficinas e serviço médico; nunca o operativismo básico do Ente" (*Brecha*, Uruguai 4/12). O senador frente amplista Danilo Astori foi taxativo: depois de ufanar-se de que "em nossa administração de Montevideo demos vários serviços em concessão a privados" afirma que "na própria área de comunicações aprovamos várias privatizações: listas telefônicas, centrais de transmissão de dados por satélite, fabricação e fornecimento de aparelhos celular, que está em poder da movicom" (*Página 12*, Argentina 13/12). Estes são os que "lutam" contra a privatização da Antel!

Os próprios dirigentes do "sim" destacaram o caráter privatizante de suas reivindicações. Danilo Astori, presidente da coligação de esquerda uruguaia, Frente Ampla, declarou que "o projeto alternativo da FA" para a Pluna contempla "um caminho de acordos de operação conjunta entre nossa empresa e diversas firmas internacionais" (*Brecha*, 30/10). Outro privatizante do bloco do "sim", o ex-presidente Sanguinetti, chamou a votar pela revogação "para começar novamente um caminho de negociação que mantenha a maioria estatal da Antel (nem sequer a propriedade estatal mas somente a "maioria") e crie uma comissão parlamentar de controle das privatizações (já que) o país não pode negar-se a um processo de investimentos externos em suas empresas públicas" (*La República*, Uruguai, 31/10).

O bloco do "sim" expressou politicamente as posições do grande capital uruguaio que, à vista da experiência de seus "colégas" argentinos, teme ver-se prisioneiro do monopólio dos serviços em mãos de um grupo estrangeiro, mas que apoia raivosamente as privatizações quando são em seu próprio benefício. É por isto que, apenas alguns minutos após o fechamento das urnas todos os representantes do "sim", incluindo Susana Dalmás, pre-

sidenta do sindicato dos telefônicos, começaram a reivindicar uma "autêntica reforma do Estado". O triunfo do "sim" fortalece esta ala da burguesia e dos privatizadores contra seus competidores patronais, de um lado, e contra o movimento operário, de outro. A vitória oferece a este pólo patronal a oportunidade de rearmar o regime político e de impulsionar as principais reivindicações burguesas (desvalorização, redução dos impostos, subsídios, proteção contra as importações e uma "nova" lei de privatizações). Não casualmente, "a oposição dominada majoritariamente pelo Partido Colorado e pela Frente Ampla deixou claro que o pacote (privatizador) poderá ser negociado caso se modificasse alguns aspectos da lei" (*Ámbito Financiero*, 14/12). Precisamente por isto, todos os partidos patronais, sem exceção, e a própria FA (com a aprovação de sua ala esquerda) pronunciaram-se por "negociar depois do dia 13", não somente o "pacote" mas também, e acima de tudo, a "governabilidade" até 1995.

Quaisquer que sejam as divergências entre "opositores" e "governistas" em torno da "privatização" da Antel, a proposta do "sim" ou da "revogação parcial" faz parte de uma política entreguista. Esta é a questão essencial que levou o Partido de los Trabajadores (PT) do Uruguai a chamar o voto nulo. A política da FA, que dirige a prefeitura de Montevideo, assim o confirma, já que ela não é outra coisa que uma política de "concessões" de serviços que desmantelam o aparato estatal e fortalecem a acumulação capitalista nas mãos de uma minoria de usurários.

Se o tema da Antel desencadeou as principais discrepâncias, isso se deve a que poderia converter-se no caso mais parecido ao da Aerolíneas Argentinas ou ainda da VASP. As asneiras que foram escritas sobre a "eficiência" da Antel, sem reparar na apologia que isto significa ao estatismo capitalista e aos governos direitistas, militares e civis, das últimas duas décadas; tais tolices não conseguem encobrir que a Antel é uma subsidiária tecnológica de monopólio internacional sueco,

Ericsson. A "privatização" deveria decidir o destino deste controle, pelo qual competia, a Stet, entre outras. Em vários destes casos, e em especial no da Ericsson, colocava-se a possibilidade de entregar a Antel a um monopólio em quebra, como a Ibéria (empresa espanhola que adquiriu a Aerolíneas Argentinas), que poderia acabar com os ativos da empresa uruguaia.

Esta situação de profunda quebra dos tutores tradicionais da Antel, levará qualquer política privatizante e capitalista em geral, a recolocar a questão da "privatização" da telefônica.

No Uruguai, com uma dívida externa cotada em 85% do seu valor nominal, o incentivo da "privatização" não constitui a possibilidade, para os monopólios internacionais, de pagar com títulos, e sim aprofundar o controle sobre o mercado das telecomunicações. O que ocorrerá neste terreno será decidido como parte da luta política que entre blancos (governistas), colorados e frente-amplistas (oposição), que apontam para a superação da crise do regime político uruguaio (cogitase, neste momento, de uma reforma constitucional) e em redefinir a política entreguista.

Os políticos da FA a têm, neste sentido, muito clara. Agora, disse o mencionado Danilo Astori, antecipando-se à vitória do "sim", "do ponto de vista institucional, nós temos a obrigação de apoiar o Poder Executivo porque é o governo legítimo do Uruguai e a primeira coisa que temos que cuidar são das instituições" (*Página 12*, 13/12). Os partidários da Frente Ampla pretendem demonstrar, mais ainda do que no passado, que já têm "cultura de governo".

Precisamente, a FA reclama um "governo de maiorias" ou de "unidade nacional" com os privatizadores em 1995 (...ou antes se a crise se acelerar). O "sim" é um passo neste caminho. Por isso Tabaré Vazquez, prefeito frente-populista de Montevideo, declara que "neste referendo que deu lugar à aliança conjuntural mais ampla já ocorrida no país desde que acabou o bipartidarismo...os frente-amplistas estamos pondo em prática as definições adotadas em nosso Segundo Congresso, de agosto de 1991. Não digo que o "sim" seja um bloco alternativo ou de um governo de maiorias nacionais... mas demonstra que é possível alcançar acordos programáticos e políticos capazes de revitalizar o país" (*Brecha*, 4/12).

A política entreguista apresenta-se muito clara frente ao movimento operário. Recentemente "o líder dos metalúrgicos, cujo sindicato se chama UNTMRA, Hugo Bianchi, um ex-comunista que é integrante de coordenação do PIT-CNT (central sindical uruguaia) admitiu que também deseja discutir sobre produtividade, "o que considerei horroroso em 1986. A vida demonstrou-me que estava equivocado. É que além do nível salarial, há setores industriais cuja sobrevivência está em jogo" (*Ámbito Financiero*, 4/12).

Este é o balanço da "vitória" do dia 13 de dezembro.

## Secundaristas "ensinam" os "esquerdistas"

A Coordenação de Estudantes Secundaristas é uma das organizações surgidas nos últimos tempos no Uruguai como expressão inédita das tendências de luta do movimento de massas. Nasceu no calor das mobilizações pela defesa dos grêmios estudantis e realizou manifestações com mais de 10 mil estudantes secundaristas pelas ruas centrais de Montevideo ou a ocupação por tempo indeterminado do Liceu Miranda, que culminou com uma vitória espetacular.

Como toda organização de base que luta para enfrentar o regime político de Lacalle, a Coordenação sofreu os ataques da Frente Ampla. Esta pretendeu dividi-la, repetidamente, para tentar atenuar o naufrágio da Federação estudantil que manipulou durante um certo tempo, e cujo fracasso atribuiu a uma "crise de militância". A luta pela defesa da Coordenação deu a seus ativistas uma rica experiência em relação ao papel de fura-greves da Frente Ampla e da burocracia do PIT-CNT e, em termos mais gerais, do conjunto de sua política, como se evidenciou na posição adotada pela Coordenação diante do referendo.

Em uma assembléia convocada para debater "o balanço do ano e o plano de trabalho para 1993", os estudantes do MPP (Tupamaros) propuseram decididamente que a Coordenação se pronunciasse a favor do "sim". É preciso destacar que por ocasião dos referendos anteriores, o MPP não havia mostrado nenhum interesse em solicitar o pronunciamento da Coordenação, porque temiam que esta apoiasse o voto na cédula rosa, que se colocava contra todas as privatizações e não somente contra parte delas (como propunha o voto na cédula branca e, mais recentemente, o "sim").

A moção do MPP obteve uma pequena maioria (24 a 23 com 7 abstenções). Quando os militantes frente-amplistas pensaram que haviam alcançado o seu objetivo, um grupo de secundaristas denunciou o caráter privatizador do "sim" e propôs não votar pelo "sim" e lançar como palavra-de-ordem "contra todas as privatizações". Esta moção foi aprovada contra a FA, com 28 votos contra 23 (2 abstenções), e aqui é importante assinalar que votaram por ela militantes da Convergência Socialista e simpatizantes do MPP, partidos que, no entanto, aderiram ao "sim".

O pronunciamento da Coordenação secundarista é um indicio da evolução da vanguarda operária e estudantil que está rompendo com a Frente Ampla e sua política contra-revolucionária.

## 37 mil votos nulos

O MAS argentino e a Convergência Socialista uruguaia, chamaram a votar pelo "sim" no referendo de dezembro no Uruguai. Pretenderam fazer retornar aos braços da Frente Ampla os 16 mil trabalhadores que repudiaram a proposta de "revogação parcial" (ou melhor, de entreguismo cinico e vergonhoso) em duas oportunidades anteriores. Com a lorota do "voto útil" e de parar a privatização (de mãos dadas com os privatizadores), o moralismo de ambas as margens do Plata encobriu a demagogia "antiliberal" da FA e negou-se a denunciar o caráter de classe

burguês e pró-imperialista do "sim". Convertem-se assim em um auxiliar, e não pela primeira vez, contra a independência política da classe operária.

No referendo, a única opção de oposição ao governo fundomonetarista e à lei de privatizações (a velha ou a renovada) e à "governabilidade" do regime defendida por Sanguinetti e pela FA foi o voto nulo, defendido pelo Partido de los Trabajadores.

Os votos nulos somaram cerca de 37 mil (mais de 1,5%), ou seja, o dobro dos votos dados pela revogação total das priva-

tizações, registrado em outubro.

Corretamente, um correspondente de *Ámbito Financiero* em Montevideo encerra seu comentário sobre o referendo assinalando que "a rejeição de ontem não é necessariamente a morte das privatizações no Uruguai, mas apenas sua hibernação". Talvez o encarregado de levá-las adiante seja, como deseja há muito tempo o ultra conservador *The Economist*. "o maravilhoso prefeito de Montevideo", Tabaré Vasques do Partido Socialista e da Frente Ampla, aliado da CS e do MAS no plebiscito.



SOMÁLIA

# A intervenção "humanitária" provoca maiores desgraças

**A ação militar do imperialismo prenuncia uma presença permanente em todo o continente africano contra a autodeterminação das massas exploradas**

A guerra civil, a fome, a sede e as doenças infecciosas mataram 300 mil pessoas na Somália no ano passado. 7 a 5% das crianças menores de cinco anos morreram na cidade de Baidoa e arredores. Os organismos de socorro internacional — segundo *Le Monde* (28/11/92) — prevêem que dois milhões de pessoas — 25% da população — estão diretamente ameaçadas pela fome. A taxa de mortalidade é de mil pessoas por dia. A tragédia do povo somali alcança as dimensões de um espantoso genocídio, mais um na "nova ordem mundial".

Os bandos armados (de clãs, subclãs e até simples bandos) aterrorizam a população e impedem a distribuição de alimentos e as tarefas das organizações internacionais de socorro; 80% dos alimentos enviados foram "desviados" para seus próprios cofres pelos bandos armados dos "senhores da guerra".

A fome é uma arma na guerra civil. Segundo *Le Monde* (28/11/92). "O general Aidid, que domina o sul da capital, impede a partida dos carregamentos para o Norte... que são sistematicamente saqueados por seus partidários, enquanto seu rival (Ali Mahdi, que domina a parte norte da capital)... ameaça bombardear qualquer um que tente utilizar o porto, controlado por uma terceira força que se contenta com o saque sistemático, impondo tarifas extravagantes (a seus usuários): 10 mil dólares de 'direitos do porto', aos quais se acrescenta um 'imposto' de 100 dólares por tonelada descarregada". A descarga de alimentos no aeroporto de Baidoa tem uma "tarifa" próxima de 500 dólares por avião, que engordam os bolsos do "senhor da guerra" local. Estes grandes "senhores da guerra", contudo, não dominam suas tropas, que se dedicavam a realizar "pedágios" ilegais em proveito próprio. *Le Monde* chegou a afirmar que o saque aos carregamentos das organizações de socorro — era a "única atividade econômica" existente na Somália, da qual se ocupavam guerrilheiros de ambos os bandos, "comerciantes" e ladrões.

Neste quadro de desastre,

aparentemente sem saída, Bush ordenou uma "inesperada" (*Financial Times*, 5/12/92) e "impulsiva" (*Time*, 14/12/92) intervenção militar, que contou com o apoio do atual presidente, Bill Clinton. Sob o "guarda-chuva" das Nações Unidas, 30 mil fuzileiros norte-americanos desembarcaram na Somália para assegurar a distribuição dos alimentos e desarmar as quadrilhas dos "senhores da guerra".

Será que, pela primeira vez, deveríamos concordar com uma intervenção militar do imperialismo norte-americano em defesa de princípios "humanitários"?

● **A RESPONSABILIDADE DO IMPERIALISMO.** O imperialismo norte-americano sustentou por mais de uma década a sangüinária ditadura de Siad Barre, que precisamente devastou o país e conduziu-o à presente miséria e fome. Como reconhece *Time* (14/12), "Washington estava ansiosa por (dominar) uma posição estratégica próxima dos campos petrolíferos da Arábia e assinou um acordo (com Barre) para terminar com as antigas facilidades concedidas por este aos soviéticos. Nos dez anos seguintes os Estados Unidos fizeram chover centenas de milhões de dólares para armar o país". O gasto somali em armamentos alcançou 14% de seu escasso produto interno bruto, uma das proporções mais altas do mundo... em proveito dos fabricantes norte-americanos de armas.

Os Estados Unidos usaram a Somália como base para atacar a ditadura militar pró-soviética da Etiópia (ao norte) em uma guerra devastadora para ambos os países. O ditador sustentado pelos americanos massacrou sistematicamente os clãs rivais e destruiu suas máquinas agrícolas e plantações. No final da "guerra fria", a queda do regime etíope e a presença norte-americana no Kuwait e Arábia Saudita a partir da guerra do Golfo relativizaram a importância "estratégica" da Somália e com ela desapareceu a "chuva de centenas de milhões de dólares", iniciando uma guerra civil que derrubou Barre e levou o país ao caos e a sua fragmentação. Tudo isto acabou por destruir a base agrária somali,

verdadeira causa da fome atual.

● **FRACASSO DA ONU.** A "intervenção humanitária" da ONU foi naturalmente impotente para acabar com a fome, já que esta se deve à destruição da base produtiva do país — em particular agrícola, que representava 70% do produto nacional e mais de 90% de suas exportações.

A ação das facções armadas, ao "desviar" cerca de 80% da ajuda internacional, aprofundou o caos e desvendou o completo fracasso da ONU e também sua hipocrisia. É que a ONU havia abandonado o país em 1991 quando foi derrotado Barre, "apesar dos sinais de advertência de que uma grande subnutrição e miséria atingiriam a nação, devido à decomposição da produção agrícola" (*Âmbito Financeiro*, Argentina 8/12). O representante da ONU na Somália, o argelino Mohamed Sahnoun, renunciou poucos meses depois de denunciar que "milhares de vidas teriam sido salvas se a ONU tivesse realizado uma ação mais decidida".

● **UM "PROTETORADO" AMERICANO.** Os organismos de socorro internacionais mostraram-se "ambivalentes", segundo o *Financial Times* (5/12), e "inquietos", segundo o *Le Monde* (28/11), pela anunciada intervenção militar. As organizações de socorro temem que a chegada dos marines agrave a guerra civil, o que de fato ocorreu, e provoque represálias contra os "estrangeiros" quando eles se retirem.

Ao contrário do anunciado por Bush, os marines americanos não podem se retirar rapidamente. "A ação militar pode levar alimentos aos famintos enquanto os ma-



Fome: arma do imperialismo a favor da recolonização

rines estejam, mas o que ocorrerá depois?", pergunta um diplomata ocidental na Somália, citado pelo *Time* (14/12). A "operação" anunciada por Bush "deixa o problema — que no fundo é o essencial — de reconstruir o país nas mãos dos outros", critica *Time*, quando "a não ser que os pacificadores permaneçam por um longo tempo ainda — o que poderia significar anos — para moldar certa forma de autoridade nacional, as causas do caos só podem ressurgir".

O imperialismo norte-americano está obrigado a exercer na Somália um "protetorado", o que seria uma desgraça, segundo a imprensa imperialista, porque os "custos e os riscos são altos" (*Time*, 14/12), e porque estaria "distante do interesse nacional" (deputado norte-americano John Murtha). Por quanto tempo estará disposto a gastar milhões de dólares em um país onde "os interesses vitais dos Estados Unidos não estão nem remotamente em cena" (*Financial Times*, 5/12). Mas a questão de fundo é o que o imperialismo não vai recompor a base agrária do país porque ele está criando uma mo-

**NALISMO AFRICANO.** O desastre somali denuncia o descomunal fracasso do nacionalismo africano e dos chamados "processos de descolonização" que não superaram a exploração do imperialismo no plano social nem econômico. São, precisamente, os nacionalistas africanos os que mais insistiram numa intervenção militar; "A Somália — dizem — não só é um desastre humanitário, como também ameaça a paz da região. Levas de refugiados estão chovendo sobre a Etiópia e no Quênia, esticando ao limite suas frágeis estruturas sociais, políticas e econômicas" (*Time*, 14/12). As diferenças entre a Somália e a imensa maioria dos países africanos são apenas de grau. A imprensa mundial pergunta porque não intervir na Libéria, atingida também pela guerra civil e pela fome; Zaire, Quênia, Etiópia, e até em Angola que recorrem sistematicamente à "ajuda humanitária" internacional para alimentar pessimamente suas populações. Este é o resultado da chamada "descolonização", a qual durante três décadas foi apresentada como uma evidência da des-

## "Uma geração devastada"

Segundo o imperialismo mundial, as Nações Unidas e os burocratas da ex-URSS, a sorte e a vida do povo da Somália dependem de que esta admita converter-se num protetorado.

A intervenção "humanitária" do imperialismo agrava

que nesses países não existem os "senhores da guerra" que impediriam o envio de alimentos pelas organizações internacionais.

Segundo o informe anual da Unicef, o Fundo das Nações Unidas para a infância, "quase cinco milhões de crianças me-

tiva de vida de apenas 50 anos, 50% inferior que nos países imperialistas.

O genocídio ameaça a própria existência do continente. "A menos que se tome uma ação decisiva — advierte a Unicef — não existirá o fundamento humano para o

# provoca maiores desgraças

A ação militar do imperialismo prenuncia uma presença permanente em todo o continente africano contra a autodeterminação das massas exploradas

A guerra civil, a fome, a sede e as doenças infecciosas mataram 300 mil pessoas na Somália no ano passado. 7 a 5% das crianças menores de cinco anos morreram na cidade de Baidoa e arredores. Os organismos de socorro internacional — segundo *Le Monde* (28/11/92) — prevêem que dois milhões de pessoas — 25% da população — estão diretamente ameaçadas pela fome. A taxa de mortalidade é de mil pessoas por dia. A tragédia do povo somali alcança as dimensões de um espantoso genocídio, mais uma "nova ordem mundial".

Os bandos armados (de clãs, subclãs e até simples bandidos) aterrorizam a população e impedem a distribuição de alimentos e as tarefas das organizações internacionais de socorro; 80% dos alimentos enviados foram "desviados" para seus próprios cofres pelos bandos armados dos "senhores da guerra".

A fome é uma arma na guerra civil. Segundo *Le Monde* (28/11/92). "O general Aidid, que domina o sul da capital, impede a partida dos carregamentos para o Norte... que são sistematicamente saqueados por seus partidários, enquanto seu rival (Ali Mahdi, que domina a parte norte da capital)... ameaça bombardear qualquer um que tente utilizar o porto, controlado por uma terceira força que se contenta com o saque sistemático, impondo tarifas extravagantes (a seus usuários): 10 mil dólares de 'direitos do porto', aos quais se acrescenta um 'imposto' de 100 dólares por tonelada descarregada". A descarga de alimentos no aeroporto de Baidoa tem uma "tarifa" próxima de 500 dólares por avião, que engordam os bolsos do "senhor da guerra" local. Estes grandes "senhores da guerra", contudo, não dominam suas tropas, que se dedicavam a realizar "pedágios" ilegais em proveito próprio. *Le Monde* chegou a afirmar que o saque aos carregamentos das organizações de socorro — e sua revenda no mercado negro — era a "única atividade econômica" existente na Somália, da qual se ocupavam guerrilheiros de ambos os bandos, "comerciantes" e ladrões.

Neste quadro de desastre,

aparentemente sem saída, Bush ordenou uma "inesperada" (*Financial Times*, 5/12/92) e "impulsiva" (*Time*, 14/12/92) intervenção militar, que contou com o apoio do atual presidente, Bill Clinton. Sob a "guarda-chuva" das Nações Unidas, 30 mil fuzileiros norte-americanos desembarcaram na Somália para assegurar a distribuição de alimentos e desarmar as quadrilhas dos "senhores da guerra".

Será que, pela primeira vez, deveríamos concordar com uma intervenção militar do imperialismo norte-americano em defesa de princípios "humanitários"?

● **A RESPONSABILIDADE DO IMPERIALISMO.** O imperialismo norte-americano sustentou por mais de uma década a sangüinária ditadura de Siad Barre, que precisamente devastou o país e conduziu-o à presente miséria e fome. Como reconhece *Time* (14/12), "Washington estava ansiosa por (dominar) uma posição estratégica próxima dos campos petrolíferos da Arábia e assinou um acordo (com Barre) para terminar com as antigas facilidades concedidas por este aos soviéticos. Nos dez anos seguintes os Estados Unidos fizeram chover centenas de milhões de dólares para armar o país". O gasto somali em armamentos alcançou 14% de seu escasso produto interno bruto, uma das proporções mais altas do mundo... em proveito dos fabricantes norte-americanos de armas.

Os Estados Unidos usaram a Somália como base para atacar a ditadura militar pró-soviética da Etiópia (ao norte) em uma guerra devastadora para ambos os países. O ditador sustentado pelos americanos massacrava sistematicamente os clãs rivais e destruiu suas máquinas agrícolas e plantações. No final da "guerra fria", a queda do regime etíope e a presença norte-americana no Kuwait e Arábia Saudita a partir da guerra do Golfo relativizaram a importância "estratégica" da Somália e com ela desapareceu a "chuva de centenas de milhões de dólares", iniciando uma guerra civil que derrubou Barre e levou o país ao caos e a sua fragmentação. Tudo isto acabou por destruir a base agrária somali,

verdadeira causa da fome atual.

● **FRACASSO DA ONU.** A "intervenção humanitária" da ONU foi naturalmente impotente para acabar com a fome, já que esta se deve à destruição da base produtiva do país — em particular agrícola, que representava 70% do produto nacional e mais de 90% de suas exportações.

A ação das facções armadas, ao "desviar" cerca de 80% da ajuda internacional, aprofundou o caos e desvendou o completo fracasso da ONU e também sua hipocrisia. É que a ONU havia abandonado o país em 1991 quando foi derrotado Barre, "apesar dos sinais de advertência de que uma grande subnutrição e miséria atingiram a nação, devido à decomposição da produção agrícola" (*Ámbito Financeiro*, Argentina 8/12). O representante da ONU na Somália, o argelino Mohamed Sahnoun, renunciou poucos meses depois de denunciar que "milhares de vidas teriam sido salvas se a ONU tivesse realizado uma ação mais decidida".

● **UM "PROTETORADO" AMERICANO.** Os organismos de socorro internacionais mostraram-se "ambivalentes", segundo o *Financial Times* (5/12), e "inquietos", segundo o *Le Monde* (28/11), pela anunciada intervenção militar. As organizações de socorro temem que a chegada dos *marines* agrave a guerra civil, o que de fato ocorreu, e provoque represálias contra os "estrangeiros" quando eles se retirem.

Ao contrário do anunciado por Bush, os *marines* americanos não podem se retirar rapidamente. "A ação militar pode levar alimentos aos famintos enquanto os *ma-*



Fome: arma do imperialismo a favor da recolonização

rines estejam, mas o que ocorrerá depois?", pergunta um diplomata ocidental na Somália, citado pelo *Time* (14/12). A "operação" anunciada por Bush "deixa o problema — que no fundo é o essencial — de reconstruir o país nas mãos dos outros", critica *Time*, quando "a não ser que os pacificadores permaneçam por um longo tempo ainda — o que poderia significar anos — para moldar certa forma de autoridade nacional, as causas do caos só podem ressurgir".

O imperialismo norte-americano está obrigado a exercer na Somália um "protetorado", o que seria uma desgraça, segundo a imprensa imperialista, porque os "custos e os riscos são altos" (*Time*, 14/12), e porque estaria "distante do interesse nacional" (deputado norte-americano John Murtha). Por quanto tempo estará disposto a gastar milhões de dólares em um país onde "os interesses vitais dos Estados Unidos não estão nem remotamente em cena" (*Financial Times*, 5/12). Mas a questão de fundo é o que o imperialismo não vai recompor a base agrária do país porque isto exigiria uma mobilização revolucionária das massas contra os "senhores dos clãs" e tampouco poderia fazê-lo sobre uma base capitalista exportadora (o que agravaria o déficit de alimentos), isto em razão da superprodução agrícola mundial e da aguda guerra comercial em curso. Precisamente, os dois países mais envolvidos na intervenção militar são os Estados Unidos e a França, quer dizer, os que têm um maior excedente de produção agrícola e que encontram na "ajuda humanitária" uma saída para seus excedentes de grãos.

● **O FRACASSO DO NACIO-**

**NALISMO AFRICANO.** O desastre somali denuncia o descomunal fracasso do nacionalismo africano e dos chamados "processos de descolonização" que não superaram a exploração do imperialismo no plano social nem econômico. São, precisamente, os nacionalistas africanos os que mais insistiram numa intervenção militar; "A Somália — dizem — não só é um desastre humanitário, como também ameaça à paz da região. Levas de refugiados estão chovendo sobre a Etiópia e no Quênia, esticando ao limite suas frágeis estruturas sociais, políticas e econômicas" (*Time*, 14/12). As diferenças entre a Somália e a imensa maioria dos países africanos são apenas de grau. A imprensa mundial pergunta porque não intervir na Libéria, atingida também pela guerra civil e pela fome; Zaire, Quênia, Etiópia, e até em Angola que recorrem sistematicamente à "ajuda humanitária" internacional para alimentar pessimamente suas populações. Este é o resultado da chamada "descolonização", a qual durante três décadas foi apresentada como uma evidência da democratização das relações internacionais (e que ainda no terreno da esquerda foi caracterizada como uma prova do avanço da revolução mundial).

A intervenção militar do imperialismo agravará a médio prazo a terrível situação da Somália, e deverá converter em permanente esta ingerência "transitória". Ao mesmo tempo, o problema da intervenção militar se colocará para o conjunto da África. São os explorados da África que devem decidir as soluções para esta crise sobre a base da unidade contra o imperialismo e os exploradores locais.

## "Uma geração devastada"

Segundo o imperialismo mundial, as Nações Unidas e os burocratas da ex-URSS, a sorte e a vida do povo da Somália dependem de que esta admita converter-se num protetorado.

A intervenção "humanitária" do imperialismo agravará ainda mais as terríveis condições de vida do povo somali, por ser completamente incapaz de reconstruir as bases agrárias do país, destruída pelas guerras impulsionadas e financiadas pelo próprio imperialismo.

Porém se esta é a única "solução" do imperialismo para a Somália, qual é sua "solução" para o resto da África, que reproduz, ainda em termos mais agudos, a barbárie somali, inclusive com o agravante de

que nesses países não existem os "senhores da guerra" que impediriam o envio de alimentos pelas organizações internacionais.

Segundo o informe anual da Unicef, o Fundo das Nações Unidas para a infância, "quase cinco milhões de crianças menores de cinco anos morreram em 1990" como consequência da fome e de enfermidades; "30% das crianças e jovens africanos — 34 milhões — estão profundamente desnutridos"; "a taxa de gestação de adolescentes entre 15 e 19 anos é de 18%, a mais alta do mundo"; "a mortalidade infantil é de 630 mortos para cada 100 mil nascimentos", trinta vezes mais do que nos países imperialistas! Tudo isto resume-se em uma expecta-

tiva de vida de apenas 50 anos, 50% inferior que nos países imperialistas.

O genocídio ameaça a própria existência do continente. "A menos que se tome uma ação decisiva — adverte a Unicef — não existirá o fundamento humano para o progresso da África no século XXI". Finalmente, o informe assinala que se os países imperialistas canalizassem apenas 20% de seus programas de ajuda bilateral a programas sociais, os fundos de alimentação, saúde e educação na África aumentariam em três vezes.

O genocídio de todo um continente retrata o impasse, político e social do imperialismo frente às condições da crise mundial.

F

I

M